



Universidade do Estado do Rio de Janeiro

Centro de Educação e Humanidades

Faculdade de Educação

Adriana Pessôa da Cunha

Cidadania na era das redes: uma nova dinâmica do coletivo

Rio de Janeiro

2016

Adriana Pessôa da Cunha

Cidadania na era das redes: uma nova dinâmica do coletivo

Dissertação apresentada, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre, ao Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas e Formação Humana, da Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Área de concentração: Políticas públicas.

Orientador: Prof. Dr. Antônio Carlos de Azevedo Ritto

Rio de Janeiro

2016

CATALOGAÇÃO NA FONTE
UERJ / REDE SÍRIUS / BIBLIOTECA CEH/A

C972 Cunha, Adriana Pessoa da.
Cidadania na era das redes: uma nova dinâmica do coletivo / Adriana
Pessoa da Cunha. – 2016.
156 f.

Orientador: Antônio Carlos de Azevedo Ritto.
Dissertação (Mestrado) – Universidade do Estado do Rio de Janeiro.
Faculdade de Educação.

1. Tecnologia da informação – Aspectos sociais – Teses. 2. Redes
sociais on-line – Teses. 3. Cidadania – Teses. 4. Globalização –
Aspectos sociais – Teses. I. Ritto, Antônio Carlos de Azevedo. II.
Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Faculdade de Educação. III.
Título.

es

CDU 004:316.77

Autorizo, apenas para fins acadêmicos e científicos, a reprodução total ou parcial desta dissertação, desde que citada a fonte.

Assinatura

Data

Adriana Pessôa da Cunha

Cidadania na era das redes: uma nova dinâmica do coletivo

Dissertação apresentada, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre, ao Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas e Formação Humana, da Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Área de concentração: Políticas públicas.

Aprovada em 31 de março de 2016:

Banca Examinadora:

Prof^o. Dr^o. Antônio Carlos de Azevedo Ritto
Departamento de Inovação - UERJ

Prof^a. Dr^a. Eloíza da Silva Gomes de Oliveira
Instituto Multidisciplinar de Formação Humana com Tecnologias –UERJ

Prof^o. Dr^o. Luiz Antônio Saléh Amado
Faculdade de Educação - UERJ

Prof^a. Dr^a. Maria de Fátima Sousa de Oliveira Barbosa
Faculdade de Administração e Ciências Contábeis - UFRJ

Rio de Janeiro

2016

DEDICATÓRIA

À memória do meu pai Sylvio, mais que pai meu sol.

Minhas melhores lembranças de apoio, amizade e proteção em meu caminhar.

Trago comigo o tempo da espera, um lugar sem paradas nem despedidas.

Nesse lugar, ainda segue junto a mim cuidando dos meus passos.

No silêncio das lembranças estaremos sempre juntos.

AGRADECIMENTOS

À Sylvio e Marilena, pela vida e por não terem deixado eu desistir de caminhar.

À Rodrigo, por me fazer sorrir.

Ao meu orientador professor Antônio Ritto, pela experiência do diálogo que ilumina e move a realidade. Sem você nada disso teria acontecido. Obrigada por me fazer pensar, me inquietar.

Aos professores do PPFH que contribuíram para realização desse trabalho, pela fala simples e serena de transmitir conhecimento.

A professora Fátima, pelo acolhimento e amizade.

Aos meus colegas de trabalho Geraldo e André por terem me apoiado nessa trajetória.

Ao corpo técnico operacional do PPFH, por nos ajudar a construir conhecimento.

RESUMO

CUNHA, Adriana Pessôa da. **Cidadania na era das redes**: uma nova dinâmica do coletivo. 2016. 156 f. Dissertação (Mestrado em Políticas Públicas e Formação Humana) – Centro de Educação e Humanidades, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2016.

O trabalho discute as implicações das TIC, sobretudo redes, no mundo contemporâneo sob o prisma de novos espaços de atuação, conectando as pessoas para esferas de atuação de novo tipo. O estudo cogita nova visão do conceito de cidadania, entendido numa nova dinâmica do coletivo, analisando a influência das redes refletida no poder de intervenção, reflexão e interconexão de relações sociais. O atual conjunto dessas expressões de comportamento coletivo define os contornos do que para nós significa uma reconfiguração em diversas esferas da sociedade: da política; dos espaços de representação; na forma como o coletivo se relaciona nas cidades; nas relações de trabalho; na redefinição de estatutos colocando a questão do coletivo em um outro registro de esfera pública. A cidadania trabalhada no contexto das redes e numa cultura cada vez mais mediada por relações virtuais traz um marco analítico de novo tipo, nos dando pistas que a cidadania está se reconfigurando em suas bases abrindo caminho para percepções de um novo protagonismo social. A produção de cidadania na era das redes tem uma nova dinâmica do coletivo e trabalha sob o signo da lógica colaborativa, do compartilhamento e da auto-narrativa de representação. Essas novas experiências nos interrogam quanto ao sentido de uma cidadania ainda em formação, configurando um mandamento novo.

Palavras-chave: Cidadania. Tecnologias da informação e comunicação. Redes. Redes Sociais. Sociedade em Rede. Globalização. Colaborativismo. Compartilhamento.

ABSTRACT

CUNHA, Adriana Pessoa da. **Citizenship in the age of networks: a new dynamic of the collective.** 2016. 156 f. Dissertação (Mestrado em Políticas Públicas e Formação Humana) – Centro de Educação e Humanidades, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2016.

The paper discusses the implications of ICTs, especially networks in the contemporary world in the light of new spaces of action, connecting people to new type of spheres of action. The study is considering a new vision of the concept of citizenship, understood in a new team dynamic, by analyzing the influence of networks reflected in the power of speech, thought and interconnection of social relations. The current set of these expressions of collective behavior defines the contours of our meaning of reconfiguration in various spheres of society: politics; the representation spaces; in the way the collective relates within the cities; labor relations; the redefinition of statutes putting the question of collective in another level in the public record. Citizenship worked in the context of networks and in a culture increasingly mediated by virtual relationships brings a new kind of analytical framework, giving us clues that citizenship is reconfiguring its bases leading to perceptions of a new social protagonist. Production of citizenship in the age of networks offers a new dynamic of the collective and works under the sign of collaborative logic, sharing and self-narrative of representation. These new experiences make us wonder about the meaning of a still training citizenship, setting up a new commandment.

Keywords: Citizenship. Information and Communication Technologies. Networks. Social Networks. Network Society. Globalization. Collaborationism Sharing.

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ANCNEV	Associação dos Centros de Negócio e Escritórios Virtuais
App	Application
CEO	Chief Executive Officer
CNN	Cable News Network
CRFB	Constituição da República Federativa do Brasil
EAD	Educação à Distância
EUA	Estados Unidos da América
FHC	Fernando Henrique Cardoso
G-7	Grupo dos Sete
GPS	Global Positioning System
HIV	Human Immunodeficiency Virus
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IHU	Instituto Humanitas Unisinos
INEP	Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira
MoLA	Mostra Livre de Artes
OMC	Organização Mundial do Comércio
ONG	Organização Não Governamental
OS	Organização Social
PAS	Pesquisa Anual de Serviços
PIB	Produto Interno Bruto
PNAD	Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios
PSOL-RJ	Partido Socialismo e Liberdade do Rio de Janeiro
PUC-RJ	Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro
TIC	Tecnologia da informação e comunicação
TSE	Tribunal Superior Eleitoral
TV	Televisão
UOL	Universo Online

SUMÁRIO

	INTRODUÇÃO	10
1	O PARADIGMA DA SOCIEDADE EM REDE	28
1.1	Identidades e rede	30
1.2	Mudanças paradigmáticas no mercado financeiro	30
1.2.1	<u>Tecnologias e mercado financeiro</u>	31
1.3	Trabalho na economia informacional	34
1.4	Tecnologias em outras áreas sociais	37
1.5	O tempo atemporal na era da tecnologia	39
1.6	A Sociedade e o individualismo em rede	40
1.7	A organização em rede	43
1.8	A sociedade salarial	47
1.8.1	<u>Fragmentação do trabalho assalariado</u>	49
1.8.2	<u>Salário X Consumo</u>	51
2	CIDADANIA E REDES	53
2.1	Desregulamentação dos mercados e a redução do papel do Estado	56
2.2	A interferência do G7	57
2.3	As Organizações Sociais – OS	60
2.4	A questão das capturas	62
2.5	Direitos constitucionais e trabalho	66
2.6	As minorias e o cidadão-consumidor	67
2.7	Cidadania em tempos de globalização	69
2.8	Novas noções para o termo cidadania	70
2.9	A cidadania nas redes	72
3	NOVO PARADIGMA DE REPRESENTAÇÃO SOCIAL	77
3.1	A sociedade multicultural	79
3.2	Uma nova representação de pertencimento	80
3.3	Erosão dos laços e a busca do Ator	83
3.3	O trabalhador contemporâneo	85
3.4	Sujeito X Eu	88
3.5	O protagonismo contextual auto-narrativo	89
3.6	Um novo formato de pertencer	91

3.7	Auto-narrativa como resistência	92
3.8	Sujeito-indivíduo	93
3.9	Corpos e subjetividades na Escola	97
4	NOVAS NARRATIVAS DA CONTEMPORANEIDADE: EXPOSIÇÃO, CONTROLE E PODER	101
4.1	Mecanismos de controle	105
4.2	Redefinição da intimidade	107
	CONSIDERAÇÕES	109
	REFERÊNCIAS	121
	APÊNDICE A - À guisa de conclusão	125
	APÊNDICE B - Pauta de entrevistas	137

INTRODUÇÃO

Esta pesquisa surge a partir da minha experiência quando atuava como gestora de processos administrativos licitatórios, atinentes às compras públicas eletrônicas, no âmbito do Governo Federal, atividade essa que trouxe subsídios e conhecimentos prévios para a pesquisa ora desenvolvida. Em razão disso, trabalhei diretamente com práticas informacionais do Programa e-Gov (Governo Eletrônico), levando-se em consideração as reformas de Estado e a necessidade de tornar mais democráticas as decisões dos processos internos da Administração Pública. Para tanto, foram implementadas novas metodologias de trabalho por meios eletrônicos, notadamente as compras públicas disponibilizadas via internet.

Os instrumentos que compõem essas novas tecnologias, suas ferramentas jurídicas e a questão do enfrentamento do direito positivo, decorrente das transformações no processo administrativo, formalmente considerado, envolveu todo o corpo funcional, direta e indiretamente, trazendo uma profunda mudança institucional frente à concepção do e-processo, e também da chamada “ciência de redes”, institutos comunicacionais completamente novos no âmbito da administração pública.

A necessidade de entender a aproximação cada dia mais crescente da concepção do mundo-rede em um “todo”, compreendido o Estado através dessa novel conexão e-gov e suas implicações históricas e sociais, me levou a refletir sobre essa mudança de paradigma que, em nível institucional, trouxe nítidas e sérias ambiguidades e revelou um grande edifício permeado de porosidades e conceitos ainda indeterminados já com fortes sinais de rupturas e desmaterializações geradas pelo chamado mundo-rede.

Essa experiência me fez inferir que o modelo tradicional e hierárquico de governo já não atendia ao cenário complexo e em constante transformação dos dias de hoje e que a Administração Pública passa por uma série de insuficiências e limitações, dando margem à busca de novas formas e meios de se relacionar com os cidadãos/administrados. Como uma profissional da área do direito não poderia ficar indiferente ao tipo de repercussão e à qualidade desse modelo informacional gerado no *modus operandi* da Administração Pública.

Naquela época, as questões levantadas nesse trabalho pipocavam por toda a mídia, tanto as institucionalizadas quanto as que emergiam paralelamente. Estas, ficando presença na internet como mídias alternativas, as quais serão citadas ao longo dessa dissertação.

Nessa perspectiva, essa dissertação, de cunho exploratório, tem como objeto de pesquisa os espaços de atuação habilitado pelas redes sociais, visando a analisar a influência destas redes como poder de intervenção, reflexão e interconexão de relações sociais, políticas, econômicas, comerciais e de serviços.

A hipótese que norteia a pesquisa é que o atual conjunto desses espaços define os contornos de uma reconfiguração em diversas esferas da sociedade: da política, dos espaços de representação, na forma como o coletivo se relaciona nas cidades, nas relações de trabalho, na economia compartilhada, na redefinição de estatutos, colocando a questão do coletivo em um novo registro de esfera pública. A cidadania trabalhada no contexto das redes e numa cultura mediada por relações virtuais traz um marco analítico de novo tipo, nos dando pistas que a cidadania está se reconfigurando em suas bases abrindo caminho para percepções de um novo protagonismo social.

As redes¹ e mídias sociais proporcionaram o surgimento e a visibilidade de novos grupos e arranjos sociais. Uma nova dinâmica parece conceber um conceito de coletivo ressignificado, refletido como poder de intervenção e criação, produzindo nas práticas sociais novas formas de sentir, pensar, interagir e se relacionar, dando espaço para outras formas de experiência de vida, tanto no campo público quanto no privado, num universo de várias e novas narrativas, imagens e relatos. O rápido desenvolvimento concebido por essas redes de comunicação ampliou a dimensão das relações e das práticas sociais, possibilitando vínculos entre pessoas e organizações cuja comunicação passa a ser estabelecida por meio de outros referenciais de tempo, lugar, espaço, imagem, sonoridades, sensibilidades e que parece indicar um possível e novo protagonismo social.

Vivemos hoje formas inusitadas de sociabilidade provocadas pelas redes sociais. Essas redes estão se revestindo de um grande poder e estão se configurando em formas de intervenção e criação em vários aspectos

¹ “Uma rede é um conjunto de nós interconectados. A formação de redes é uma prática humana muito antiga, mas as redes ganharam vida nova em nosso tempo transformando-se em redes de informação energizadas pela Internet” (CASTELLS, 2003, p. 7).

ressignificando o indivíduo tanto no contexto de situações de sua própria singularidade, quanto em níveis mais coletivos de participação seja política, econômica ou social, daí a imensa importância de entender essas novas expressões de comportamento coletivo e para que se propõem.

Já há algum tempo para se pagar uma conta não precisamos ir fisicamente até o banco, usa-se a rede online do banco onde será operada a transação financeira desejada. No domínio dos relacionamentos pessoais, para encontrar um novo amor ou simplesmente partilhar sentimentos e emoções passageiras, as redes se fazem igualmente presentes em endereços tais como: Par Perfeito, que cobra pelos serviços e faz parte do grupo Match.com, líder mundial em sites de encontros e relacionamentos com usuários espalhados pela América Latina. Amores Possíveis, que disponibiliza a plataforma gratuitamente; o *Second Love*, voltado para homens e mulheres casados em busca de novas emoções. A chamada desse site é “Paquerar não é só para solteiros” e há cobrança de assinatura para utilização dos serviços de encontros. Há também o “G encontros”, um site de relacionamento gratuito voltado para encontros entre Gays, Lésbicas e Bissexuais. Esses sites amorosos permitem reunir pessoas que possuam a mesma afinidade e interesses na busca de relacionamentos, em variados formatos e estilos. Um dos aplicativos de relacionamento mais famosos do mundo chamado Tinder, que funciona com uma conta no Facebook, virou uma febre também no Brasil. Em entrevista ao Correio Braziliense² Justin Mateen, co-fundador da plataforma, disse que o aplicativo é uma nova experiência da interação humana, tornando simples e eficiente o processo de conhecer uma nova pessoa. Além de cafés ou bares você pode encontrar os indivíduos no Tinder e conhecê-los bem antes de sair para um contato físico. Basta ativar a localização em que a pessoa está, dizer a preferência por homens ou mulheres e a partir daí começa a surgir fotos de pessoas que estejam próximas fisicamente com um raio de precisão acessado pelo sistema GPS do aplicativo. Se o usuário gostar, basta apertar no botão verde, caso contrário, no vermelho. Quando as duas pessoas pressionam o verde, elas podem começar a conversar, trocar ideias e, talvez marcar um encontro.

² Esta entrevista está no link: http://www.correiobraziliense.com.br/app/noticia/tecnologia/2013/12/11/interna_tecnologia,402827/aplicativo-tinder-vira-febre-no-brasil-confira-entrevista-com-o-cofundador.shtml

Se tomarmos como exemplo o campo dos serviços, para pegar um táxi basta operar a interface de um aparelho com tecnologia móvel utilizando um dedo de uma das mãos e acessar aplicativos³ como *Easy Taxi*⁴ que, além de levar ao local de destino, são oferecidos serviços adicionais de segurança com rastreamento de passageiros e programas que permitem que o pagamento seja gerado pela conexão em rede do aparelho do motorista com o do usuário, sem o uso de dinheiro ou cartão de crédito.

Além desses serviços, há parcerias com grandes empresas como Johnnie Walker entre outras que, utilizando as redes sociais como forma de disseminar um estilo cultural, imprimem também suas marcas ao concederem benefícios de desconto nas corridas de táxi àqueles que aderirem à campanha “HojeNãoDirijo”, voltada para o público que sai no fim de semana de táxi e não quer se arriscar na direção com uso de bebidas alcoólicas. Note-se que estilos culturais e comerciais convergem através das redes agregando o valor de uma marca com a de um serviço de utilidade pública, construindo um forte apelo comercial ao unir “bebida” e “táxi”.

Aplicativos de serviços

Hoje a *Easy Taxi* e *99Taxis* são os dois maiores aplicativos de táxis no Brasil. A *99Taxis*, criada em 2012, ainda não avançou no exterior, mas disputa a liderança do mercado com a *EasyTaxi*. Na disputa, surge uma concorrente de peso no mercado dos aplicativos de táxis. O *Uber*⁵, serviço de transporte alternativo que funciona também com base em aplicativo. A entrada do *Uber* desencadeou vários movimentos de taxistas contra, com manifestações em várias capitais como São Paulo, Rio de Janeiro e Brasília no sentido de que o aplicativo seja proibido. O

³ APPLication – aplicativo. [Brasil] [Informática] Programa informático que visa facilitar a realização de uma tarefa no computador, in Dicionário Priberam da Língua Portuguesa, 2008-2013, <<http://www.priberam.pt/dlpo/aplicativo>> [consultado em 02-08-2015].

⁴ Easy Taxi, fundada em abril de 2012 no Rio de Janeiro, é um aplicativo gratuito de serviço mobile que permite a conexão entre taxistas e passageiros. Tornou-se pioneira no serviço de táxi online, o aplicativo está redefinindo o cenário de táxi globalmente. Disponível em <http://www.easytaxi.com/br/about-us>.

⁵ Uber é um aplicativo de celular que conecta uma pessoa a um motorista particular. A referência descrita no site da Uber tem como propaganda na rede: “A escolha é algo maravilhoso”.

argumento dos taxistas é que o *app* é ilegal na forma de concorrência desleal já que pagam diversos tributos, taxas e licenças para serem regulamentados. O *Uber*, por sua vez, diz oferecer uma forma diferente de transporte que ajuda na geração de renda para as pessoas e que sua proposta não é táxi, mas motoristas particulares que atendem a quem tem conta nesse aplicativo. Do lado dos usuários, os relatos são de que os carros do *Uber* são mais confortáveis e melhores, comparativamente aos táxis convencionais. Os motoristas se vestem socialmente e andam com ar condicionado e o *Waze*⁶ ligado em tempo real, além de oferecerem água e balas sem cobrar a mais nas corridas.

Trata-se aqui de um cenário novo em que outras formas de expressão do coletivo indagam a própria noção de público, de transporte coletivo, do uso desses espaços públicos, da vida social organizada, das concessões públicas, sem a mediação dos direitos e do estado como regulador. De acordo com o informante da entrevista 1, apresentada no anexo desse trabalho: *“Uma certeza é: Casos como o do Uber vão ocorrer cada vez mais. E se não ocorrerem é porque conseguiram matar o ambiente de livre empreendedorismo que a internet é.”* (Ver Anexo – Entrevista 1)

Esses aplicativos estão construindo uma fisionomia de relação em outro nível de trabalho e de relação com a sociedade. Esse novo tipo de relação habilitado pelas TIC e redes nos remete à importância de se estudar a relação salarial no contexto da atualidade.

Ainda no conjunto dos serviços, para se deslocar até uma seguradora basta acessar o endereço eletrônico de corretoras e fazer uma cotação de preço de um seguro de automóvel, comparando o valor da franquia entre várias seguradoras do mercado. Além da característica fundamental da mobilidade as redes tratam a informação requerida como elos de um mesmo processo, disponibilizando outros recursos como esclarecer dúvidas ou simplesmente dispor de um canal de participação sobre a qualidade daquele serviço ou daquela informação. De modo que, além de conseguir uma pesquisa de preço na forma de uma espécie de cotação eletrônica em um único acesso, há disponíveis informações sobre formas de como contratar um seguro, pontos de criminalidade na área em que reside e índice de furtos de automóveis do modelo do carro cotado.

⁶ Waze é um aplicativo de navegação de trânsito baseado em uma comunidade de motoristas que compartilham informações de trânsito das vias em tempo real.

Com acesso a um único serviço é possível acessar vários outros correlatos apresentando possibilidades variadas em um único acesso. Assim, entende-se a importância dessas redes capazes de possibilitar o aparecimento de competências, de transformações de comportamento e de percepções para além da função de um conteúdo ou de uma informação.

Crowdfunding

Um reflexo das redes no campo da participação política e construção coletiva pode ser sentido em campanhas de financiamento coletivo conhecido como *crowdfunding*⁷ com as quais as redes potencializam a divulgação de ideias em torno de interesses compartilhados, através de uma rede de influências de conhecidos diretos, sejam eles parentes ou amigos, e que acreditam naquele projeto e naquela ideia. Com essa rede, aberta e transparente, o *crowdfunding* promove projetos através de financiamentos coletivos online, em variadas áreas, tais como: cultura, cinema, meio ambiente, jornalismo, intervenção e criação em espaços urbanos, e até em campanha eleitoral na forma de captação de recursos financeiros⁸.

Combinando vários serviços nas mídias sociais, o financiamento coletivo através das redes constitui um espaço de intervenção político e social na qual a interação entre as pessoas que acreditam no projeto em análise, no interesse público daquela ideia e naquela pessoa, se permitem novas maneiras de intervir, novas maneiras de conviver, de transformar e de realizar em torno de interesses mútuos, num ideal de transformação e intervenção dos atores sociais envolvidos.

⁷ Financiamento coletivo de um projeto ou de uma iniciativa através da angariação de contribuições monetárias de um número grande de pessoas com os mesmos interesses, realizada tipicamente pela internet e redes sociais. In Dicionário da Língua Portuguesa. Porto Editora. Disponível em: <<http://www.infopedia.pt/dicionarios/lingua-portuguesa/Crowdfunding>>

⁸ Dados da pesquisa Retrato do Financiamento Coletivo no Brasil entre 2013 e 2014, realizada pela comunidade de financiamento coletivo Catarse, apontam que entre as regiões brasileiras que mais participam do financiamento coletivo estão o Sudeste, com 63%; seguidas do Sul, com 20%; Nordeste 9%; Centro-Oeste, 7%, e norte 1%. Dados da pesquisa também apontam que 68% dos empreendedores entrevistados enxergam potencial de financiamento coletivo em seus negócios. 81% dos estudantes entrevistados estão interessados em empreender projetos próprios após se formarem. Disponível em <http://pesquisa.catarse.me/>.

Embora, ainda incipiente, pode avançar e gerar mais ganhos, como apontou o informante da Entrevista 2:

O financiamento coletivo no Brasil já arrecadou mais de 60 milhões de reais então esse é um valor relevante, é um valor que ainda não chega perto do valor levantado pelos Estados Unidos que é mais de um bilhão mas mostra que existe uma margem de crescimento, existe uma margem de engajamento muito grande onde a gente ainda pode fazer coisas incríveis. (Ver Anexo – Entrevista 2).

Nas eleições presidenciais nos EUA, em 2008, Barack Obama utilizou o *crowdfunding* para imprimir sua imagem na campanha eleitoral. Pelas redes sociais, os eleitores além de financiarem a eleição com pequenas quantias sabiam a quem estavam apoiando, e, o que é mais interessante, quanto havia de arrecadação. Assim, a campanha presidencial conseguiu, além de dinheiro, mais um milhão de colaboradores. Percebe-se, com isso, a imensa importância de entender essa dinâmica colaborativa em rede que vai tomando relevo em conceitos como “micropatrocinador”, “mobilize” e “não sou conduzido, conduzo”⁹, e vão se inserindo em uma lógica de relação em que idealizar, realizar e intervir são elos de uma mesma rede de sentido e de mundo, como, por exemplo, o acompanhamento do comportamento dos políticos, do andamento de projetos e dos custos dos projetos.

Ações políticas pela rede

Em 2012, o projeto denominado “Voto Consciente Jundiaí”¹⁰, que tem como proposta difundir a participação coletiva nas eleições daquela região, conseguiu levantar, na plataforma Catarse¹¹, a soma de R\$ 25 mil com a ajuda de 241 pessoas

⁹ O lema “Não sou conduzido, conduzo” assumiu o protagonismo da plataforma colaborativa nas redes. Disponível em: <<http://blog.catarse.me/sao-paulo-500-projetos-de-reflexao-intervencao-e-criacao-sobre-a-cidade/>>

¹⁰ Movimento fundado sob a perspectiva do voluntariado da cidade e que desde 2006 acompanha todas as sessões ordinárias da Câmara. O projeto foi bem-sucedido e financiado em 05.08.2014 com 183 apoios coletivos e R\$19.791 mil de arrecadação. Disponível em <http://www.catarse.me/pt/cidadonoseleicoes2014?ref=blog_cidadonos>

¹¹ Catarse é uma comunidade de financiamento coletivo, fundada em 2011, disponibilizada em plataforma na internet. Dados de dezembro de 2014 informam que já passaram na comunidade 2.700 projetos dos quais 55% atingiram a meta do financiamento. Em 2014 foram 1.140 projetos

que acreditaram naquela iniciativa e naquela ideia. No projeto, os cidadãos, chamados de “cidadonos”, apresentam ideias para melhorar a cidade e estas são apresentadas aos candidatos na época das eleições. Em seguida, esses candidatos, sabatinados publicamente sobre seus projetos, são acompanhados em sessões públicas da Câmara sendo dessa forma envolvidos para o debate. As ideias são impressas em “fichas públicas” e viram ações de políticas públicas para a cidade. Contando com a participação de escolas e da sociedade, essas ações já envolveram sete mil pessoas em oficinas de debates.

Entretanto, apesar do forte potencial dessas ferramentas de financiamento coletivo, em termos de mobilização e de construção política, a sua transposição para o terreno eleitoral padece de incentivos e é ofuscada por grande parte das instituições jurídicas e dos partidos políticos. Em maio de 2014, o Tribunal Superior Eleitoral (TSE) vetou a possibilidade de arrecadação de campanha por site de financiamento coletivo em resposta à consulta feita por um deputado federal do PSOL-RJ¹². Os ministros da Corte entenderam que essa forma de captação não é possível porque a doação em campanha eleitoral deve ser feita diretamente do eleitor ao candidato, não admitindo intermediários. O relator da consulta, ministro Henrique Neves, respondeu de maneira negativa à questão e foi seguido pelo plenário da corte. No sistema legal brasileiro, disse Neves, a doação eleitoral "é algo que ocorre entre eleitor e candidato". Por outro lado, os partidos não querem perder parte de sua arrecadação, que muitas vezes advém de doação direta de empresas em troca de pequenas doações de eleitores. Geralmente, nessas plataformas virtuais de financiamento coletivo os patrocinadores são nominalmente identificáveis, sendo possível visualizar até o valor que cada um contribuiu, se assim desejarem.¹³

finalizados com a participação de 88.500 pessoas que contribuíram com R\$12 milhões. Disponível em: <<http://blog.catarse.me/retrospectiva-dois-mil-e-catarse-r-1-milhao-por-mes/>>. Acesso em:

¹² Fonte: < <http://g1.globo.com/politica/eleicoes/2014/noticia/2014/05/tse-veda-arrecadacao-de-campanha-por-site-de-financiamento-coletivo.html> >

¹³ Gastos eleitorais, de origem privada, têm crescido num ritmo exponencial. Em 2002, os gastos declarados à Justiça Eleitoral por partidos e candidatos nas campanhas para deputado federal alcançaram R\$ 189,6 milhões; em 2010, esse valor chegou ao montante de R\$ 908,2 milhões, um crescimento de 479% em oito anos. Na mesma direção, as campanhas presidenciais, que custaram R\$ 94 milhões, em 2002, alcançaram a cifra de R\$ 590 milhões em 2010, um crescimento de 627% em oito anos. Dados retirados da consultoria legislativa da câmara dos deputados federais, fevereiro de 2014. Fonte: Disponível em: < http://www2.camara.leg.br/documentos-e-pesquisa/publicacoes/estnottec/tema3/2014_3.pdf >

Muito embora o sistema legal brasileiro não admita “intermediários” advindos de espaços como esses para captação de recursos de campanhas eleitorais, o atual processo de doação permitido na forma legal advém de vultosas somas oriundas de empresas ligadas a grandes grupos econômicos. A concentração de doações para campanha eleitoral tem origem em grandes setores da economia do país como indústria de alimentos, setor financeiro, empreiteiras e o setor de mineração. O montante de recursos por empreiteiras liderou o ranking de doações na campanha presidencial de 2014. Juntas, as construtoras contribuíram com quase R\$ 300 milhões, ou 30% do total arrecadado.

A mobilização pelas redes e o mundo do trabalho

As novas tecnologias trouxeram impactos nos processos de trabalho, desencadeando uma série de influências sociais que afetaram os trabalhadores, sendo por isso de grande colaboração analisar como isso está acontecendo atualmente.

Castells (2013) situa esse debate no processo de transição histórica à medida que o progresso tecnológico de uma atividade para outra criaria, indubitavelmente, variações das estruturas do trabalho.

(...) essas tendências não se originam da lógica estrutural do paradigma informacional, mas são o resultado da reestruturação atual das relações capital-trabalho, com a ajuda das poderosas ferramentas oferecidas pelas novas tecnologias da informação e facilitadas por uma nova forma organizacional, a empresa em rede (CASTELLS, 2013, p.345).

Já Robert Castel (2012) aponta que as relações salariais estão sofrendo um esgotamento em suas bases. Para o autor, a centralidade do trabalho como eixo de relações sociais e como fundamento da cidadania vem perdendo seu poder de integração, colocando em questão diversas formas de identidade construídas ao redor e a partir do mundo do trabalho. Por certo, essa crise vem acompanhada de uma redefinição nas relações de trabalho, estatutos e regulamentos legitimadores de profissões e os espaços de representação. A erosão de direitos põe em questão formas de identidade construídas a partir do mundo do trabalho, colocando na

ordem do dia a própria noção de cidadania, marcado por certas descontinuidades que se deram historicamente, fato apontado por Castel.

O processo de degradação dos eixos que se constituíam nos pilares da sociedade salarial vem pondo em xeque modos de socialização e formas de integração com base no trabalho, vem revertendo identidades, filiações, formas de coesão e de solidariedade (CASTEL, 2012, p.16).

No Brasil, os movimentos sociais como “15M”, “*Não vai ter copa*” e “*Vândalo é o Estado*” fizeram uso das mídias utilizando as redes sociais através de posts, tags, vídeos e mensagens de texto para convocar o povo às ruas e juntos se tornarem protagonistas de seus embates contra o *status quo*.

O movimento “15M”¹⁴ organizou um ato público para o dia 15 de maio de 2014, citado como dia internacional de lutas contra a copa, ao qual compareceram cerca de 21 mil pessoas, distribuídas em sete estados do país¹⁵. Essas comunidades virtuais se propõem a fazer denúncias sobre violações de direito e mal-uso de dinheiro público. No caso da copa do mundo no Brasil, a perda de popularidade desde o início dos protestos fez algumas empresas repensarem estratégias de eventos ligados ao torneio temendo a repercussão dessas manifestações.

Na chamada Primavera Árabe também houve forte influência das redes sociais na onda de protestos, que eclodiu em 2011, no qual milhares de egípcios foram protagonistas com vídeos e postagens via internet, cobrindo as mobilizações no Oriente Médio.

Wael Ghonim, executivo do Google, em entrevista à rede de TV americana CNN, afirma que o movimento da Primavera Árabe começou em junho de 2010 no

¹⁴ O movimento do Brasil se espelhou no 15M que aconteceu na Espanha, em 2011, organizado pela internet para protestar contra a crise econômica e pedir a instalação de uma democracia mais participativa. O movimento mantém atividades de protestos até os dias de hoje.

¹⁵ Essa informação está disponível em: <<http://brasil.estadao.com.br/noticias/geral,atos-contracopa-tem-baixa-adesao-mas-governo-federal-mantem-alerta,1167296>>.

Facebook¹⁶ quando centenas de milhares de egípcios começaram a colaborar com o conteúdo na internet¹⁷.

Já para Sami Ben Gharbia, co-fundador do blog Nawaat, ao se referir ao movimento da Primavera Árabe e às redes sociais disse que “essa foi a caixa de ressonância na luta nas ruas”¹⁸. Esses canais são usados para marcar encontros por ativistas e para disseminação de informação sobre lugares, horário dos protestos, formas de vigilância da atuação da polícia no local com fotos e vídeos, e debates com resumo sobre detidos ou eventos de violência ocorridos nos protestos.

Lado negativo das redes

Uma mulher morreu após ser agredida por multidão, por ter sido publicado na página “Guarujá alerta” um retrato falado extraoficial do Facebook. A mulher foi confundida com uma suposta sequestradora de crianças, em 2012, no Rio de Janeiro¹⁹. A página da rede social tem mais de 55 mil seguidores e é referência na região como prestadora de serviço para a população local. Esse fato revela um lado negativo ao projetar a violência das pessoas, também coletivizada pela rede.

Outra maneira de lidar com essas tecnologias é a atenção ao tratamento de dados gerados pelas pessoas em suas ações, reações, interações e conexões. Uma nova tipologia dos dados, tomados a partir de posts no Facebook, tweets,

¹⁶ Facebook é um site de serviço de rede social, lançado em 4 de fevereiro de 2004, de propriedade privada da Facebook Inc. Em 4 de outubro de 2012 o Facebook atingiu a marca de um bilhão de usuários ativos, sendo por isso a maior rede social em todo o mundo. Em média, 316.455 pessoas se cadastram por dia no Facebook, desde sua criação em 4 de fevereiro de 2004. Disponível em: <<https://pt.wikipedia.org/wiki/Facebook>>

¹⁷ O sociólogo francês Alain Touraine, em artigo publicado no jornal La Republica, em 30.07.2011, afirma: “É indispensável compreender esses movimentos que marcam uma profunda ruptura na vida política de inúmeros países (...) de fato, esses movimentos que surgiram principalmente graças à comunicação direta através das redes sociais como o facebook ou o twitter não foram definidos com clareza suficiente pela mídia e em particular pela televisão”. Disponível em: <<http://www.ihu.unisinos.br/noticias/45954-o-que-restara-dos-indignados-da-europa-artigo-de-alain-touraine>>

¹⁸ < Disponível em: < <http://www.observatoriodaimprensa.com.br/news/view/a-revolucao-das-redes-sociais>>

¹⁹ “Mulher morta após boato em rede social”. Disponível em <<http://g1.globo.com/sp/santos-regiao/noticia/2014/05/mulher-morta-apos-boato-em-rede-social-e-enterrada-nao-vou-aguentar.html>>

fotoblogs²⁰, mensagens, vídeos e geolocalização operam em um grande banco de dados, compreendendo uma dinâmica que coloca grande massa de pessoas sob a lógica do monitoramento constante, na medida em que essas tecnologias permitem que os próprios corpos sejam peças dessa engrenagem.

A geolocalização permite determinar a localização geográfica de uma pessoa, lugar ou coisa, através da atribuição de coordenadas de latitudes e longitudes, apresentando-se como um nicho de mercado cada vez mais amplo e diversificado. Essas tecnologias estão evoluindo no sentido de uma hibridização e convergência apresentando possibilidades variadas em termos de mobilidade, acessibilidade e tratamento de dados que são gerados pelas pessoas.

Ainda que essa nova dinâmica do coletivo e esses novos atores venham sendo gradativamente descobertos e revelados, esses coletivos são compostos por uma ampla heterogeneidade interna, intimamente relacionada à diversidade de interações e conexões do próprio grupo de atores que ali se forma e interage. De modo que o regime de normatização desses grupos possui temporalidades próprias visto que se trata de um sistema não-linear e caótico. Unindo e dividindo os indivíduos em si mesmos, são configuradas produções de sentido segundo interesses do marketing, da publicidade e do consumo imediato. Essa relação envolve múltiplos elos que se articulam ao redor da sensação de fluidez constante, da auto-imagem e na crença “amplificada” de “liberdade”.

Estrutura do trabalho

Apresentamos, nessa seção, a estrutura do trabalho conforme parágrafos adiante.

O primeiro capítulo debruça-se sobre o conceito Sociedade em Rede que Castells identificou como resultado de uma nova forma de organização social, sendo abordado ao longo do capítulo o aspecto da sociedade em rede aplicada à dimensão social do ser humano e como forma de organização da vida contemporânea. A

²⁰ Página na web, geralmente de caráter pessoal, com uma estrutura cronológica que se atualiza regularmente e que se dedica a tratar frequentemente de tema concreto. Sinônimos: diário, weblog. Oxford Dictionaries. Disponível em: < <http://www.oxforddictionaries.com/> >

formação desse paradigma de organização social teve como referência mudanças essenciais estabelecidas no âmbito da comunicação em decorrência de transformações tecnológicas nesse setor. A alteração dos meios tradicionais de comunicação para um modelo de redes de computadores, organizado em torno da internet e da comunicação sem fio, imprimiu à organização social não somente o aspecto da mobilidade mais a possibilidade de conectividade a todo tempo e a todo lugar. O espírito do informacionalismo também influenciou profundamente a economia. A economia globalizada trouxe uma avassaladora dinâmica ao mercado de valores mobiliários com a virtualização do capital.

Na Metodologia, demonstram-se as técnicas e métodos utilizados para desenvolver e aprofundar as discussões da pesquisa, consoante com a opção metodológica.

No segundo capítulo, apresentam-se as abordagens, já dentro do referencial teórico, as reflexões sobre o esvaziamento pelo qual tem passado a noção de cidadania marcada pela disputa política e pelo deslocamento de sentido operado no interior dessas disputas e a fragilidade das referências à noção de cidadania e das várias formas de apropriação do seu significado. Nesse capítulo são articulados o conceito de cidadania e Estado-nação, referidos por Habermas, bem como o conceito de cidadania, ampliada de Evelina Dagnino, cujo foco norteador é o processo de transformação e alargamento da dimensão cultural e o mecanismo de criação de novos espaços de representação.

O terceiro capítulo apresenta, em linhas gerais, os conceitos de Alain Touraine referentes ao contexto atual da sociedade marcada por um novo paradigma de representação e de muitas transformações, em todos os âmbitos, e sobre as noções de indivíduo voltado para a ideia de sujeito, em todas as suas dimensões de liberdade que inclui criação e emergência desse indivíduo para se tornar ator e construtor de sua própria história, priorizando sua ação e intervenção cultural como forma de liberdade e criação e remetendo-se a um sujeito não só social ou econômico, mas também entendido em termos culturais.

O quarto capítulo analisa os aspectos do indivíduo na nova dinâmica do coletivo nas redes. Numa sociedade amplamente mediatizada e em meio à globalização dos mercados são convocadas certas expressões de comportamento, certos corpos e rostos que revelam e põem em cena um indivíduo voltado para si mesmo. Uma linguagem de novo tipo parece convocar os indivíduos a se exibirem

numa espetacularização de rostos cada vez mais conectados e expostos em “eus” auto-narrativo.

Em Considerações finais, apresentamos os resultados das análises e das observações sob o ponto de vista do referencial teórico apresentado, tendo em vista que essa dissertação se debruça sobre pesquisa documental na literatura da área e nas observações das redes.

Em seguida, estão as Referências que deram suporte às reflexões apresentadas nesta pesquisa, seguida dos anexos que se constituem de entrevistas com administradores de sites que ancoram redes de relações sociais.

Metodologia

De acordo com Minayo (2007, p. 44) a metodologia é

Uma discussão epistemológica sobre o “caminho do pensamento” que o tema ou o objeto de investigação requer; é também uma apresentação adequada e justificada dos métodos, técnicas e dos instrumentos operativos que devem ser utilizados para as buscas relativas às indagações da investigação

Para a autora, esse tipo de pesquisa faz surgir a “criatividade do pesquisador”, ou seja, a sua marca pessoal e específica na forma de articular teoria, métodos, achados experimentais, observacionais ou de qualquer outro tipo específico de resposta às indagações específicas” (MINAYO, 2007, p. 44).

Essa pesquisa, de cunho qualitativo-exploratório, insere-se no contexto da Pós-graduação de Políticas Pública e Formação Humana e desenvolve uma reflexão sobre os caminhos que as tecnologias em rede e as redes sociais estão trilhando, visando a entender se nesse percurso está surgindo uma nova cidadania na era das redes, como proposto no título da dissertação que apresentamos. De acordo com Gil (2007) esse tipo de pesquisa se compõe de: levantamento bibliográfico; entrevistas com pessoas que tiveram experiências práticas com o problema pesquisado; e análise de exemplos que estimulem a compreensão (GIL, 2007). Esta é uma pesquisa que visa também à obtenção de dados e/ou informações sobre as opiniões de um determinado grupo de pessoas e para isso foram utilizados questionários

como instrumentos de pesquisa. Nesse sentido, insere-se também na modalidade “survey” (FONSECA, 2002, p. 33).

Para a Minayo (2001) a pesquisa qualitativa trabalha com o universo de significados, motivos, aspirações, crenças, valores e atitudes, o que corresponde a um espaço mais profundo das relações, dos processos e dos fenômenos que não podem ser reduzidos à operacionalização de variáveis.

Para dar conta dessa reflexão, realizamos uma pesquisa de campo com aplicação de entrevistas com fundadores de plataformas de *crowdfunding*²¹. Com a coleta dessas informações pretendeu-se estabelecer um panorama sobre como se processa a formação desses novos espaços de financiamento coletivo viabilizado pelas redes, e a ação que eles promovem enquanto esfera coletiva de participação e de linguagem.

Do trabalho de campo

Foi elaborada uma pauta de entrevistas que foi encaminhada por e-mail e por áudio, através do WhatsApp²², para fundadores e co-fundadores de nove plataformas de financiamento coletivo atuantes no desenvolvimento de projetos de diversos segmentos; um blog que explora o tema das atividades desenvolvidas no âmbito do metrô do estado do Rio de Janeiro. As entrevistas, e a consequente análise, com os representantes das plataformas visam a entender se essa mobilização social que está acontecendo nas redes é de fato geradora de mudança; se estaríamos diante de novos cidadãos; se se trata de uma nova economia colaborativa e que tipo de análise discursiva está sendo travada no interior desses formatos de participação colaborativa.

²¹ Este conceito é definido nesta Introdução. Ver p. 14.

²² WhatsApp é um aplicativo que permite a troca de mensagens pelo celular usando o plano de dados de internet, sem custo para enviar mensagens. Nesse aplicativo os usuários podem criar grupos, enviar mensagens ilimitadas com imagens, vídeos e áudio. Até o momento, não há venda de anúncios no uso do aplicativo: https://www.whatsapp.com/?l=pt_br.

Há entre os entrevistados, depoimento do fundador da primeira plataforma *crowdfunding* para projetos atuantes no Brasil²³.

Dentre o universo pesquisado estão as seguintes mídias colaborativas:

Tabela 1 - Mídias colaborativas

Catarse	https://www.catarse.me/
Múrmura	www.shoottheshit.cc
Vaquinhas on line	https://www.vakinha.com.br
Queremos!	www.queremos.com.br/
Uber	https://www.uber.com/pt/
URBe	http://www.urbe.cc
DestinoIncomum	www.destinoincomum.com.br/
CatracaLivre	https://catracalivre.com.br/
MetrôdoRio (não oficial)	metrotorio.blogspot.com/
Juntos.com.vc	www.juntos.com.vc

As entrevistas se organizaram em quatro grades de análises²⁴. A primeira grade tratou de analisar o nascimento, a história e a concepção dos projetos que são desenvolvidos. A segunda visa abordar os aspectos, contribuições e possibilidades que são inauguradas com a vida em redes. A terceira grade toma os sujeitos envolvidos, enquanto partícipes de seus projetos de criação da sua história. Por fim, a quarta grade de análise toma como pauta aspectos voltado à participação política, cidadania, mercado e controle, contrapondo os temas com o avanço das tecnologias em redes.

As entrevistas contemplaram respostas de apenas três fundadores de plataformas colaborativas. No início, duas plataformas colaborativas mostraram interesse em participar, mas em seguida com o envio da pauta de entrevistas não responderam mais as chamadas; o fundador do blog também mostrou interesse na entrevista logo no início do contato, mas em seguida ao envio da pauta não quis mais estabelecer diálogo com o tema; por fim, quatro não estabeleceram sequer nenhum tipo de diálogo e não responderam. A pequena participação dos entrevistados nos trouxe como perspectiva, numa primeira linha de análise, que a própria paisagem midiática é um ambiente atravessado por fluxos disruptores, voláteis e de consumo rápido. Por operarem tantas variáveis de conexão e desconexão as próprias relações não são garantidas enquanto mecanismos de interação e linguagem.

²³ Catarse foi a primeira plataforma de financiamento coletivo do Brasil.

²⁴ Ver no Anexo a pauta de entrevista.

Observamos que os entrevistados percebem que há uma nova dinâmica do coletivo em uma nova cidadania na era das redes. Segundo eles, a influência das plataformas de financiamento coletivo para a realidade social vem para

(...) deslocar um pouco da ideia de dependência do estado, de entidades privadas como banco e pensar no que interações entre as pessoas ao redor de uma proposta é capaz de fazer. Ou seja, já existe na rede uma série de mecanismos para te fazer agir segundo esse comportamento pela busca por se sentir relevante, que é natural ao ser humano. Acho que isso vai se intensificar ainda, e pensando nesse exercício de futuro, consigo ver as pessoas avaliando o seu nível de envolvimento social ao saberem quantos projetos você já apoiou coletivamente, ou outros índices saídos da rede que digam um pouco mais sobre você (Ver Anexo - Instituição 1)

Percebe-se que uma linguagem mais clara a respeito do que está sendo investido, que tipo de projeto está sendo feito vira um valor para os idealizadores dos projetos bem como para os apoiadores dos projetos. Eles querem contribuir em algo que vai acontecer de fato, em algo que eles saibam quanto custou, como foi executado e para onde foi aquele projeto. De outro lado o apoiador daquele projeto quer ser reconhecido enquanto tal.

Quanto à possibilidade que a vida em redes traz para a economia e para o trabalho, o entrevistado foi comedido:

Acho que é muito cedo para conclusões. Mas o ponto comum a todas essas discussões é: a inovação, bem-intencionada ou não, é mais rápida que a legislação. Uma certeza é: casos como o do Uber vão ocorrer cada vez mais. E se não ocorrerem é porque conseguiram matar o ambiente de livre empreendedorismo que a internet é. Um ponto importante é que sim, tem muito de marketing nessa coisa de nova economia, economia criativa etc. Acho que ainda estamos no momento de entender o que é tudo isso, toda essa conectividade e novos horizontes que se apresentam. O difícil é achar o equilíbrio entre sistemas que ficaram no passado e todos esses novos mecanismos. É difícil saber onde está esse ponto de equilíbrio de até onde pressionamos para avançar e até onde esse avanço, ao menos nessa velocidade, desrespeita uma série de funcionamentos e interações que já ocorrem. Sistemas legislativos e regulatórios que hoje estão em operação levaram anos de debates sociais e até mesmo conflitos para chegarem ao ponto em que se encontram hoje. (Ver Anexo - Instituição 1).

Pensando nas possibilidades que a vida em rede cria para as pessoas em termos de relacionamento pessoal, exercício da cidadania e inserção política um dos entrevistados se manifestou:

Então a vida em redes ela permite que a gente se conecte mais fácil e elimine essas barreiras criadas por pessoas ou por organizações que

tendem a usar esse poder de forma maléfica. E hoje a política é um pouco como esse caso assim, o governo praticamente em todos os países funcionam dessa forma, busca essa centralização porque para ele como um organismo vivo ele tenta se manter vivo, então de certa forma não é bom dar muito poder para as pessoas porque as pessoas com poder podem destruir esse organismo esse sistema que existe hoje. Só que a rede é a rede, a rede depois de conectada ela toma proporções é ... geométricas assim, então ela só tende a crescer e quanto o maior o nível de conectividade entre as pessoas maior a probabilidade de nascerem coisas novas. É, por um lado a rede não deixa de ser uma tecnologia social e, como toda tecnologia, a gente pode usar para o bem ou para o mal. E hoje para o exercício da cidadania ela é uma consequência de uma consciência de um modelo mental que busca o equilíbrio entre as pessoas. E eu vejo que a política precisa aprender a desaprender porque está na hora dela reaprender como a operação dela deve funcionar em termos de engajamento, em termos de democracia, em termos de dar voz e dar poder as pessoas. (Ver Anexo - Instituição 2).

Quanto à percepção de uma nova cidadania na era das redes um entrevistado traz em sua fala a seguinte consideração sobre o contexto atual:

Cidadania é algo mais divertido e potente se você estiver e exercer junto com outras pessoas, não apenas sozinho (...). Até no sentido de qual lógica vai imperar, essa lógica não geográfica da internet ou o controle mais condensado dos Estados. (...) creio que existe um campo aberto muito grande para essa agenda da nova economia ser de alguém. Acho que está em aberto. (Ver Anexo - Instituição 1).

Os depoimentos recolhidos servem de referência de análise dessas novas práticas de ação coletiva e de uma cultura colaborativa em rede que, na nossa visão, configuram uma nova esfera pública de participação e de uma nova cidadania que aos poucos vai se afirmando. Futuras pesquisas, voltadas para os elementos práticos dessa nova economia colaborativa em redes poderão complementar e conversar com o trabalho aqui desenvolvido.

1 O PARADIGMA DA SOCIEDADE EM REDE

A revolução tecnológica no setor da comunicação tornou possível um sistema de redes de comunicação, reunidas com base na internet e na comunicação de aparelhos sem fio, contribuindo para o surgimento de uma cultura baseada na informação digital. Redes sociais na internet são relações estabelecidas entre pessoas na comunicação mediada por computador. Na análise de Capra “as redes sociais são antes de mais nada redes de comunicação que envolvem a linguagem simbólica, os limites culturais, as relações de poder e assim por diante” (CAPRA, 2002, p. 93-94).

O conceito redes²⁵ é aplicável em diversos segmentos e é abordado em diversas áreas do conhecimento, tais como: saúde, comunicação, informática, urbanística, economia, administração, dentre outras. Nessa pesquisa, utilizamos a noção de rede sob o aspecto da teoria social, segundo a qual redes são as relações que se dão por elos ou nós reunindo indivíduos ou grupos. Nessa perspectiva, destaca-se assim a seguinte análise do conceito trazida por Marteleto (2001, p.72).

O estudo das redes coloca assim em evidência um dado da realidade social contemporânea que ainda está sendo pouco explorado, ou seja, de que os indivíduos, dotados de recursos e capacidades propositivas, organizam suas ações nos próprios espaços políticos em função de socializações e mobilizações suscitadas pelo próprio desenvolvimento das redes. Mesmo nascendo em uma esfera informal de relações sociais, os efeitos das redes podem ser percebidos fora de seu espaço, nas interações com o Estado, a sociedade ou outras instituições representativas. Decisões micro são influenciadas pelo macro, tendo a rede como intermediária

Castells pontua que as redes possibilitam o acesso de pessoas e a troca de ideias e, ao mesmo tempo, divulga e multiplica interações, absorvendo novos

²⁵ **Re-de** [ê] (latim rete, -is) substantivo feminino. 1. Malha feita de fios entrelaçados com espaços regulares. 2. Utensílio de malha larga para apanhar peixes ou outros animais. 3. Tecido de malha de algodão ou seda com que as mulheres envolvem o cabelo. 4. Tecido metálico que serve para resguardar as vidraças. 5. Utensílio de malha de arame para resguardar a comida. 6. Tecido de arame. 7. Artefato, de tecido ou malha resistente, suspenso pelas duas extremidades, onde se dorme ou descansa. 8. [Esporte] Tira de tecido de malha que divide um campo de tênis, de vôlei ou uma mesa de pingue-pongue. 9. Conjunto de linhas de estradas de ferro, telefônicas, telegráficas, de canais, etc. 10. [Anatomia] Entrelaçamento de nervos, fibras, etc. 11. [Figurado] Diz-se de tudo que leva adiante de si e apanha ou arrasta quanto encontra. 12. Complicação de coisas. 13. Cilada. 14. [Informática] Sistema de computadores geograficamente afastados uns dos outros, interligados por telecomunicações, geralmente permanentes. 15. [Informática] O mesmo que Internet. Fonte: Dicionário Priberam da Língua. Disponível em: < <http://www.priberam.pt/dlpo/rede> >. Acesso em: 09-02-2016.

elementos e conhecimentos em busca de interesses mútuos ou simplesmente compartilhando valores. Essas relações são facilitadoras do fortalecimento de competências cognitivas e da confiança da capacidade humana. As redes sociais abrangem um fenômeno contemporâneo da comunicação na medida em que possibilita uma ampla maneira de acessar pessoas, ideias e coisas e essas mesmas interações serem divulgadas e multiplicadas na absorção de novos conhecimentos. Na perspectiva de Castells, como os meios de comunicação de massa são amplamente controlados por governos e empresas as redes sociais têm autonomia de comunicação e oferecem a possibilidade de deliberar e coordenar as ações.

Começou nas redes sociais da internet, já que estas são espaços de autonomia, muito além do controle de governos e empresas, que, ao longo da história, haviam monopolizado os canais de comunicação como alicerces de seu poder. Compartilhando dores e esperanças no livre espaço público da internet, conectando-se entre si e concebendo projetos a partir de múltiplas fontes do ser, indivíduos formaram redes, a despeito de suas opiniões pessoais ou filiações organizacionais. Uniram-se (CASTELLS, 2013, p. 10).

Já para Lévy (1999) as redes sociais são, antes de tudo, um instrumento de comunicação entre indivíduos, um lugar virtual no qual as comunidades ajudam seus membros a aprender o que querem saber.

Os dados representam apenas a matéria-prima de um processo intelectual e social vivo e altamente elaborado. Finalmente, toda inteligência coletiva no mundo jamais irá prescindir da *inteligência pessoal*, do esforço individual e do tempo necessário para aprender, pesquisar, avaliar, integrar-se às diversas comunidades, mesmo que virtuais. A rede jamais pensará em seu lugar, e é melhor assim (LÉVY, 1999, p.253).

Castells (2013) identifica que a passagem dos meios de comunicação de massa tradicionais para um sistema horizontal de redes de comunicação, organizadas em torno da rede de equipamentos e da comunicação sem fio, introduziu uma multiplicidade de padrões de comunicação na base de uma transformação cultural à medida que a virtualidade se torna uma dimensão essencial. Pela análise de Castells, essa configuração deu origem à “sociedade da informação” e passa a imprimir contexto decisivo como forma de organização da atividade humana em sociedade. Consequentemente, a era da Informação constituiu-se em um sistema global de redes, incluindo nesse sistema estados, pessoas, nações, territórios, cidades, mercados, fluxo de capital, crimes virtuais, exclusões,

violências e dominação em níveis globais de riqueza, poder e informação, fenômeno aos quais Castells (2013) denominou de Sociedade em Rede, que significa uma nova estrutura em todas as dimensões fundamentais da organização e da prática social.

Capra (2002) descreve que assim como a Revolução Industrial deu origem à "sociedade industrial", a nova Revolução da Informática está dando origem à "sociedade da informação". Ao falar do conceito de "sociedade de redes", entendido por Castells como a sociedade da informação, esboça que a informática desempenhou um papel decisivo na ascensão das ligações em rede (*networking*) como nova forma de organização da atividade humana nos negócios, na política, nos meios de comunicação e nas organizações não-governamentais.

1.1 Identidades e rede

Castells (2013) entende que os primeiros passos históricos das sociedades informacionais parecem caracterizá-las pela preeminência da identidade como seu princípio organizacional. Para ele, identidade, sob esse aspecto, é o processo pelo qual um ator social se reconhece e constrói significado com base em determinado atributo cultural, a ponto de excluir uma referência mais ampla a outras estruturas sociais. Essas transformações se deram em escala global e em diferentes dimensões da organização da sociedade cuja dinâmica da difusão da lógica de redes modificou substancialmente a operação e os resultados de vários processos da ação humana, sejam eles sociais, econômicos, de experiência e de poder, em fluxos livres de capital e de conhecimento.

1.2 Mudanças paradigmáticas no mercado financeiro

Outro fator de transformação resultante de novas tendências tecnológicas é no setor das empresas com base em uma nova lógica organizacional. A economia global com base no novo paradigma tecnológico influenciou e modificou,

substancialmente, a operação e os resultados dos processos, trazendo uma nova lógica organizacional para dentro das empresas.

A organização da produção tendo como base a informação e a propagação de tecnologias da informação redefiniu práticas organizacionais clássicas de organização industrial, com a automação cada vez maior e acelerada de tarefas e trabalhos. No contexto de uma nova economia globalizada e cada vez mais exigente pela presença de novas tecnologias as formas organizacionais industriais clássicas foram redefinidas da produção em massa à produção flexível.

O modelo de produção em massa fundamentou-se em ganhos de produtividade obtidos por economias de escala em um processo mecanizado de produção padronizada com base em linhas de montagem, sob as condições de controle de um grande mercado por uma forma organizacional específica: a grande empresa estruturada nos princípios de integração vertical e na divisão social e técnica institucionalizada de trabalho (CASTELLS, 2013, p. 212).

1.2.1 Tecnologias e mercado financeiro

Inúmeras foram as transformações surgidas em decorrência da implantação desse paradigma tecnológico e das exigências dessa nova economia global nos sistemas organizacionais das empresas que, já não se contentando com a produção padronizada em massa, legitimam o surgimento de uma produção mais personalizada e flexível. Quando os mercados ficaram mundialmente diversificados e, portanto, difíceis de serem controlados e o ritmo da transformação tecnológica tornou obsoletos os equipamentos de produção, o sistema de produção em massa ficou muito rígido e dispendioso para as características da nova economia. Abre-se, então, o espaço para a flexibilização que Castells (2013) identifica como uma possível resposta para superar a rigidez. A nova economia em redes e a crescente interconectividade entre clientes, fornecedores e concorrentes exige que as empresas mudem seus processos organizacionais a fim de integrar as transformações econômicas e tecnológicas ao seu modelo organizacional, descentralizando processos e produtos e reduzindo custos com base na

automatização das tarefas. Percebe-se esse cenário na fala do informante da entrevista 1:

Acredito que exista sim uma superlativação da chamada "nova economia", que nada mais é do que uma reconfiguração de como o capital circula e não toda essa panaceia que 'virá para resolver tudo'. Mas isso não torna essas mudanças menos importantes, e acho que o desafio não está nessas mudanças em si, mas em entender a que essas mudanças servem e que tipo de melhorias reais ela trará para todos e não para parcelas específicas de pessoas. Se é ou não uma agenda neoliberal, não sei, mas concordo que é uma disputa de poder. Até no sentido de qual lógica vai imperar, essa lógica não geográfica da internet ou o controle mais condensado dos Estados. (Ver Anexo - Instituição 1).

Castells (2013) aponta que o mercado financeiro, em decorrência das transformações tecnológicas sofridas no setor, permitiu a constituição de um mercado financeiro global dotando as instituições financeiras de capacidade computacional para operar modelos matemáticos avançados, ligados globalmente em mercados financeiros interdependentes, por meio de transações eletrônicas realizadas com a velocidade de um raio. Bancos eletrônicos, sistemas de transferência de fundos por computador, pagamentos via telefone celular como *PayPal* e *PagSeguro*²⁶, componentes advindos da moderna tecnologia da informática e da comunicação, provocam um aumento expressivo dos níveis de circulação de capital. Essa economia globalizada trouxe uma avassaladora dinâmica ao mercado de valores mobiliários com a virtualização do capital, com capacidade suficiente de gerar uma massa cada vez maior e mais rápida desses capitais virtuais, negociados em escala global, aumentando substancialmente a lucratividade mundialmente.

Nessas condições, a cooperação e os sistemas em rede oferecem a única possibilidade de dividir custos e riscos, bem como de manter-se em dia com a informação constantemente renovada, flexível e altamente circulante. Mas as redes também atuam como porteiros do vasto mercado informal. Dentro delas as tendências da desregulamentação do mercado são criadas o tempo todo, amplificando um tipo de relação que atende ao novo capitalismo pós-industrial baseado no consumo imediato, na performance empreendedora e no mercado.

Fora das redes, a sobrevivência fica cada vez mais difícil para as empresas e, assim, elas vão se desenvolvendo numa constante, operando uma engrenagem em

²⁶ Método de pagamento realizado pela internet.

que os indivíduos são as suas próprias peças. Com a rápida transformação tecnológica as redes tornaram-se a unidade operacional real para um novo modelo de organização das empresas. Em outras palavras, mediante a interação entre a crise organizacional e a concepção trazida através das novas ferramentas das tecnologias da informação surgiu uma forma organizacional com características da economia informacional/global: a *empresa em rede* (CASTELLS, 2013, p. 232).

Esse modelo organizacional manifesta-se em diferentes contextos culturais e institucionais imprimindo o surgimento de uma economia informacional globalizada, regida por novas condições tecnológicas. Ao falar da nova lógica organizacional Castells (2013) considera que as empresas em rede são verdadeiras unidades operacionais reais, organizadas por espírito cultural próprio e adaptáveis aos conjuntos das circunstâncias culturais e econômicas e às estruturas de mercado.²⁷

No contexto da empresa em rede a lógica organizacional muda com o incremento de outras frentes cognitivas, tais como: novas redes de telecomunicações; novos e poderosos computadores de mesa; computadores onipresentes conectados a servidores potentes; novos softwares adaptáveis e auto evolutivos; novos dispositivos móveis de comunicação que estendem as conexões on-line para qualquer espaço a qualquer hora; novos trabalhadores e gerentes conectados entre si em torno de tarefas e desempenho, capazes de falar a mesma língua, a língua digital (CASTELLS, 2013, p. 255).

O “espírito do informacionalismo” é uma cultura que se desenvolve na multiplicidade de sujeitos na rede, formada de código cultural próprio e por valores e projetos que passam pelas mentes dos vários participantes das redes, mudando no mesmo ritmo que os membros que as constituem, seguindo a transformação organizacional e cultural das unidades da rede.

Castells (2013, p.258) reflete que é de fato uma cultura, mas uma cultura do efêmero, uma cultura de cada decisão estratégica num conjunto de retalhos de experiências e interesses, ao invés de uma carta de direitos e obrigações. A unidade da organização produtiva é a própria rede. Essa nova economia informacional global possibilitada pelas novas tecnologias da informação também imprimiu transformações ao mundo do trabalho.

²⁷ Castells chega a apontar que pela primeira vez na história a unidade básica da organização econômica não é um sujeito individual (como o empresário ou a família empresarial) nem coletivo (como a classe capitalista, a empresa, o Estado), a unidade é a rede, formada de vários sujeitos e organizações (CASTELLS, 2013, p.257).

1.3 Trabalho na economia informacional

O trabalho representa o movimento de pertencimento e de integração do indivíduo à sociedade. O trabalho humano e suas práticas vêm sendo transformadas ao longo do tempo por conta das inovações tecnológicas que estão introduzindo a mente humana no bojo da organização da produção e no padrão de trabalho. As novas bases do sistema produtivo estruturadas numa economia da comunicação, informação e conhecimento, alteraram o perfil das ocupações e das forças de trabalho, gerando desemprego e precarização e alterando formas de contratação, antes baseadas na produção em massa, fato que acarreta mudanças drásticas pelo esvaziamento de determinadas funções.

O poder econômico reside nas redes financeiras globais, que determinam o destino da maioria dos empregos, ao passo que o trabalho permanece constringido pelas limitações espaciais do mundo real. Assim, o trabalho ficou fragmentado e perdeu o pouco poder que tinha.

À medida que um número cada vez maior de empresas se reestrutura e assume a forma de redes descentralizadas - redes de unidades menores que, por sua vez, são ligadas a redes de fornecedores e prestadores de serviços -, os trabalhadores são cada vez mais admitidos através de contratos individuais, e assim o trabalho perde a sua identidade coletiva e o seu poder de negociação (CAPRA, 2002, p. 153).

De todo modo, Castells (2013) identifica que as variações das estruturas do emprego e do mercado de trabalho no contexto do paradigma informacional não se devem tão somente ao surgimento das novas tecnologias da informação, típicas das sociedades informacionais, mas também há que se levar em consideração uma variação histórica de modelos de mercado de trabalho e da composição das categorias profissionais, segundo os sistemas institucionais, a cultura, níveis de desenvolvimento e os ambientes políticos específicos.

Outra formulação acerca do paradigma do informacionalismo é o que tende a considerar uma supremacia do setor de serviços e os tidos “intangíveis” em detrimento do setor da indústria. O setor produtivo de serviços vem compreendendo um segmento de desenvolvimento cada vez maior na economia e na geração de renda e emprego²⁸. No caso das TIC, como essa nova economia global movimenta-

²⁸ Dados da Pesquisa Anual de Serviços (PAS) do IBGE – Instituto Brasileiro de Engenharia e Estatística, no Brasil a participação no PIB do setor produtor de serviços segundo as contas nacionais situou-se em 58,3% em 1999, respondendo por 57,2% da absorção de mão-de-obra na

se em fluxos e redes financeiras internacionais, a partir dessas redes a movimentação do capital acaba abarcando atividades econômicas de todo tipo. No fim das contas, a Revolução da Informática ajudou a trazer à luz uma nova economia global - um capitalismo rejuvenescido, flexível e enormemente ampliado (CAPRA, 2002, p. 148).

Pode-se entender dessa reflexão que a aplicação de conteúdos de tecnologia da informação ao suporte material de setores da economia se traduz na aplicação variável de tecnologias como o uso de softwares, aplicativos, dispositivos de nanotecnologias, redes de sensores, geolocalização, biotecnologias, aplicada em diversos segmentos da economia.

As TIC exigem uma maior qualificação do trabalho e uma maior liberdade de inovação no desenvolvimento de tarefas de vários segmentos da economia, seja na produção de bens seja na prestação de serviços, como indústrias, escritórios e fábricas, difundindo enormemente a automação em comparação aos processos de mecanização²⁹. Castells (2013) afirma que a estrutura ocupacional das sociedades foi transformada pelas novas tecnologias. Segundo ele os processos e as formas dessas transformações foram o resultado da interação entre mudança tecnológica, ambiente institucional e a evolução das relações entre capital e trabalho em cada contexto social específico. A mobilidade do capital numa economia em ampla escala e na forma de redes de fluxos financeiros imprimiu papel decisivo para ascensão do capitalismo global. Nesse contexto, Capra faz uma observação no sentido de que o capitalismo global fez aumentar a pobreza e a desigualdade social não só através da transformação das relações entre o capital e o trabalho, mas também por meio do processo de "exclusão social", que é uma consequência direta da nova economia, ou seja, o próprio mecanismo de seu funcionamento exclui dessas redes todas as populações e territórios que não têm valor nem interesse para a busca de ganhos

economia. A PAS constitui fonte de dados setoriais do comportamento do mercado formal sob a ótica da oferta de serviços. Seus resultados referem-se às empresas atuantes em atividades de serviços mercantis não-financeiros, abrangendo as atividades de alojamento e alimentação, transportes e serviços auxiliares dos transportes, correio e telecomunicações, informática, serviços imobiliários e de aluguel de bens, serviços prestados principalmente às empresas e outras atividades de serviços (serviços auxiliares financeiros, representantes comerciais e agentes do comércio, serviços auxiliares da agricultura, serviços recreativos, culturais e desportivos e serviços pessoais).

²⁹ Para Castells a automação de atividades não se traduz necessariamente em dispensa de trabalhadores em si, mas o trabalho nelas envolvidos é que se torna dispensável (embora os trabalhadores em si não o sejam, dependendo de sua organização social e capacidade política). (CASTELLS, 2013, p. 307).

financeiros. Em decorrência dessa exclusão certos segmentos da sociedade, certos bairros, regiões e até populações inteiras tornam-se irrelevantes do ponto de vista econômico (CAPRA, 2002, p. 155).

Os efeitos da automação se dão nas tarefas rotineiras e repetitivas, que tendem a desaparecer por programas pré-codificados, chips e softwares, com máquinas programadas para executá-las em menos tempo, com menos custos e mais rápido. Ao tratar do impacto que as tecnologias da informação operam na organização do trabalho Castells (2013) assinala que as tecnologias da informação trouxeram a substituição do trabalho que pode ser codificado em uma sequência programável e melhorou o trabalho que requer capacidades de análise, decisão e reprogramação em tempo real em um nível que apenas o cérebro humano pode dominar. Nesse cenário, a empresa em rede está em direta relação com a economia informacional global, alterando profundamente os processos de trabalho.

A introdução das tecnologias da informação trouxe um novo modelo de relações entre produção, consumo e mão-de-obra. Em decorrência, os parâmetros do processo produtivo introduziram uma nova divisão do trabalho sob o paradigma de uma sociedade informacional baseada na integração entre máquinas e equipamentos em computadores na organização da produção.

Capra (2001) entende que essa nova economia se estrutura não somente em torno de fluxos de informação, mas também em fluxos de poder e riqueza que correm pelas redes financeiras globais. Esse mecanismo de ação depende em grande medida das mais avançadas tecnologias de informação e comunicação formadas e moldadas fundamentalmente por máquinas.

A enorme carga de trabalho dos executivos atuais é mais uma das consequências diretas do conflito entre o tempo biológico e o tempo dos computadores. O trabalho deles está cada vez mais computadorizado; e à medida que a tecnologia dos computadores progride, essas máquinas trabalham cada vez rápido e assim economizam cada vez mais tempo. A questão de saber o que fazer com o tempo que sobra se torna uma questão de valores. O tempo pode ser distribuído entre os indivíduos que compõem a organização - criando-se um tempo para que eles reflitam, organizem-se, façam contatos e reúnam-se para conversas informais - ou pode ser subtraído da organização e transformado em mais lucro para os acionistas e executivos de primeiríssimo escalão - obrigando-se as pessoas a trabalhar mais e, assim, aumentar a produtividade da empresa. Infelizmente, a maior parte das empresas da nossa tão admirada era da informação optaram pela segunda alternativa. Em consequência disso, vemos um aumento enorme da riqueza empresarial no topo da pirâmide e, na base, milhares de trabalhadores perdendo (emprego em decorrência da febre de "enxugamento" e das fusões empresariais, enquanto os que permanecem

(inclusive os próprios executivos de primeiro escalão) são forçados a trabalhar como bestas de carga (CAPRA, 2002, p. 137).

1.4 Tecnologias em outras áreas sociais

A aplicação de novas tecnologias de comunicação ao suporte material de outras áreas têm aprofundado vários estudos conectando corpos, máquinas e equipamentos cada vez mais parecidos com as pessoas. Um exemplo que ficou muito conhecido foi a utilização do exoesqueleto na copa do mundo realizada no Brasil, em 2014. Com a utilização de uma interface cérebro-máquina, através de estímulos captados por eletrodos que devolve a informação ao paciente, foi possível fazer o retorno da informação através do cérebro, em interação com um computador³⁰.

Inúmeras são as transformações ocorridas em decorrência dos atuais sistemas de informação, em diversos campos de atividade econômica. Sobre a introdução de tecnologias da informação ao suporte material de áreas da atividade humana, Castells pontua:

Software para computadores, produção de vídeos, projeto de microeletrônica, agropecuária com base em biotecnologia e muitos outros processos cruciais característicos das economias avançadas juntam, irremediavelmente, seu conteúdo de informação ao suporte material do produto, impossibilitando a distinção dos limites entre “bens” e “serviços” (CASTELLS, 2013, p. 269).

A rápida capacidade de se comunicar mediada por essas tecnologias (smartphones, aparelhos que integram telefonia, internet, televisão, câmeras de alta resolução, gravadores de áudio e geolocalização, redes de computadores, redes sociais, perfis individuais, blogs e fotoblogs), seja na forma escrita, pictórica ou visual, acarreta a possibilidade de uma penetração comunicacional e uma conectividade a nível global que transforma a comunicação em todas as suas faces, tanto culturalmente quanto socialmente.

³⁰ Um computador central decodifica os sinais recebidos e devolvem ao paciente, por meio do exoesqueleto, a informação de movimento e permitindo a possibilidade de movimento a quem já a perdeu (p.ex. paraplégicos).

Dados do IBGE sobre indicadores de acesso à Internet e posse de telefone móvel celular para uso pessoal, obtidos a partir das informações da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD 2011) mostram que em 2011, 77,7 milhões de pessoas de 10 anos ou mais de idade acessaram a Internet no período de referência nos últimos três meses. Este contingente equivalia a 46,5% do total da população de 10 anos ou mais de idade. Em 2009, o número de internautas foi estimado em 67,7 milhões, representando 41,6% da população-alvo. Nos anos de 2008 e 2005, estes totais foram estimados em 55,7 milhões (ou 34,7% da população-alvo) e 31,9 milhões (ou 20,9% da população-alvo), respectivamente. De 2005 para 2011 a população de 10 anos ou mais de idade (população em idade ativa) cresceu 9,7%, enquanto o contingente de pessoas que utilizaram a Internet aumentou 143,8%, ou seja, em seis anos o número de internautas no País cresceu 45,8 milhões³¹. Esses sistemas de comunicação estão caminhando cada vez mais para a convergência tecnológica, unindo e conectando não somente pessoas, mas também dados, como tweets, mensagens, post em redes sociais, vídeos, geolocalizações, e até comportamento de clientes³². Observa-se esse fenômeno no discurso de um dos entrevistados:

Sobre as mídias sociais eu acho que elas têm uma função de canal mesmo. As mídias sociais que a gente conhece como Facebook, twitter, instagam, tudo mais, elas funcionam como uma ferramenta e da mesma forma como eu falei antes sobre tecnologias pode usar isso pro bem ou pro mal. A gente pode usar o Facebook para ficar compartilhando fotos de gatinhos bonitinhos ou a gente pode usar o Facebook pra engajar centenas de pessoas na sinalização de pontos de ônibus como foi um projeto que a gente fez chamado projeto “Que ônibus passa aqui?” Então a gente sinalizou centenas de ponto de ônibus do Brasil simplesmente articulando pessoas no Facebook e dando para elas o poder de transformar o bairro delas. Então eu acho que isso é um exemplo de usar ferramentas digitais para ter ação off-line e no final a tecnologia serve para isso para conectar pessoas para que na vida real a gente consiga fazer uma coisa diferente. (Ver Anexo - Instituição 2).

³¹ Este estudo foi desenvolvido com base nos dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios - PNAD realizada em 2005, 2008, 2009 e 2011. Foi perguntado para todos os moradores com 10 anos ou mais de idade, com base na data da entrevista, se tinham acessado a Internet nos últimos três meses em qualquer local, lembrando que as entrevistas da PNAD são realizadas sempre no último trimestre de cada ano. http://ftp.ibge.gov.br/Acesso_a_internet_e_posse_celular/2011/PNAD_Inter_2011.pdf.

³² No terremoto do Haiti em 2010 pesquisadores americanos perceberam antes de todo mundo a diáspora de Porto Príncipe por meio dos dados de geolocalização de 2 milhões de chips SIM de celulares, facilitando a atuação da ajuda humanitária. Disponível em: <http://oglobo.globo.com/infograficos/bigdata/>

1.5 O tempo atemporal na era da tecnologia

Com o surgimento da comunicação sem fio a possibilidade da conectividade trouxe ao tempo cronológico outro tempo que Castells (2013) conceituou como tempo atemporal, definido como o tipo de tempo que acontece quando há uma perturbação sistêmica na ordem sequencial das práticas sociais, desempenhadas no âmbito de um determinado contexto como a sociedade em rede.

Assim, um universo de fluxos globais de informação, signos e linguagens fez com que determinados regimes de identificação do cotidiano como o tempo da escola, do trabalho e o tempo doméstico se desterritorializam criando nova relação com o tempo e com o espaço. Diferente das formas de organização da vida em unidades de blocos de tempo sequencialmente previstos e organizados.

Guy Standing (2013) entende da seguinte maneira o que a sociedade de mercado global está fazendo com a nossa percepção de tempo:

Historicamente, cada sistema de produção tinha como estrutura norteadora um conceito específico de tempo. Na sociedade agrária, a tarefa e o trabalho eram adaptados ao ritmo das estações e das condições climáticas. Qualquer ideia de um dia de trabalho normal de 10 ou 8 horas teria sido absurda. Não havia sentido em tentar arar a terra ou fazer a colheita sob uma chuva torrencial. O tempo podia não esperar pelo homem, mas o homem respeitava seus ritmos e variações espasmódicas. No entanto, com a industrialização veio a regulamentação do tempo. O mercado global é uma máquina que funciona no esquema 24/7; nunca dorme ou relaxa; não tem nenhum respeito pela luz do dia ou escuridão, pela noite e pelo dia. Horários predeterminados são um estorvo, um rigor desnecessário, uma barreira ao comércio e ao totem da época – a competitividade – e são contrárias ao ditame da flexibilidade (STANDING, 2013, p.178).

Percebe-se, assim, que a organização da vida anteriormente regulada e disposta em blocos de hora como hora de trabalhar, hora de estudar, hora de socializar estão sendo construídas em uma relação tempo-espaço totalmente diferente da produção regulamentada pelo tempo e pelo espaço limitado em lugares físicos e restritos, sendo esses referenciais alterados substancialmente pelas TIC.

O funcionamento da sociedade e da produção era baseado em blocos de tempo, junto com ideias de locais de trabalho e de moradia fixos. Durante a vida, as pessoas frequentavam a escola por um curto período, depois passavam a maior parte da vida trabalhando e depois, se tivessem sorte, tinham um curto período de aposentadoria. Durante seus “anos de trabalho”, acordavam de manhã, trabalhavam por 10 ou 12 horas, ou pelo

tempo que estivesse estabelecido em seus contratos vagamente definidos, e depois iam para “casa”. Havia “feriados”, mas eles encolheram durante a industrialização e foram substituídos gradualmente por curtos blocos de férias. Embora os padrões variassem por classe e gênero, o importante é que o tempo era dividido em blocos. A separação de “local de trabalho” e “local de moradia” fazia sentido (...). Na era da globalização, surgiu um conjunto de normas informais que estão em conflito com as normas industriais relativas ao tempo, as quais ainda permeiam a análise social, a legislação e a elaboração de políticas. (STANDING, 2013, p.179)

Novos comportamentos também se fazem presentes no setor da educação em relação ao tempo. Nessa linha, dados do Censo da Educação Superior de 2013, divulgados pelo Ministério da Educação, apontam que no segmento da EAD – educação à distância - no período entre 2011-2012 as matrículas avançaram 12,2% nos cursos à distância e 3,1% nos presenciais. Com esse crescimento a modalidade a distância já representa mais de 15% do total de matrículas em graduação³³.

Segundo dados do Censo da Educação Superior divulgados pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira - INEP um terço do crescimento de matrículas no ensino superior entre 2003 e 2013 foi registrado nos cursos de educação à distância, majoritariamente na rede privada. O número saltou de 49.911 em 2003 para a cifra surpreendente de 1.153.572 matrículas em 2013.

No conjunto, a natureza desses processos indica uma série de novos modelos organizacionais como parte integrante de um novo paradigma informacional. A potência da sociedade em rede refletida em vários campos da atividade humana.

1.6 A Sociedade e o individualismo em rede

Sistemas tecnológicos concentrados em novas tecnologias da informação e a integração em redes de computadores contribuem significativamente para um novo formato material e cognitivo da sociedade. O processo de transformação tecnológica imprimiu em todas as dimensões da organização social não somente o aspecto da mobilidade mais a possibilidade de uma conectividade globalmente considerada e em tempo real.

³³ Disponível em: <http://portal.inep.gov.br/visualizar/-/asset_publisher/6AhJ/content/brasil-teve-mais-de-7-milhoes-de-matriculas-no-ano-passado#>

O novo capitalismo global, com a crescente virtualidade, também transformou profundamente as relações sociais. O modo de funcionamento dessa economia em rede gerou uma fragmentação em vários segmentos da sociedade, marcado por uma crescente desregulamentação e liberalização do mercado.

O capital é global, ao passo que o trabalho, via de regra, é local. Assim, capital e trabalho cada vez mais existem em espaços e tempos diferentes: o espaço virtual dos fluxos financeiros e o espaço real dos locais e regiões onde as pessoas trabalham. (CAPRA, 2002, p. 153)

Nesse sentido, esses fatores são intensificados diante da “crise de legitimidade política, à medida que a crescente distância entre os cidadãos e o Estado enfatiza o mecanismo de representação e estimula a saída do indivíduo da esfera pública” (CASTELLS, 2013, p.108). O próprio conceito de local foi modificado com a presença dessas tecnologias. Porém, o padrão vertical é tão forte e vigoroso no contexto das relações pessoais, normativas e institucionais que a noção de localidade sob o ponto de vista da rede pôs em cheque e subverteu diversos registros identitários como estado, escola, casa, cidade, nação, cidadania, ocupação, corpo, estatuto. Antigos padrões já não conseguem construir bases que lhes davam sustentação e são engolidos por uma avalanche de novos comportamentos coletivos. A dinâmica dividida própria da era da globalização provocou mudanças estruturais em todos os níveis causando tensões provocadas por suas próprias distorções internas. A influência dessa concepção global no senso coletivo e no modo de vida das pessoas também subverteu e pôs em cheque antigos papéis rigidamente construídos.

Zygmunt Bauman (1999) identifica que com o advento das redes certos significados geradores de comunidade se tornaram “extraterritoriais”.

Planejado, o espaço moderno tinha que ser rígido, sólido, permanente e inegociável. Concreto e aço seriam a sua carne, a malha de ferrovias e rodovias os seus vasos sanguíneos. A totalidade social devia ser uma hierarquia de localidades cada vez maiores e mais inclusivas, com a autoridade supra-local do Estado empoleirada no topo, supervisionando o todo e ao mesmo tempo protegida da vigilância cotidiana. Sobre esse espaço planejado, territorial-urbanístico-arquitetônico, impôs-se um terceiro espaço cibernético do mundo humano com o advento da rede mundial de informática. Em vez de homogeneizar a condição humana, a anulação tecnológica das distâncias temporais/espaciais tende a polarizá-la. Ela emancipa certos seres humanos das restrições territoriais e torna extraterritoriais certos significados geradores de comunidade – ao mesmo tempo em que desnuda o território, no qual outras pessoas continuam

sendo confinadas, do seu significado e da sua capacidade de doar identidade (BAUMAN, 1999, p. 24-25).

A busca por novas identidades aliada ao sentimento de falta de representação e a crise de legitimidade política trouxe uma crise estrutural aos padrões de identidade existentes, gerando em si mesmo contradições e subvertendo as relações entre as pessoas. Ora baseado na construção de novos coletivos enquanto espaços de atuação, ora baseado no individualismo em rede³⁴, unindo e dividindo os indivíduos em si, são amplificados processos de deslocamento de significado à própria noção do que seja pertencer e estar no mundo contemporâneo.

As identidades que surgem passam a ter significado na lógica do entrenchamento, abrindo caminhos para um forte individualismo: minha vizinhança, minha escola, minha praia. “Subitamente indefesas, diante de um turbilhão global, as pessoas agarram-se a si mesmas: qualquer coisa que possuíssem, e o que quer que fossem, transformou-se em sua identidade” (CASTELLS, 2006, p.80-81).

O contexto da globalização³⁵ remete assim a um padrão de sociabilidade baseado no individualismo em perspectiva com uma nova noção de espaço e tempo. Remodelando conceitos identitários e noções tradicionais como casa, família, escola, cidadania, nação vão ficando cada vez mais raras as antigas formas de interação social no seio de espaços padronizados e hierarquicamente estruturados.

Com o cotidiano das pessoas atravessado por sistemas de comunicação interativos os espaços se interpenetram a cada instante e as comunicações humanas são redefinidas pela difusão dessa lógica da mobilidade. Formas de comunicação cada vez mais multimidiáticas moldaram não somente a economia, mas a forma das pessoas se relacionar em espaços novos de interação social. Nesse sentido a informação torna-se instantaneamente disponível. A oposição entre o tempo da comunicação “real” gerado pela mobilidade das redes e o tempo do espaço “ocasional” fez com que os espaços localmente determinados perdessem

³⁴ “O individualismo em rede é um padrão social, não um acúmulo de indivíduos isolados”. (CASTELLS, 2003, p. 109).

³⁵ Zygmunt Bauman assina em seu livro *Globalização: “A globalização tanto divide quanto une (...). Ser local num mundo globalizado é sinal de privação e degradação social. Os desconfortos da existência localizada compõem-se do fato de que, com os espaços públicos removidos para além do alcance da vida localizada, as localidades estão perdendo a capacidade de gerar e negociar sentidos (...)”* (BAUMAN, 1999, p. 8).

não somente a noção de significado, mas a capacidade de produzir e gerar sentido como forma de pertencimento coletivo.

Para Bauman (1999) o progresso dos meios de transporte na história moderna desencadeou o processo de erosão e solapamento das “totalidades” sociais e culturais localmente arraigadas. Quanto ao aspecto da mobilidade da informação, ele destaca que:

Dentre todos os fatores técnicos da mobilidade, um papel particularmente importante foi desempenhado pelo transporte da informação – o tipo de comunicação que não envolve o movimento de corpos físicos ou só o faz secundária e marginalmente. Desenvolveram-se de forma consistente meios técnicos que também permitiram à informação viajar independente dos seus portadores físicos – e independente também dos objetos sobre os quais informava: meios que libertam os “significantes” do controle dos “significados”. Afinal, o aparecimento da rede mundial de computadores pôs fim – no que diz respeito à informação – à própria noção de “viagem” (e de “distância” a ser percorrida), tornando a informação instantaneamente disponível em todo o planeta, tanto na teoria como na prática (BAUMAN, 1999, p. 21-22).

Bauman também considera que o significado de cidadania vem sendo alterado pelo esvaziamento de grande parte de seus antigos conteúdos enquanto as instituições dirigidas pelo Estado que sustentavam a credibilidade desse significado têm sido progressivamente desmanteladas. O Estado-nação não é mais o depósito natural da confiança pública, que foi exilada do lar em que viveu durante a maior parte da história moderna, e agora está flutuando à deriva em busca de abrigos possíveis e alternativos. Entretanto, o autor sustenta que nenhuma das alternativas oferecidas conseguiu comparar-se à suposta solidez aparente e reconfortante do Estado-nação (BAUMAN, 2005, p. 51). Assim, essas noções tornam-se menos importantes, leves e flutuantes.

1.7 A organização em rede

Com os avanços cada vez mais intensos em telecomunicações o aparecimento de verdadeiras unidades de escritório automatizadas em redes

intensificou a concepção de empresa em unidades descentralizadas³⁶. A organização do trabalho sob esse enfoque revolucionou a ideia de trabalho desenvolvido em escritórios fisicamente localizados. Formando uma rede interativa com capacidade de se comunicar em tempo real, processar a informação, se comunicar e até tomar decisões de forma compartilhada essas unidades descentralizadas favorecem a ideia de deixar a empresa cada vez mais flexível, com contratos de trabalho também mais flexíveis. A ideia da flexibilidade é elevada ao nível máximo na mesma medida em que as mais avançadas tecnologias da informação e comunicação são lançadas.

Sistemas interativos de informação, não só computadores, são a base do escritório automatizado e dos chamados “escritórios alternativos” ou “escritórios virtuais”, tarefas executadas em localidades distantes por meio de redes. Se o escritório móvel se desenvolver, como parece provável, haverá um aperfeiçoamento da lógica organizacional que descrevi sob o conceito de empresa em rede e um aprofundamento do processo de transformação do trabalho e dos trabalhadores. (CASTELLS, 2013, p. 311).

Segundo a Associação dos Centros de Negócio e Escritórios Virtuais (ANCNEV) o setor cresce, em média, 30% ao ano. Já são mais de 990 salas e cerca de 79 mil usuários em todo o Brasil. A pesquisa aponta que além da economia nos custos a falta de mobilidade das grandes cidades é um dos motivos para o crescimento do setor, já situado em cerca de 40% em escritórios virtuais, estando concentrado na região Sudeste.³⁷ Isso trouxe dispensa de grande parte de trabalhadores, redução de custos de mão-de-obra e aumento do capital.

Castells (2013) observa que o cenário atual está redefinindo tanto os processos de trabalho e os trabalhadores quanto o emprego e a estrutura ocupacional. Embora isso reflita em número substancial de novos empregos em

³⁶ O chamado “*virtual offices*” oferece toda a estrutura de um escritório cujo pagamento para utilização se dá em blocos de horas, sem exigências contratuais de fiança ou garantias dos contratos de locação convencional e com flexibilidade e sem o ônus de manter uma estrutura física ociosa em períodos de férias ou viagens. Já os *coworkings* são escritórios coletivos onde existe um rateio de todas as despesas, por um custo muito mais baixo, de toda a infraestrutura de um escritório convencional só que pagando pelo tempo em que usar e usando quando quiser. A possibilidade de relacionamento também atrai o segmento já que no escritório compartilhado os inquilinos são pequenos empresários ou recém-formados e os espaços são compartilhados por outros inquilinos que compartilham cadeiras, mesas, internet, telefone, armários, cafezinho e ainda tem uma área externa para reuniões.
Disponível <<http://g1.globo.com/economia/pme/noticia/2011/10/pequenos-empresarios-lucram-com-escritorios-virtuais-e-coletivos.html>>

³⁷ Disponível em: <<http://oglobo.globo.com/economia/emprego/cresce-uso-dos-chamados-escritorios-virtuais-14058722>>

relação a qualificações e a salários em setores mais dinâmicos, muitos empregos foram eliminados pela automação. A perda de sentido do trabalho enquanto suporte de inserção social, política e econômica é percebida com os novos modelos de trabalho que surgem transformando a figura de “trabalhador” para “colaborador”, “empreendedor individual” ou “temporário”.

Esses modelos subvertem noções que serviram como base em diversas lutas sociais na construção de direitos trabalhistas a partir do papel da força de trabalho e o que isso representa em termos de inserção social e política. Isso apaga discursivamente o sentido de luta política dos trabalhadores nas relações trabalhistas de um modo geral e vem indicando mudanças no mundo do trabalho impactando até mesmo a forma de organização dos trabalhadores, que já não se sentem representados nem protegidos por organizações sindicais cada vez menos representativas. Essas mudanças acabam por apagar discursivamente qualquer possibilidade mais politizada de luta em nome da colaboração e com isso a própria ideia de cidadania enquanto suporte de inscrição pelo viés do trabalho acaba sendo lançada às sombras. A crise que parece estar ainda em curso vem demolindo diversos aspectos da noção de cidadania, resultante de mutações profundas operadas nas últimas décadas, de modo que esse fenômeno, que não é novo, vem colocando desafios à construção de uma cidadania enquanto aparato de inscrição social.

Marco Aurélio Santana, em entrevista concedida a revista IHU - Instituto Humanista Unisinos, destaca que a disseminação de um tipo de visão no coração da produção tem-se operado através do quase banimento de termos como “trabalhador” e “operário”, substituídos por outros tantos, tais como “colaborador”, “parceiro”, “cliente/fornecedor interno”. Essas mudanças acabam por apagar, discursivamente, qualquer possibilidade mais politizada e conflitiva de identidade e classificação e fica, assim, excluída toda ideia de “luta” e “conflito” em nome da “colaboração”³⁸.

Standing (2013) identifica que na medida em que a economia de mercado globalizante avança, governos e corporações vão tornando suas relações trabalhistas mais flexíveis, aumentando o contingente de pessoas em regimes de trabalho inseguros. Ele cita que uma reivindicação neoliberal, consolidada na década de 1980, foi a de que os países tinham de perseguir a todo custo a

³⁸ <www.ihuonline.unisinos.br/index.php?option=com_content&view=article&id=1760&secao=256>

flexibilidade do mercado de trabalho implicando nesse contexto várias dimensões em termos de organização do trabalho.

A flexibilidade tinha muitas dimensões: flexibilidade salarial significava em acelerar ajustes às mudanças na demanda, especialmente para baixo; flexibilidade de vínculo empregatício significa habilidade fácil e sem custos das empresas para alterarem os níveis de emprego, especialmente para baixo, implicando uma redução na segurança e na proteção do emprego; flexibilidade do emprego significava ser capaz de mover continuamente funcionários dentro da empresa e modificar as estruturas de trabalho com oposição ou custo mínimos; flexibilidade de habilidade significava ser capaz de ajustar facilmente as competências dos trabalhadores. Em essência, a flexibilidade defendida pelos impetuosos economistas neoclássicos significava, sistematicamente, tornar os funcionários mais inseguros, o que afirmavam ser um preço necessário para a manutenção do investimento e dos empregos. Cada revés econômico era atribuído, em parte, de forma justa ou não, a uma falta de flexibilidade (STANDING, 2013, p. 22).

Bauman (1999) faz a análise desses processos com o advento das condições modernas e sua relação com o a ideia de flexibilidade.

O mercado de trabalho é rígido demais; precisa tornar-se flexível, quer dizer, mais dócil e maleável, fácil de moldar, cortar e enrolar, sem oferecer resistências ao que quer que se faça com ele. Em outras palavras, o trabalho é “flexível” na medida em que se torna uma espécie de variável econômica que os investidores podem desconsiderar, certos de que serão as suas ações e somente elas que determinarão a conduta da mão de obra. Para pensar isso, porém, a ideia do “trabalho flexível” nega na prática o que afirma em teoria. Ou melhor, para realizar o que postula, deve despojar o seu objeto daquela agilidade e versatilidade que o exorta a adotar. O que, no entanto, parece flexibilidade do lado da procura vem a ser para todos aqueles jogados no lado da oferta um destino duro, cruel, inexpugnável: os empregos surgem e somem assim que aparecem, são fragmentados e eliminados sem aviso prévio, como as mudanças nas regras do jogo de contratação e demissão – e pouco podem fazer os empregados ou os que buscam emprego para parar essa gangorra (BAUMAN, 1999, p. 112-113).

Bauman (1999) destaca ainda as tendências neoliberais e a progressiva separação e segregação advinda dos processos de globalização em contraponto com o mercado de trabalho. Com o advento das condições modernas, a separação espacial se revigora sendo, ela mesma, um importante recurso para prolongar e perpetuar esse mútuo isolamento no qual as operações de subjugação se tornam atrativos. Além disso, sob o manto da flexibilidade formas de contratação mais frouxas permitem que organizações empresariais tenham o trabalho fora das formas clássicas de contratação, com proteções cada vez mais escassas e voltadas ao ideário da acumulação capitalista, com contratos mais curtos e sem vínculos em uma clara adaptação “flexível” ao favorecimento das condições de mercado.

Castells (2013) assinala que o aumento extraordinário de flexibilidade e adaptabilidade possibilitadas pelas novas tecnologias contrapõem a rigidez do trabalho à mobilidade do capital. Dessa forma, seguiu-se uma pressão contínua para tornar a contribuição do trabalho a mais flexível possível. A produtividade e a lucratividade foram aumentadas, mas os trabalhadores perderam proteção institucional e ficaram cada vez mais dependentes do mercado de trabalho em mudança constante já que o processamento rápido de informações são elementos essenciais para a competitividade na rede mundial de fluxos financeiros.

1.8 A sociedade salarial

De outro lado, a centralidade do trabalho como eixo de relações sociais e como fundamento da cidadania vem deixando de ter a dimensão de pertencimento como vínculo de relações sociais. Ao tratar da sociedade salarial Castel (2012) oferece uma análise sobre os termos de validade das relações salariais tidas a partir do trabalho como aparato de inscrição na estrutura social e aponta o processo de degradação dos eixos que constituíram os pilares da sociedade salarial pondo em xeque modos de socialização e formas de integração com base no trabalho.

Nesse sentido, é discutida a questão social nos termos do crescimento de uma vulnerabilidade de massa entendida não somente a partir de quem, de uma forma ou de outra, foi tocado pelos novos modelos da precarização. O problema atual de dissociação social não é apenas o da constituição de uma periferia precária, mas também o da desestabilização dos “estáveis” que pertencem ao mesmo conjunto. Ou seja, esse processo está se alargando em grande margem de vulnerabilidade de todo o social devendo ser analisado sobre o quanto à possibilidade de desfiliação pode representar de ameaça para o todo da sociedade, como risco não só para alguns, mas para todos, como formas de dissociação social do presente. Esse fenômeno não é de hoje, entendido como algo que não é unicamente feito por questões da contemporaneidade, mas como formas que sofreram certas discontinuidades históricas.

A questão social, no sentido trazido por Castel³⁹, é compreendida não de forma mecânica, mas recorrendo à história presente. Robert Castel (2012) nos provoca a pensar como formas antigas, recompostas e ainda pujantes, estão em relação com os riscos de dissociação social do presente e as consequentes tentativas de manutenção de coesão. Nesse sentido é preciso entender qual foi a forma predominante produzida ao longo da história de amálgama social para se entender o que está em dissolução hoje e o que isso traz enquanto novo. O presente não é feito de um conjunto inédito de atualidades a partir de uma incrível ascensão da realidade, mas sim o resultado de uma série de transformações e cristalizações que se deram ao longo da história. Nesse sentido, formas modernas não necessariamente eliminam formas antigas elas são modernas pelo que elas conjugam com as formas antigas, ressignificadas em seu contexto.

Nessa interpretação genealógica a “questão social” para Castel (2012) se dá na forma com que a sociedade se interroga a respeito das suas possibilidades de coesão social e dos riscos de sua dissociação, sendo um campo constante de indagações que organizam a própria noção de social.

Consequentemente, quer entremos na sociedade “pós-industrial”, quer mesmo na “pós-moderna” ou como se quiser chama-la, ainda assim a condição preparada para os que estão “out” depende sempre da condição dos que estão “in”. São sempre as orientações definidas nos centros de decisão – em matéria de política econômica e social, de gestão das empresas, de readaptações industriais, de busca de competitividade etc. – que repercutem como uma onda de choque nas diferentes esferas da vida social. Mas a recíproca é igualmente verdadeira, a saber, os poderosos e os estáveis não estão colocados num Olimpo de onde possam contemplar impavidamente a miséria do mundo. Integrados, vulneráveis e desfiliaados pertencem a um mesmo conjunto, mas cuja unidade é problemática. As condições de constituição e de manutenção dessa unidade problemática é que devem ser interrogadas (CASTEL, 2012, p.34).

Nesse contexto, a questão social representa um campo de problematização, uma pluralidade de coisas na forma de antagonismos e rupturas cuja existência abala a permanência do conjunto como um todo. Para esse entendimento Castel (2012) privilegiou não substantivar determinados elementos como correspondendo a uma coisa específica como “a pobreza”, “os excluídos”, “os supranumerários”, “os

³⁹ Em seu livro “As Metamorfoses da Questão Social”, Robert Castel (2012) faz uma análise sobre o que ele chama da “nova questão social”. Trata-se da constatação do enfraquecimento da condição salarial, característica de uma geração de “trabalhadores sem trabalho”. Se o Estado não se coloca como a principal fonte de proteção do indivíduo, a coesão social é abalada e é o próprio vínculo social que corre risco. Para Castel, o Estado precisa retomar o seu papel de suporte para manter a estruturação social, “não há coesão social sem proteção social” (CASTEL, 2012, p.610).

desfilados”, mas como uma multiplicidade de coisas que se problematizam como tal para serem entendidas em profundidade, no sentido de entender o que está em dissolução hoje. Conteúdos como “exclusão-inclusão”, “moderno”, “novo” muitas vezes se dão num sentido inflacionado, tornando a questão uma retórica da diferenciação e como disputa de palavras, estando oculto o que de fato está em questão enquanto “novidade”. Esse é o caminho intelectual que Castel (2012) nos convida a traçar no sentido de que o presente não é unicamente contemporâneo para se entender as questões do hoje enquanto formas antigas recompostas.

Assim, por meio dessa perspectiva faz-se necessário considerar que a “nova” relação salarial estruturada no período da industrialização já trazia em seu interior vestígios de assalariamento próprio da sociedade pré-industrial. Ainda que de forma fragmentária, os artesãos se tornavam “assalariados” a fim de obter recursos de outra atividade. O núcleo estruturante das rupturas que foram se dando já vinha sendo gestado no interior dos segmentos sociais.

(...) o recurso ao assalariamento, parcial ou total, indica quase sempre uma degradação, mesmo em relação a situações já miseráveis: o arrendatário que deve alugar uma parte de seu tempo ao camponês mais rico ou tecer para o mercador da cidade, o artesão arruinado que passa a trabalhar para um outro artesão ou para um comerciante, o companheiro que não pode ser tornar mestre e permanece assalariado pelo resto da vida (CASTEL, 2012 p. 148).

1.8.1 Fragmentação do trabalho assalariado

Na concepção trazida por Castel (2012) há o risco de desfiliação social quando o conjunto de relações de proximidade que um indivíduo mantém a partir de sua inscrição territorial, familiar e social é insuficiente para reproduzir sua existência e sua proteção.

Em decorrência da expansão industrial foi preciso fixar nas cidades diversos segmentos sociais para garantir que a força de trabalho estivesse fixada em determinado lugar e de determinado modo. A força de trabalho tinha que ser atraída para a indústria e para as cidades, havendo uma perda de segmentos sociais em relação às redes de acolhimentos, até então construídas pelas regulações das sociabilidades primárias. Dessa forma, foram deslocados para as regiões citadinas,

desenraizados da vida rural, inúmeros segmentos sociais para a criação de fábricas e vilas operárias. No sentido de ter a força de trabalho zelosamente fixada, conjugando vida social e trabalho, vão sendo constituídas outras formas de manter juntos aqueles que não teriam porque estar juntos. Agora unidos sob outros aspectos assistenciais de proteção que iam se tornando cada vez mais complexos e especializados garantiu-se ao mesmo tempo mão-de-obra no interior de uma rede de trocas. Nessa perspectiva é que se desenvolve o social-assistencial.

A fábrica foi zelosa em considerar a criação de verdadeiras vilas operárias e campos recreativos para ter a força de trabalho fixada e regrada. Com um bom operário disciplinado, localizado perto do local de trabalho, a força de trabalho se tornava acessível e, ao mesmo tempo, dispunha de certas “vantagens sociais”, num misto de sedução e coerção que ia sendo gestado no interior dessas relações. No sentido de fixar os operários e aniquilar sua resistência por intermédio de regulamentações cada vez mais rígidas, a própria ideia de cidadania ia aos poucos sendo constituída sob esse viés identitário, ou seja, força de trabalho e garantias para ser cidadão trabalhador.

Nesse sentido, começa a se desenvolver o núcleo estruturante da condição salarial e dos aspectos demolidores da cidadania através de um novo perfil de operários nas fábricas, na forma de trabalhadores da grande indústria, e por onde a forma dominante de identidade social passa a ser a salarização da sociedade como modo de remuneração da mão-de obra salariando tudo e todos a sua volta.

A sociedade salarial parece arrebatada por um irresistível movimento de promoção: acumulação de bens e de riquezas, criação de novas posições e de oportunidades inéditas, ampliação dos direitos e das garantias, multiplicação das seguridades e das proteções (CASTEL, 2012, p. 417).

Para Castel (2012) o salário é o modo de remuneração da força de trabalho que comanda amplamente o modo de consumo e o modo de vida dos operários e de sua família, uma forma de funcionamento disciplinar do trabalho que regulamenta o ritmo da produção e também o quadro legal estruturante das relações de trabalho bem como as disposições que o cercam. Segundo o autor, com a Revolução Industrial começou a se desenvolver um novo perfil de operários nas fábricas que antecipou a relação salarial moderna.

Nesse sentido, a sociedade salarial se consolida como potente sistema de coesão pela instauração progressiva de novos mecanismos de coerção e suporte⁴⁰, envolvendo as proteções diretamente vinculadas às posições ocupacionais de trabalho. A dimensão contratual assume a inscrição “direito do trabalho” dotado de um estatuto e como reconhecimento em um “grupo” de trabalhadores unidos por categorias profissionais muito bem definidas pela divisão social do trabalho. É o núcleo estruturante da integração na subordinação que começa a se revestir enquanto cidadania. A cidadania assim foi sendo construída, integrada ao mundo do trabalho e vinculada às posições ocupacionais de trabalho. O trabalho trazia, e ainda traz, para a cidadania o condão da integração dos indivíduos no seio social e isso se mostra vigoroso nos dias de hoje.

Dessa forma, esse potente sistema de coesão social se manifesta como expressão dos interesses das classes dominantes onde os direitos representam componentes de assujeitamento e controle para que a força de trabalho se comporte segundo certos padrões e modos mais adequados para concretização das políticas salariais “concedidas” às classes trabalhadoras. Dessa forma a política de acumulação caminha lado a lado com a estruturação das divisões ocupacionais de trabalho.

1.8.2 Salário X Consumo

Cabe situar dentro desse contexto como o consumo de bens assume um forte elemento que se insere na mesma configuração salarial na medida em que o operário se torna usuário da produção em massa, ou seja, ele é duplamente condicionado na produção e no consumo. A condição social de um novo registro de acesso é a do desejo do consumo. As políticas de salários esboçam-se através das políticas dos desejos e dos consumos e assim são estimuladas como formas de ganho ou proteção. Desejos de consumo, desejos de acesso a bens, desejos de

⁴⁰ No sentido trazido por Castel (2012) assegurando formas de proteção através da “integração na subordinação” constituídas a partir da relação salarial que assegura direitos, como em caso de acidentes, doenças e aposentadorias.

produtividade, desejos de acumulação. Trata-se de um processo que introduz o operário no mesmo ritmo das expansões industriais e no consumo de massa.

Richard Sennett, ao sinalizar o contexto do consumidor moderno, pontua:

Hoje, a fabricação industrial expõe em escala planetária a "construção em plataforma" dos mais variados bens, dos automóveis aos computadores e às roupas. A plataforma vem a ser um objetivo básico ao qual são aplicadas pequenas mudanças superficiais, para transformar o produto numa marca específica. O processo de produção não é exatamente o conhecido processo industrial de produção de bens em massa. As tecnologias modernas são capazes de transformar rapidamente a forma e o tamanho de garrafas e caixas; os conteúdos também podem ser maquiados com mais rapidez na produção eletrônica do que na antiquada linha de montagem, na qual as ferramentas serviam de maneira fixa a uma mesma finalidade (SENNETT, 2006, p.133).

A sociedade salarial é um mecanismo potente de coesão na medida em que diminui a possibilidade que distintos segmentos sociais se vejam na forma de antagonistas. Ela dispôs as pessoas segundo hierarquias ocupacionais onde tudo é salarizado tomando as identidades sociais sob essa lógica de clivagens e hierarquias. Esse movimento contínuo de ascensão lança as pessoas num fluxo de vida e de consumo cuja previsão de vida futura, como o próximo passo no trabalho, na aposentadoria, na promoção, na aquisição de bens, distancia-as das coisas que estão verdadeiramente em disputa. Nesse embate, cada um se compara e ao mesmo tempo se distingue do todo, apresentando-se como mecanismo extremamente potente de deslocamento em relação às coisas que estão postas.

Esse sistema de integração social via trabalho corresponde à "sociedade salarial" que Castel (2012, p. 466) assinalou como uma sociedade que, de contraponto, a condição de assalariado se torna modelo privilegiado de identificação. Os primeiros sinais da condição salarial surgem no início do processo de industrialização, mas seu mecanismo ainda é forte nos dias de hoje. Essa situação passou a se tornar cada vez mais insistente na medida em que os sujeitos sociais obtêm garantias e direitos a partir do fato de participar dessa condição salarial, hegemonicamente constituída, na qual os indivíduos dependuram sua identidade como condição de suporte na estrutura social. O "bilhete" de identidade social na proliferação de salariado cidadão.

2 CIDADANIA E REDES

Nesse capítulo trataremos das questões relacionadas ao objeto da pesquisa, quais sejam: cidadania e redes. Para tanto, primeiramente, trazemos o conceito de cidadania, definido por Habermas (1996), com o qual trabalharemos nas reflexões apresentadas. Cidadania, é, pois, aquilo

Que torna consciente aos habitantes de um mesmo território a nova forma de pertença a um todo, política e juridicamente mediada. Apenas a consciência nacional que se cristaliza em torno da percepção de uma ascendência, língua e história em comum, apenas a consciência de se pertencer a “um mesmo” povo torna os súditos cidadãos de uma unidade política partilhada – torna-os, portanto, membros que se podem sentir responsáveis *uns pelos outros*. A nação ou o espírito do povo – a primeira forma moderna de identidade coletiva – provê a forma estatal juridicamente constituída de um substrato cultural. Essa fusão totalmente artificial de antigas lealdades em uma nova consciência nacional, até mesmo segundo necessidades burocráticas, foi descrita pelos historiadores como um processo de longo prazo. Esse processo conduz a uma codificação dupla da cidadania, de um tal modo que o *status* definido pelos direitos dos cidadãos assume ao mesmo tempo o significado de pertença a um povo culturalmente definido (HABERMAS, 1996, p. 129-130).

Com este pano de fundo, a compreensão moderna de Estado advém de um conceito juridicamente definido e refere-se a um poder estatal soberano, com área delimitada geograficamente, definindo o território do Estado e do povo. O conjunto inserido neste espaço geográfico comporta os integrantes portadores da ordem jurídica. Conforme aponta Habermas (1996), no uso político da linguagem os conceitos “nação” e “povo” têm a mesma conotação, porém o termo “nação” tem o significado de uma comunidade política marcada por uma ascendência comum, conforme a citação acima.

Tal tipo de cidadania exerceu uma função importante num momento histórico determinado. Hoje, porém, os desafios que decorrem das questões multiculturais e da heterogeneidade das populações se traduzem nas tendências da globalização e tornam os limites desse tipo histórico de cidadania algo a ser problematizado no mundo contemporâneo. Essa primeira forma de identidade coletiva que proporcionou o contexto cultural da cidadania, na forma e no modelo como conhecemos, vem sendo desafiada com a ativação política de novos modos de pertencer dos dias de hoje provocada pela turbulenta remoção de fronteiras e pela

intensificação das relações, interligadas mundialmente e não mais localmente. A globalização atingiu as relações estabelecidas em torno do Estado-nação que não consegue mais estabelecer o aparato reconfortante pela transgressão advinda da globalização que atravessa muros palacianos e fronteiras. Desse processo decorre que a concepção de cidadania vem sofrendo igualmente um processo de transgressão em suas bases. Nesse sentido, Habermas (1995) aponta que o surgimento do Estado-nação propiciou uma base sobre o qual se pôde articular uma ideia de cidadania fundada e institucionalizada em bases sólidas. Porém, nos dias de hoje, o sentido de comunidade é outro já que vivemos em sociedades pluralistas que se afastam da concepção de um Estado-nação baseado numa população homogênea e culturalmente delimitada.

Originalmente, uma nação com um relativo grau de homogeneidade facilitou, como vimos, a ampliação cultural da nação de cidadãos legalmente definida. Essa contextualização foi necessária para que a cidadania democrática pudesse enfeixar também os vínculos sociais de responsabilidade mútua. Hoje, porém, todos nós vivemos em sociedades pluralistas que se afastam muito do formato de um Estado-nação fundado numa população relativamente homogênea em termos culturais. Já é enorme a diversidade das formas culturais de vida, dos grupos étnicos, das visões de mundo e das religiões, ou no mínimo em franca expansão (HABERMAS, 1995, p.96).

Nesse sentido, a comunicação global trouxe uma intensificação das relações, ligando acontecimentos locais a eventos globais. Desse processo decorre que a própria linguagem da comunicação entre as pessoas passa a ser pautada sob outros formatos visto que as relações globalmente consideradas ligam e se transpõem a eventos locais através de meios eletrônicos, de tal maneira que os acontecimentos locais são expandidos e percebidos por pessoas que estão a muitas distâncias e vice-versa.

Para Habermas (1995) o contexto da comunicação diante das tendências da globalização opera em duplo significado.

Ela promove tanto a expansão da consciência dos atores (individuais ou coletivos) quanto a diferenciação e ampliação dos sistemas, redes (como os mercados) ou organizações. O crescimento dos sistemas e das redes intensifica a multiplicação dos contatos e das informações possíveis, mas não estimula, *per se*, a expansão de um mundo compartilhado intersubjetivamente. Atualmente, ainda não está claro se a expansão dessa consciência, que depende de intersubjetividades de ordem mais elevada, num universo ainda maior de significados compartilhados, será capaz de abarcar os sistemas ampliados, ou se em vez disso os processos

sistêmicos, tendo se automatizados, irão levar à fragmentação de uma multiplicidade de aldeias globais sem relacionamentos entre si (HABERMANS, 1995, p.99)

Nesse passo, a globalização põe em questão a soberania do Estado-nação, que já não consegue restringir suas fronteiras nem mesmo suas economias nacionais com a internalização dos mercados de capital e de trabalho. A ascensão da globalização foi acompanhada em parte pelo declínio do Estado nacional enquanto entidade soberana cujos governos são cada vez menos capazes de controlar a política econômica mundializada por fluxos globais financeiros.

Dagnino (2004) aponta outro cenário problemático por centrar-se na crise discursiva marcada pela disputa entre projetos políticos distintos e que se traduz em descompasso à estabilidade do processo de construção democrática em nosso país. De um lado, o projeto democratizante e participativo a partir de 1980 que emerge com a crise dos regimes autoritários e, do outro, o projeto neoliberal que se instalou nos últimos anos.

A crise discursiva estaria acompanhada por um processo de deslocamento de sentido à própria noção de cidadania e ao desmonte de referências à construção democrática e o papel do Estado como garantidor de direitos. Nesse sentido, os elementos que serviram de base para a construção do processo democrático estariam esvaziados do contexto de luta e retirados do terreno da política, se caracterizando em ambiguidade ao conceito de cidadania que requer uma cidadania proativa e empreendedora. No lugar dos direitos de cidadania aparecem versões assistencialistas, erigidas em políticas de caridade privada, quase sempre ligadas à ideia da moral e do assistencialismo com políticas de cuidado aos “carentes” e “excluídos”, onde a cidadania é trabalhada e institucionalizada. Esse tipo de política tem como substrato principal a recompensa e não a garantia de direitos enquanto sujeitos de direitos. Isso faz amplificar a despolitização da própria noção de cidadania com o desmonte de suas referências, tornando-a discursivamente apagada operada no campo do discurso.

2.1 Desregulamentação dos mercados e a redução do papel do Estado

A perspectiva da globalização econômica centrada na desregulamentação dos mercados e na redução do papel do Estado como garantidor de direitos teve seu ápice no período Collor, em 1989. Nesse período, houve a privatização de estatais, abertura da economia brasileira ao capital estrangeiro e encolhimento das responsabilidades do Estado. A implementação da política neoliberal com a abertura dos mercados norteou as políticas institucionais do Estado. A partir da diminuição do papel do Estado passa então a se organizar um estatuto de cidadania voltado para o incremento das virtudes empreendedoras do mercado. Uma cidadania ativa e engajada do “espírito empresarial” passa, então, a ocupar e a operar as políticas públicas no interior do aparato de Estado e da sociedade civil.

Nesse passo, o quadro de diminuição do Estado contribui de certo modo para que as noções de participação e cidadania sejam embaralhadas num jogo de oposição negativo para a construção democrática, visto que projeta profunda despolitização às suas noções. Dagnino (2004) ressalta que para a implementação do ajuste neoliberal um tipo de Estado foi se solidificando no interior da sociedade no sentido de isentar o papel de garantidor de direitos pelo encolhimento de funções sociais e pela transferência, para a sociedade civil e para os mercados, de parte dessas funções. Desse modo, ela chama de “confluência perversa” o processo implementado no aparato de Estado com o ajuste de projetos políticos distintos, mas que sob o discurso inflamado de políticas assistencialistas dão o tom aparente de políticas voltadas ao contexto da cidadania enquanto garantidor de direitos sociais. Na análise elaborada por Dagnino (2004), isso cria uma profunda crise discursiva, e uma conseqüente ruptura, que atravessa as experiências de construção democrática em todos os níveis da nossa sociedade e apaga discursivamente qualquer componente de luta enquanto uma cidadania politicamente construída em torno de concepções comuns de vida e de visões de mundo.

Essa identidade de propósitos, no que toca à participação da sociedade civil, é evidentemente aparente. Mas essa aparência é sólida e cuidadosamente construída através da utilização de referências comuns, que tornam seu deciframento uma tarefa difícil, especialmente para os atores da sociedade civil envolvidos, a cuja participação se apela tão veementemente e em termos tão familiares e sedutores. A disputa política

entre projetos políticos distintos assume então o caráter de uma disputa de significados para referências aparentemente comuns: participação, sociedade civil, cidadania, democracia. A utilização dessas referências, que são comuns, mas abrigam significados muito distintos, instala o que se pode chamar de crise discursiva: a linguagem corrente, na homogeneidade de seu vocabulário, obscurece diferenças, dilui nuances e reduz antagonismos (DAGNINO, 2004, p.142).

Em decorrência da aceleração da economia globalizada os Estados-nação se viram diante da ascensão de uma sociedade cada vez mais organizada sob esse viés e com isso perdem seu poder enquanto instituição política, sendo engolido pelos efeitos desestabilizadores dos fluxos globais de informação e da nova economia. Isso acaba por promover o ingrediente necessário para a diminuição dos espaços de representação e da cidadania enquanto referências desses espaços. De certo que o processo de globalização se configurou como nova economia graças a abertura dos Estados por intermédio de políticas governamentais cada vez mais voltadas ao incremento das políticas de reforma econômica, com a privatização de empresas estatais, desregulação das atividades do poder econômico, flexibilização e a desregulamentação das relações trabalhistas⁴¹.

2.2 A interferência do G7

Como aponta Castells (2013, p.178) nem a tecnologia nem a administração poderiam ter desenvolvido a economia global sozinhas. Os agentes decisivos da geração de uma nova economia global foram os governos e, em especial, os governos dos países mais ricos, o G-7⁴², e suas instituições internacionais auxiliares, o Fundo Monetário Internacional, o Banco Mundial e a Organização Mundial do Comércio. Essas três políticas inter-relacionadas construíram os alicerces que moldaram os avanços da economia global: a desregulamentação das atividades econômicas domésticas, a liberalização do comércio e dos investimentos

⁴¹ Princípios da reforma econômica do “consenso de Washington”, realizado em 1989, e que representa as máximas do neoliberalismo econômico.

⁴² O G7 (Grupo dos 7) é composto pelas 7 nações democráticas e mais poderosas do mundo: USA, Japão, Inglaterra, França, Itália, Canadá e Alemanha. Em 1996 a Rússia foi incluída, formando o bloco dos G8, mas em março de 2014, foi excluída do grupo, passando o grupo a ter sete integrantes (G7) novamente.

internacionais e a privatização das empresas públicas. De modo que isso não é corolário unicamente da tecnologia, mas de um conjunto de coisas.

A agenda de reordenamento da economia teve impacto direto na desregulamentação dos mercados, abertura comercial e redução do tamanho e papel do Estado, isso termina em promover o ingrediente necessário para a diminuição de políticas de integração social, desmanche de direitos e de espaços de representação.

Assim, a economia global foi constituída politicamente. A reestruturação das empresas, e as novas tecnologias da informação, embora fossem a fonte das tendências globalizadoras, não teria evoluído, por si só, rumo a uma economia global em rede sem as políticas de desregulamentação, privatização e liberalização do comércio e dos investimentos. Essas políticas foram decididas e implantadas pelos governos ao redor do mundo, e por instituições econômicas internacionais (CASTELLS, 2013, p.188).

O processo de encolhimento do Estado e da implantação do Estado mínimo – mínimo aqui é na ordem do que Evelina Dagnino (2004) descreve “quando se trata de alocar recursos para as políticas sociais de redução da desigualdade; não quando se trata de subsidiar empresários e banqueiros” - redundou na transferência de parte significativa das responsabilidades sociais para a sociedade civil e que terminou por promover uma zona cinzenta acerca de diferentes propósitos à noção de participação e cidadania. Dessa forma, se articularam em nome de “ações de cidadania” todo um aparato de procedimentos “modernos” de gestão pública assumidos não pelo poder público, mas por um lastro crescente de instituições do assim chamado Terceiro Setor - organizações não-governamentais - ONGs, organizações sociais - Os, fundações empresariais – constituídas na forma de pessoas jurídicas de direito público ou privado⁴³.

É nesse sentido que Dagnino (2004) aponta que a confluência perversa que parece atravessar as experiências de construção democrática em nosso país vem introduzindo um obscurecimento no interior desses espaços e nos vários setores do âmbito do poder do Estado operando um profundo deslocamento de sentido às noções de participação social e cidadania. De um lado, o avanço em vários níveis do projeto neoliberal e, de outro, o esforço de um projeto democratizante e participativo que surge a partir da derrocada dos regimes autoritários com o avanço de diferentes

⁴³ Entende-se por “organizações sociais” as entidades de direito privado sem fins lucrativos que, por iniciativa do poder público, obtêm autorização para celebrar contrato de gestão e assim ter direito à dotação orçamentária e recursos financeiros através de repasses.

experiências de aprofundamento da democracia e da participação, em especial, com o marco formal da CRFB⁴⁴, em 1998, que consagrou o princípio da participação da sociedade civil.

Para Dagnino (2004, p. 144) o reconhecimento dessas disputas e o consequente deslocamento operado no interior à própria noção de cidadania enquanto espaços políticos de representação impõem a necessidade “*de conferir um maior peso explicativo à noção de projeto político, no nível teórico, e em consequência, investir, no nível empírico, na investigação e análise dos distintos projetos políticos em disputa*”. O intuito é compreendê-los através da explicitação dos deslocamentos de sentido e no esforço de desvendar a opacidade então construída, mas que sustentadas que estão sob bases e referências comuns dificultam o entendimento e a própria transparência do conflito.

Nesse sentido, a hipótese central sobre a noção de projeto político é no sentido de que eles não se reduzem a estratégias de atuação política no sentido estrito, mas expressam, veiculam e produzem significados que integram matrizes culturais mais amplas (DAGNINO, 2004, p.144).

Dagnino (2004) destaca, como perspectiva de análise, uma abordagem à noção de projeto político como forma de identificar e superar a visão homogeneizadora vigente na sociedade. Para a autora, o reconhecimento claro da distinção dos diferentes projetos políticos presentes no interior do aparelho do Estado com a exposição real do conflito e do que isso representa pode ajudar no enfrentamento da crise discursiva, bem como a que se destinam e onde operam. Para isso, se faz necessário retomar processos que contribuíram para o surgimento da chamada cidadania ampliada no sentido de alargamento da noção de cidadania em sua dimensão cultural como verdadeiros espaços públicos de representação.

Além disso, vale também interrogar quais modalidades de resistência estariam sendo lançadas frente a esses deslocamentos. Pensando nas possibilidades que o surgimento das plataformas de financiamento coletivo cria em termos de exercício da cidadania e o quanto esses movimentos estariam influenciando a realidade social, um dos entrevistados se manifestou:

Eu vejo que elas influenciam na realidade social quando a gente percebe que tem muito poder, muita força, e muita articulação para realizar atividades de forma colaborativa. Então plataforma de financiamento

⁴⁴ Constituição da República Federativa do Brasil

coletivo talvez seja o símbolo que mostra a nova realidade da sociedade onde a gente não precisa depender de um órgão centralizador, não precisa depender de um grande investimento, não precisa depender de uma pessoa para fazer as coisas acontecerem. Ela, através da articulação da sociedade consegue mobilizar e isso influencia uma mudança de modelo mental, quando a gente percebe que operar coletivamente e colaborativamente é tão bom e as vezes mais eficaz e mais eficiente do que ter um ponto centralizador que toma decisões e que articula mudanças. Então a maior influência que eu vejo que talvez o financiamento coletivo seja uma das chaves que virou decorrente da web 2.0 onde as pessoas têm a capacidade de gerar conteúdo, de gerar insights, de compartilhar pensamentos o financiamento coletivo entra como mais uma forma de validar essa mudança de comportamento, essa mudança de modelo mental, que já vem acontecendo na sociedade atual, mas que precisa dessas validações tecnológicas e não tecnológicas pra mostrar que as coisas funcionam. O financiamento coletivo no Brasil já arrecadou mais de 60 milhões de reais então esse é um valor relevante, é um valor que ainda não chega perto do valor levantado pelos Estados Unidos que é mais de um bilhão mas mostra que existe uma margem de crescimento, existe uma margem de engajamento muito grande onde a gente ainda pode fazer coisas incríveis. (Ver Anexo - Instituição 2).

A partir de outra perspectiva analítica, a reforma administrativa em nosso país teve como parâmetro a criação de instrumentos que permitissem a transferência para o setor privado de certas atividades que vinham sendo exercidas pelo Poder Público e que melhor seriam desempenhadas por esse setor na forma de “parceria”. Essas “parcerias” são institucionalizadas no aparato do próprio Estado com contratos no formato de convênios. Em 1995, no governo de Fernando Henrique Cardoso teve início no Brasil o plano diretor da reforma da gestão pública ou reforma gerencial do Estado, com a publicação do Plano Diretor de Reforma do Estado no mesmo ano. A reforma administrativa visava a implementar uma administração pública gerencial e moderna adotando princípios da “nova gestão pública” e tinha como estratégia a transição para uma administração pública gerencial com a implantação de várias medidas que permitiriam a “publicização” dos serviços não-exclusivos do Estado, ou seja, sua transferência do setor estatal para o público não-estatal, onde assumiriam a forma de “organizações sociais” com aceleração crescente do chamado terceiro setor.

2.3 As Organizações Sociais – OS

No âmbito do Estado do Rio de Janeiro foi aprovado, em 2011, o projeto de lei que autorizou a gestão da saúde pelas Organizações Sociais – OS. O projeto

permite a qualificação pelo Estado para que as organizações sociais realizem a gestão na saúde em âmbito estatal. Na época da aprovação a justificativa dada pelo então governador Sérgio Cabral ao modelo era de que ele representaria um investimento no modelo de “gestão mais eficiente”, possibilitando a melhoria contínua dos serviços de saúde. Segundo o Fórum de Saúde do Rio de Janeiro as Organizações Sociais - OS custaram aos cofres públicos mais de 50% do que os hospitais administrados pelo setor público. Eles afirmam que os servidores têm sido prejudicados com as OS através da eliminação de concurso público para contratação de pessoal e também nos direitos trabalhistas já que a contratação é feita na forma de terceirização e com contratos sem vínculos trabalhistas⁴⁵. Por certo que esse é um caso de privatização de áreas em que o Estado deveria atuar como garantidor de direitos como é a área da saúde, fazendo amplificar um quadro sem mediações políticas com a conseqüente erosão da noção de cidadania enquanto suporte de inscrição social já que se constituem pela via da precarização do trabalho no contexto contemporâneo.

Esses processos alteram também as relações entre o Estado e a sociedade e atingem em cheio o componente da democracia, diminuindo o Estado e ampliando cada vez mais formas de regulação pelo mercado, cujos espaços de representação vão se enfraquecendo e perdendo seu poder integrador. Por outro lado, as exigências da sociedade não podem se apartar da democracia e das formas de participação social pela diminuição da sobrecarga do papel do Estado. Hoje as questões se traduzem em outros formatos e são constituídas em formas mais líquidas. O Estado-nação ficou grande demais e precisa se reinventar para dar conta de novos espaços de representação e novas pessoas. É preciso inventar novas formas de agir politicamente visando fornecer o espectro político de participação que dê conta de questões mais reais e menos institucionais. Esses formatos estariam relacionados a debates emergentes da sociedade e não como algo já dado e instituído na forma de um mandamento rígido e legal. Seriam alternativas às questões das fronteiras, das multiculturas, das mestiçagens, da representação política mais participativa e não meramente representativa, dos casamentos transexuais; na área da medicina, por exemplo, na regulação da gravidez por barriga solidária, dentre outras questões emergentes na sociedade do século XXI.

⁴⁵ Dados obtidos em: < <http://g1.globo.com/rio-de-janeiro/noticia/2011/09/deputados-aprovam-gestao-da-saude-por-organizacoes-sociais-no-rj.html> >

2.4 A questão das capturas

Como apontado nos capítulos anteriores as noções “participação” e “cidadania” vêm sofrendo de um processo de despolitização e obscurecimento em seus termos, em contrapartida, está se tornando discussão central em nossa sociedade. O termo cidadania circula por toda parte e é apropriado para cumprir diferentes funções. Uma “cidadania” em seu avesso parece emergir frente aos avanços modernizantes do Estado a fim de dar conta de uma cidadania pró-ativa, voltada para o consumo e a caridade.

O resultado tem sido o deslocamento à noção de representatividade com rupturas no interior dessas noções. O crescimento acelerado de organizações e entidades do chamado terceiro setor retrata de certa forma o deslocamento de instâncias políticas de participação junto ao Estado na medida em que essas entidades se propõem a falar somente em nome de si mesmas e segundo seus interesses, e não de quem representam. Assim, o sentido de política enquanto mecanismo de exercer a cidadania é esvaziado na medida em que esse exercício fica cada vez mais restrito a práticas de caridade e filantropia voltada aos “carentes” e aos “assistidos”. Quando não, pautadas a fundamentos religiosos e assistencialistas. Como aponta Dagnino (2004, p.147) a “confluência perversa” determina o obscurecimento dessas distinções e divergências, por meio de um vocabulário comum e de procedimentos e mecanismos institucionais que guardam uma similaridade significativa já que as noções de sociedade civil, participação e cidadania mantêm entre si uma estreita ligação na consolidação do projeto participativo.

Para Dagnino (2004) o conjunto das entidades do chamado terceiro setor como as OS – Organização Social e ONG – Organização Não Governamental cresceram em grande escala a partir da implantação do regime neoliberal em nosso país. Essas entidades começaram a gozar de confiabilidade aos olhos da sociedade civil já que identificadas pela relação que estabelecem com o Estado enquanto “braço” do próprio aparato estatal e com isso amparadas sob o manto da confiabilidade pública. Possuindo o “selo de qualidade” carimbado pelo setor público essas entidades foram se constituindo em campo privilegiado de disputa político-

cultural constituindo o núcleo duro do processo global de adequação das sociedades ao modelo neoliberal.

A “confluência perversa” estaria então colocada a partir do momento em que a identidade de propósitos, no que toca à participação da sociedade civil e cidadania, ficam caracterizadas de forma aparente e até antagônicas na medida em que estabelecem uma relação entre diversos interlocutores, diferente daqueles setores sociais cujos interesses são os reais portadores. Isso se processa a partir do encolhimento do Estado com a transferência de suas responsabilidades sociais para esses “braços” representativos, que acabaram por servir aos objetivos do projeto que lhe é antagônico, enquanto projeto político democratizante e participativo, na medida que não estabelecem uma relação orgânica com os setores da sociedade civil conferindo uma ruptura e uma profunda crise discursiva às experiências de construção democrática em nosso país. Essa proposta operou profundos deslocamentos à noção de cidadania e participação apontando a dissolução dos laços centrados no interior do sentido de cidadania enquanto componente político.

Desse modo, o significado político é completamente redefinido em outras bases de sustentação não havendo uma relação orgânica entre setores que representam a sociedade civil. Essas redefinições no âmbito das instituições promovem a despolitização da sociedade civil quanto à formulação de políticas públicas, esvaziando o debate do seu potencial político.

Maria Célia Paoli (2002) ressalta que a concepção empreendedorista, voltada para a ideia da responsabilidade social, vem sendo disseminada no terreno do empresariado e do trabalho voluntariado e que esse movimento aprofunda a exclusão social, criando um descompasso político na própria sociedade sobre o que vem a ser o agir político. A reconfiguração operada no interior das noções de cidadania e participação estariam nesse aspecto colocadas, redefinindo por completo o significado de participação e cidadania. Essas práticas estariam ocupando um útil e proveitoso terreno em termos de seus interesses próprios, como espaços que abrem, na ênfase de uma ação - em um nível particular - e baseada na filantropia de pessoas, empresas e instituições governamentais.

A privatização da esfera pública e a publicização dos interesses privados formam o cenário para outro processo de deslocamento com o advento do ativismo social voluntário do setor privado e de ONGs, dirigido à melhoria da situação das pessoas mais vulneráveis da sociedade, vítimas do desemprego, da baixa renda e da falta de acesso a oportunidades sociais.

Se bem que o Estado ainda mantém, como disposições constitucionais, todas as obrigações legais relativas aos direitos sociais e do trabalho, estas passam por um processo de abalo que visa a sua reforma, e empresários e governo empenham-se em descobrir modos legítimos de desconstituir as garantias sociais como direitos universalizados (por seu custo alto) encolhendo seletivamente o acesso a elas e apelando para a “criatividade social” dos atingidos. Ao mudar de campo, esta ideia abre espaço para a ação social privada ou não-estatal, e os empresários o ocupam a seu modo, tornando a participação civil voluntária parte da nova e excludente eficiência produtiva, fundamentalmente operando através da seletividade das parcelas da população a serem integradas e do controle de quem é supérfluo a este movimento (PAOLI, 2002, p. 389-390).

O discurso ao apelo do “assistencialismo” parece se traduzir como grande bandeira desses movimentos, estreitamente voltados aos processos de deslocamento à noção de cidadania enquanto participação política e assim constituindo uma cidadania em demolição pelo avesso de suas próprias bases. O núcleo estruturante é característico da política de envolvimento da sociedade civil e das empresas privadas no contexto das políticas sociais. Assim, um ímpeto pela “participação solidária” ou “participação cidadã” parece arrebatar empresas privadas e pessoas ligadas ao mundo do entretenimento, do consumo e da moral religiosa, subvertendo e redefinindo em bases outras o significado coletivo de participação social.

É sob esse aspecto que a cidadania é então trabalhada, ou seja, restrita a uma dimensão moral, religiosa, filantrópica e assistencialista, oferecendo assistência aos pobres, aos desempregados, aos negros, aos gays e às mulheres em ações que terminam por enfatizar o lado desses segmentos enquanto população de excluídos, convidando a sociedade a investir nas bandeiras idealista da assistência aos carentes carimbando essas pessoas com as letras da exclusão. Assim, esse discurso é esvaziado do seu potencial enquanto debate político onde grupos são capturados através do apelo ao voluntarismo. O slogan inflacionado da cidadania torna-se senso comum voltado para o altruísmo voluntário de empresas e pessoas muito mais voltado para o nível do discurso do que de uma articulação orgânica entre os reais portadores de interesses e essas Instituições. Cria-se, assim, no interior da sociedade civil uma sedução pelo ideário da “participação cidadã” chamando todos a zelar em nome de um dever moral aos “pobres” e “excluídos”. Isso cria processos de erosão à própria noção de direitos traduzindo um mundo de opostos na medida em que esses segmentos são carimbando sob o registro do “negativo” e não como portadores reais de direitos. Quando não, esses segmentos

sociais são apresentados como ônus e atrasos frente às concepções inovadoras do mercado e às novas práticas de gestão do Estado. Essa operação obscurece diferenças, diluindo resistências e criando uma profunda opacidade à dimensão política com a despolitização das noções de participação e cidadania. Nesse sentido, como aponta Maria Célia Paoli, esses programas sociais só fazem indicar mais um caso de contra-exemplo de uma ação democrática participativa, podendo complementar-se, sem contradições insuperáveis, aos arranjos neoliberais (PAOLI, 2002, p. 379).

Dagnino (2004) destaca que o caso mais dramático é o operado ao redor do conceito de cidadania. Nesse aspecto, o projeto neoliberal atuaria não somente a partir de uma concepção de Estado mínimo, mas também operando uma concepção minimalista da política e da cidadania com a desmontagem dos espaços da arena política, de seus processos e agendas enquanto campos de ação. Desse modo, o encolhimento do Estado encontra seu paralelo na redução e perda de referência dos espaços da política e da democracia, reduzidos que estão ao mínimo indispensável.

Uma das consequências é o deslocamento dessas questões: tratadas estritamente sob o ângulo da gestão técnica ou filantrópica, a pobreza e a desigualdade estão sendo retiradas da arena pública (política) e do seu domínio próprio, o da justiça, da igualdade e da cidadania. A própria substituição do termo sociedade civil pela importação do termo “terceiro setor” (o primeiro e o segundo seriam o Estado e o mercado) para substituir o de sociedade civil designa o intento de retirar a cidadania do terreno da política, retomado novamente pelo seu detentor exclusivo: o Estado. Vale lembrar que um dos pontos fundamentais do esforço democratizante dos anos 80, que se inicia nos anos 70 com a luta contra um Estado autoritário e centralizador, era também uma batalha contra uma concepção estatista de poder e de política e por uma visão ampliada da política e seus agentes. Essa visão ampliada incluía a sociedade civil como uma arena política legítima e enfatizava a cidadania, como vimos, como um processo de constituição de sujeitos políticos (DAGNINO, 2004, p.157-158).

Foi por meio do projeto participativo democrático que a cidadania obteve seus maiores ganhos em termos culturais e políticos na medida em que fundou uma redefinição inovadora na chamada cidadania ampliada que começou a ser formulada pelos movimentos sociais nos anos de 1980, como parte da resistência ao regime militar e ao autoritarismo social. É esse significado político, no seu potencial transformador, que passa a ser alvo das concepções neoliberais de cidadania” (DAGNINO, 2004, p.155).

Tornar-se cidadão passa a significar a integração individual ao mercado, como consumidor e como produtor. Esse parece ser o princípio subjacente a um enorme número de programas para ajudar as pessoas a “adquirir cidadania”, isto é, aprender como iniciar microempresas, tornar-se qualificado para os poucos empregos ainda disponíveis, etc. Num contexto no qual o Estado se isenta progressivamente de seu papel de garantidor de direitos, o mercado é oferecido como uma instância substituta para a cidadania. Os direitos trabalhistas estão sendo eliminados em nome da livre negociação entre patrões e empregados, da “flexibilidade” do trabalho, etc., e os direitos sociais garantidos pela Constituição Brasileira desde os anos 40, eliminados sob a lógica de que eles constituem obstáculos ao livre funcionamento do mercado, restringindo assim o desenvolvimento e a modernização. Essa mesma lógica transforma os cidadãos/portadores de direitos nos novos vilões da nação: inimigos das reformas desenhadas para encolher as responsabilidades do Estado (DAGNINO, 2004, p. 155 -156).

Essas redefinições e apropriações serviram por alimentar o esvaziamento dos espaços políticos de representação promovendo rupturas à noção de cidadania, gestadas ao longo do tempo, enquanto elemento criador de ação. É por esse ângulo que o sentido de cidadania parece sofrer de um profundo processo de demolição em suas bases, esse desmanche parece traduzir uma reconfiguração no nível da sociedade subvertida às categorias de representação. O modelo de cidadania tradicional parece não se manter onde uma transformação estaria sendo colocada na ordem do dia.

2.5 Direitos constitucionais e trabalho

O deslocamento de significado às noções de cidadania e representação é também perverso no que toca diretamente às relações trabalhistas. Em nome da “flexibilidade” do trabalho, diversos direitos consagrados na Constituição Brasileira estão sendo alterados. Isso vem criando um conflito institucional entre leis trabalhistas do antigo regime industrial e mandamentos da contemporaneidade que trazem um novo selo ao trabalho. Uma ampla agenda de novos direitos vem sendo reivindicada nos dando pistas que o modelo de cidadania que conhecemos parece estar sofrendo de um processo de demolição frente a um mandamento novo que está sendo colocado nos dias de hoje.

O que está em questão é exatamente entender o quanto isso apaga discursivamente a potência criadora da cidadania enquanto ação política expressa

na articulação viva e orgânica entre os reais portadores de interesses, crenças, desejos, visões de mundo que orientam os sujeitos coletivos, como verdadeiros atores de seu mundo. De fato, parece-nos que cidadania é algo maior e isso vem sendo projeto nos dias de hoje enquanto narrativa de mudança.

As empresas estão mudando. Um novo modelo de desenvolvimento no qual as próprias empresas têm se tornado mercadorias remete à ideia de quanto a desmaterialização do trabalho e de empresas estão reconfigurando as relações em torno do trabalho e como a cidadania enquanto inscrição social vem sendo atingida diante desse novo cenário. Guy Standing (2013) descreve que empresas mercadorizadas estão cada vez mais se tornando uma realidade nos dias de hoje onde pequenas propriedades e não um conglomerado de pessoas reunidas em grandes corporações estão reconfigurando por completo as relações em torno do mundo do trabalho:

A mercadorização também tornou mais fluida a divisão do trabalho dentro das empresas. Se as atividades podem ser feitas de forma mais barata em determinado local, elas são “realocadas” (dentro das empresas) ou “terceirizadas” (para empresas parceiras ou outras). Isso fragmenta o processo de trabalho; as estruturas de trabalho internas e as “carreiras” burocráticas são interrompidas, devido à incerteza sobre se os empregos que as pessoas esperariam realizar serão realocados ou terceirizados (STANDING, 2013, p.56).

Esse modelo de desenvolvimento gera a busca por relações de emprego flexíveis e cada vez mais frouxas em termos de garantias trabalhistas. Um outro aspecto refere-se ao fato de que determinados projetos políticos passam a se ocupar na criação de objetos de saberes cada vez mais especializados sobre eventos da população.

2.6 As minorias e o cidadão-consumidor

Um outro aspecto é quanto as minorias na medida em que são tratadas como mais uma mercadoria, um modelo de troca num mercado de consumo forjado em novos símbolos de cidadania. Segundo essa lógica saberes cada vez mais especializados se ocupam das minorias, capturadas e identificadas como sendo a

grande bandeira representativa da sociedade civil: gays, portadores de HIV, deficientes físicos, negros, mulheres. Aparecem como mais um produto da moda onde a dimensão do mercado como possibilidade de escolha desses segmentos à liberdade e transformação constante são um incentivo a mais apresentando outra perspectiva a noção de cidadania gerado pela ideia de liberdade e invenção. Essas moldagens do indivíduo a partir da construção de sua identidade como minoria constitui um forte mecanismo de dominação, sendo possível relacionarmos à ideia de pertencimento na medida em que são assumidos como símbolos de cidadania, como medida de padrão que as remete a um balcão de trocas, uma marca na esquina esperando para ser escolhida e testada. Nada escapa ao olhar técnico e especializado dessas bandeiras que garantem a própria sobrevivência do Estado a partir do momento em que se lança como portador legítimo de garantia de direitos voltados a essas minorias. Desse modo, o sentido é tornar as minorias um modelo, uma forma, um projeto que quer se tornar maioria contável, identificado em raça, gênero, sexo, formação, corpo, identidade, molde de consumo. As minorias contabilizadas e estatisticamente classificadas, cunhadas e delineadas são na realidade alvos de aparelhos de captura que passam a funcionar como majoritárias a fim de se tornarem políticas de Estado na medida em que são lançadas propagandas de salvação nas mídias: políticas para mulheres, políticas para negros, políticas para deficientes físicos, políticas para homossexuais, políticas para os pobres, que nada mais são que verdadeiras formas de captura dos fluxos que escapam enquanto potência criadora. Nesse sentido, esses saberes, especializados e cuidadosamente trabalhados, deixam de estabelecer uma relação orgânica enquanto potência criadora de conjuntos de crenças e visões de mundo e passam a ser uma marca, um slogan, a fim de servir a outros interesses.

Nesse passo um aspecto trabalhado por Deleuze (1992) quanto à questão das maiorias nos propõe a reflexão de que minorias e maiorias não se distinguem pelo número. O que define uma maioria é exatamente servir a um modelo ao qual é preciso estar conforme determinados padrões ou normas, como por exemplo, o macho, o habitante de uma cidade, o europeu. Enquanto minoria é devir, é potência e pode ser mais numerosa que uma maioria. Sob certos aspectos todos estariam tomados por um devir minoritário no sentido de que uma minoria não tem modelo, é um processo, é um devir.

Quando uma minoria cria para si modelos, é porque quer tornar-se majoritária, e sem dúvida isso é inevitável para sua sobrevivência ou salvação (por exemplo, ter um Estado, ser reconhecido, impor seus direitos). Mas sua potência provém do que ela soube criar, e que passará mais ou mesmo para o modelo, sem dele depender. O povo é sempre uma minoria criadora, e que permanece tal, mesmo quando conquista uma maioria: as duas coisas podem coexistir porque não são vividas no mesmo plano (DELEUZE, 1992, p.214).

A partir de outra perspectiva analítica Richard Sennett (2006) oferece uma percepção do modelo de cidadão-consumidor, a exemplo do que acontece na comercialização de bens de consumo. O “consumidor-espectador-cidadão” é levado a entrar em sua própria passividade pela ilusão das ideias do consumo e do acúmulo ínsitos da cultura da sociedade moderna. Essa realidade “mobiliza nos cidadãos uma voluntária crença no faz-de-conta de sua própria experiência acumulada” (SENNETT, 2006, p.147). Desse modo o cidadão-consumidor pode distanciar-se das questões políticas já que é convidado a aprovar plataformas políticas que mais parecem plataformas de produtos. Sennett (2006) considera que quando os cidadãos agem como consumidores estão deixando de pensar como artesãos afetando com isso as relações que são estabelecidas no mundo do trabalho onde o trabalhador é constrangido duplamente, no consumo e na produção.

Nesse passo, um desafio que se apresenta na contemporaneidade diz respeito a estabelecer uma agenda política voltada para a exploração do que Dagnino (2004) assinala como sendo os “núcleos duros” do projeto participativo que ocupou parte significativa da ação política no Brasil e que deu origem ao processo de construção democrática pelos movimentos sociais construídos desde os anos de 1980. Esse projeto emerge da luta pela consagração de direitos de novo tipo e sujeitos de novo tipo, contemplando a questão das diferenças na medida que incorpora dimensões da cultura e da política bem como interesses coletivos. De um lado, restaurando a concepção tradicional de cidadania e, de outro, contemplando categorias inovadoras em novos formatos sociais e políticos da contemporaneidade.

2.7 Cidadania em tempos de globalização

A dinâmica do processo de construção democrática que emerge na sociedade civil nos anos de 1980 contribuiu para criar um campo político de expansão da

cidadania e do aprofundamento democrático, com grande impulso dos movimentos populares. Uma situação nova estava então colocada, formulada por movimentos populares que se organizavam no Brasil em busca de demandas em variados níveis de acesso, tais como, moradia, melhores condições de vida, educação e saúde. Esses movimentos foram fundamentais para abertura política em nosso país. O registro formal foi a promulgação da Constituição de 1988 que estabeleceu espaços de participação da sociedade civil, com o restabelecimento da democracia e eleições livres. Foi através dessa noção que o processo de participação democrática obteve uma dimensão ampliada em termos políticos e culturais.

Para Dagnino (1994) as dimensões que presidiram essa noção de cidadania devem ser lembradas no sentido de delimitar seu significado político.

Em primeiro lugar, o fato de que ela deriva e portanto está intrinsecamente ligada à experiência concreta dos movimentos sociais, tanto os de tipo urbano - e aqui é interessante anotar como cidadania se entrelaça com o acesso à cidade - quanto os movimentos de mulheres, negros, homossexuais, ecológicos etc. Na organização desses movimentos sociais, a luta por direitos - tanto o direito à igualdade como o direito à diferença - constituiu a base fundamental para a emergência de uma nova noção de cidadania. Em segundo lugar, o fato de que, a essa experiência concreta, se agregou cumulativamente uma ênfase mais ampla na construção da democracia, porém, mais do que isso, na sua extensão e no seu aprofundamento (DAGNINO, 1994, p. 103).

Esse modelo de cidadania foi capturado por uma disputa política na medida que se instalou o ajuste de adequação das sociedades à nova economia com a reestruturação do Estado em nível global. Desse modo, referências tão caras ao processo de construção democrática como noções de cidadania e participação foram tomadas por uma visibilidade, apropriada em variados níveis, com propostas e intenções diferentes no interior do próprio aparato de Estado. Essa questão fez “essencializar” a expressão cidadania, apropriada que estava no nível da linguagem e seduzida por uma crescente e avassaladora banalização de suas referências.

2.8 Novas noções para o termo cidadania

Segundo Dagnino (1994) o avanço do modelo de cidadania ampliada determinou uma disputa pela fixação de sua noção e inflexão no que há nela de mais transformador operando uma relação de proximidade autodeformante,

corporificada na ideia de uma sociedade civil empreendedora e voltada para aspectos da nova economia global dos mercados. Nesse sentido, diante das várias apropriações dadas à noção de cidadania, a necessidade de delimitar o seu significado no esforço de marcar o terreno em que essa noção emerge se apresenta como fundamental a fim de preservar o seu sentido singular e criador. Na visão de Dagnino enfatizar o contexto em que a dimensão cultural da cidadania obteve seus maiores ganhos contribui, de certo modo, para identificar os projetos políticos em que a expressão *cidadania* vem sendo redefinida. Até para poder se entender como se traduz a banalização de suas referências.

Como consequência dessas duas dimensões, eu destacaria um terceiro elemento que considero fundamental nessa noção da cidadania: o fato de que ela organiza uma estratégia de construção democrática, de transformação social, que afirma um nexo constitutivo entre as dimensões da cultura e da política. Incorporando características da sociedade contemporânea, como o papel das subjetividades, a emergência de sujeitos sociais de novo tipo e de direitos de novo tipo, a ampliação do espaço da política, essa é uma estratégia que reconhece e enfatiza o caráter intrínseco e constitutivo da transformação cultural para a construção democrática (DAGNINO, 1994, p. 103).

Reativar o sentido político dos direitos face à noção de cidadania ampliada significa para Dagnino (1994) aprofundar a concepção de um estatuto de cidadania colocado além de uma engenharia institucional já dada, mas se relacionando como relações sociais ativas, enfatizando a sua dimensão cultural em um quadro de referências aberto, para dar conta das diferenças, das questões emergentes, e das diversidades que estão na ordem do dia da sociedade contemporânea. Em espaços de criação que se dão numa relação constante, dinâmica e mais viva de cidadania e em permanente construção. Os espaços de hoje estariam colocados em outro registro de temporalidade, com outra dinâmica de construção de sujeitos, Estado, ideias, pessoas, visões de mundo e representações sociais e políticas.

Esse contexto de cidadania, trabalhado em Dagnino (1994), traz a ideia de direitos a ter direitos, não limitado a um estatuto formal legal previamente definido exclusivamente por um Estado-nação, mas, sim, no sentido da invenção de direitos de novo tipo. Segundo a autora essa concepção de cidadania ampliada coloca a questão dos sujeitos de novo tipo entendido enquanto sujeitos sociais ativos, na busca do reconhecimento enquanto novas pessoas, transcendendo o campo da

relação com o Estado-nação para incluir um campo de ação com a sociedade como um todo.

A nova cidadania requer (e até é pensada como sendo esse processo) a constituição de sujeitos sociais ativos, definindo o que eles consideram ser os seus direitos e lutando pelo seu reconhecimento. Nesse sentido, ela é uma estratégia dos não-cidadãos, dos excluídos, uma cidadania “de baixo para cima” (DAGNINO, 1994, p. 107).

Essa ampliação implica o entendimento a partir do qual “supor que o reconhecimento formal de direitos pelo Estado encerra a luta pela cidadania é um equívoco que subestima tanto o espaço da sociedade civil como a arena política, como o enraizamento do autoritarismo social” (DAGNINO, 1994, p. 107). O estatuto dessa cidadania depende da refundação da política e da própria noção de direitos da cidadania enquanto proposta de uma dinâmica de “tornar-se cidadão”, cuja importância estaria longe de se esgotar na forma de um estatuto de direitos formal-legal previamente definidos exclusivamente por uma autoridade estatal suprema.

A partir de outra perspectiva analítica, Dagnino (1994) propõe a possibilidade de uma cidadania que transcenda a ideia do conceito enquanto reivindicação de “acesso”, “inclusão” ou “pertencimento” na medida em que “o que está de fato em jogo é o direito de participar efetivamente da própria definição desse sistema, o direito de definir aquilo no qual queremos ser incluídos, a invenção de uma nova sociedade” (1994, p. 107). Isso diz respeito à capacidade de incorporar à noção de cidadania dimensões e concepções de mundo, crenças e aspirações do que deva ser viver em sociedade, enquanto sujeitos sociais ativos e enquanto novas pessoas.

2.9 A cidadania nas redes

Noutra perspectiva, Santos (2002) propõe observar que apesar do aspecto hegemônico da globalização de par com ela há uma reação que percorre uma outra globalização constituída por redes e alianças transfronteiriças entre movimentos, lutas e organizações locais que se mobilizam contra a exclusão social e o declínio das políticas públicas produzidos pelo formato de desenvolvimento de globalização. Nesse sentido, haveria uma globalização contra-hegemônica (SANTOS, 2002, p.13).

De modo que, a compreensão e a visibilidade de ações contra-hegemônicas ajudariam a construir um cenário de problematizações políticas e sociais e criar um espaço de resistência. Interrogando-se sobre a possibilidade dessas ações estarem comprometidas com a ideia das redes parece que esse padrão vai se enraizando em diversos aspectos da dimensão humana na medida em que as redes fornecem as bases materiais para a realização desse protagonismo.

Quanto à possibilidade de imaginar configurações possíveis de uma cidadania numa nova dinâmica do coletivo com a vida em redes, um entrevistado traz em sua fala a seguinte consideração sobre o contexto em nossos dias:

É possível sim imaginar configurações de uma nova cidadania acho que isso já está acontecendo. Eu vejo uma preocupação grande na maioria das pessoas jovens principalmente com relação ao cuidado, com relação ao compartilhamento, ao consumo consciente, a inovação social. E eu entendo essa nova dinâmica do coletivo como uma dinâmica natural do ser humano de viver em sociedade. A gente sente que continuar operando da forma como a gente opera hoje compromete a existência da nossa espécie, então a gente olha para os noticiários hoje e 90 % são notícias ruins, a gente olha para as empresas hoje e 90 % das empresas são psicopatas né, elas comprometem a existência da espécie humana. E, existe essa nova dinâmica do coletivo que é de pensar o todo né, pensar holisticamente, qual é a nossa função, qual é o nosso dever perante o planeta, sociedade, e a nós. Então eu vejo esse comportamento como um comportamento natural que é consequência de 200 anos de busca desenfreada por sucesso, poder, fama e dinheiro. (Ver Anexo - Instituição 2).

O advento das redes subverteu por completo a ideia de localidade com a eliminação das distâncias o que tornou para fora dos territórios certos significados tradicionais de pertencimento como escola, cidadania, Estado-nação, família, trabalho, trazendo outro tempo de regulação tanto para pessoas quanto instituições do nosso cotidiano habitual. As instituições concebidas sob o enfoque da época moderna foram moldadas num espaço tempo particular onde o tempo era regulado e disposto em blocos de organização de horas. Tudo era conformado pelo relógio que delimitava a hora de ir ao trabalho, a hora do almoço, a hora do “bater o ponto”. Com o tempo efêmero do mundo contemporâneo as relações e as pessoas se tornaram breves e passageiras. Nesse passo, “flertes” passageiros são incentivados pela lógica do mundo global livre e sem compromissos. Relações estáveis baseada em lealdade são um estorvo para o mundo liquefeito do fluxo das redes. Com o fim das distâncias inaugurado pelas redes novos espaços, baseado num espaço-tempo caótico, trouxe a determinados sentidos geradores de comunidade e pertencimento

como a cidadania outro tempo, um tempo emergente e global. Esse espaço efêmero e eletrônico cria ritmos no topo dos debates, convocando as pessoas a todo tempo e instante num ritmo incompatível com as interinidades de várias de nossas instituições do passado como o Estado-nação, com suas burocracias e privilégios que tornaram incapacitantes o agir institucional frente ao mundo livre das redes. De modo que as redes desestabilizam o padrão da linguagem tradicional tornando caótica as interações em vários níveis institucionais já que são colocados no topo das relações existenciais questões da política entre representados e representantes políticos.

Nesse passo, as representações políticas e as instituições democráticas na forma como conhecemos estão sendo alteradas substancialmente pelas novas tecnologias da informação, atingindo em cheio a cidadania, na medida em que a desfiliação dos laços sociais minam a força integrativa da cidadania onde as pessoas já não encontram um mínimo de padrão identitário em que possam se integrar e ainda precisam lidar com os desconfortos e os sentimentos da insegurança gerados pela perspectiva de uma liberdade a cada dia anunciada. Hoje vivemos em sociedade pluralistas e amplamente heterogêneas que se afastam em muito da concepção de um Estado-nação que comanda tudo, controlando quem entra ou sai de suas vigiadas fronteiras confinando em uma língua e cultura comuns. As sociedades estão cada vez mais complexas e plurais e parece que o Estado terá que se reconfigurar em suas bases a fim de dar conta dessas novas pessoas e desses novos espaços de representação da contemporaneidade. Nesse passo, a consistência dos pilares do Estado-nação parece se romper e desabar diante das fendas alimentadas pela geometria da globalização, que fogem de seus limites nacionais invadindo todo o resto tomando o seu lugar e a sua pureza fundacional.

Esse tipo de intervenção baseada nas redes tem reflexo também dentro do pensamento ambientalista. Os ativistas se mobilizam através das redes e trabalham empreendendo abordagens numa visão ecológica coerente, problematizando as questões de degradação do meio ambiente e fazendo críticas às formas de dominação e exploração capitalista de desenvolvimento, alertando contra o consumo exagerado e para a busca obsessiva pelo crescimento econômico que levaram ao esgotamento não somente do tecido social, mas também do equilíbrio ecológico com a exploração intensa dos recursos naturais dos países do terceiro mundo voltados que são para a exportação aos países ricos.

Novas formas de se relacionar e de produzir precisam ser pensadas no sentido de abrir frentes de discussão. As manifestações contra o encontro em Seattle da Organização Mundial do Comércio, em 1999, também conhecida como a “Batalha de Seattle”, reuniu diversas pessoas e organizações mobilizando vários segmentos sociais e ambientalistas que protestaram contra o encontro. Capra (2002) assinala que uma característica marcante da manifestação em Seattle foi que os integrantes do movimento começaram a usar as novas tecnologias de comunicação, especialmente a Internet, para se organizar em redes, articular, trocar informações e mobilizar seus membros em redes sociais trazendo ao movimento um amplo campo de discussão nas redes.

A Coalizão de Seattle é um exemplo de um novo tipo de movimento político típico da Era da Informação. Em virtude de um uso hábil da interatividade da Internet e do seu alcance global, as ONGs que formam a coalizão podem unir-se em rede umas com as outras, trocar informações e mobilizar seus membros com uma rapidez antes inconcebível. Por causa disso, as novas ONGs globais firmaram-se como novos e eficazes agentes políticos, independentes de quaisquer instituições tradicionais nacionais ou internacionais. Como vimos, a ascensão da sociedade em rede vem sendo acompanhada pelo declínio da soberania, da autoridade e da legitimidade do Estado nacional (CAPRA, 2002, p. 227-228).

As redes atuam como facilitadoras da informação porque fornecem a base material para que isso aconteça conectando pessoas, coisas, instituições e ambientes num nível interativo e global. Isso facilita o intercâmbio de ideias trazendo um novo tipo de linguagem aos espaços onde novas articulações vão se colocando como mentalidades reais. Nesse ponto, Heckert (2001) analisando os processos de globalização e seus modos de funcionamento da atualidade levanta a indagação de quais seriam as possibilidades de rupturas que poderiam estar sendo cunhadas no interior dos processos de globalização, esses também redefinidos em suas bases. A autora formula a indagação no sentido de que se a “nova” globalização vem permitindo liberar os fluxos do capital não estaria, também, sendo utilizada na liberação de fluxos de resistência (HECKERT, 2001, p. 48).

Nesse sentido, caberia uma reflexão no sentido de aprofundar o que estaria em jogo e à margem dos processos de globalização atual e o que se coloca como elemento de passagem de uma cidadania em formação na era das redes, bem como o que está em disputa de par com os eixos que se articulam. Essas reconfigurações também anunciam uma desmontagem no interior do próprio capitalismo global.

De modo que, o que se afirma é que a cidadania nacional é mais uma entre tantas cidadanias em diversidades de povos, culturas, narrativas e representações da contemporaneidade. Esse movimento se traduz nos processos de globalização que de certo modo desestabilizam as identidades construídas ao redor da concepção de cidadania cristalizada na percepção de uma história comum e na consciência de pertencer a um “nós” enquanto membros responsáveis uns pelos outros. A partir dessa perspectiva uma nova dinâmica coletiva constituída para além do Estado-nação, menos institucionalizada nos domínios políticos e econômicos e mais voltada para questões rotineiras, dinâmicas e reais do dia-a-dia das pessoas, parece contribuir para a expansão de um espaço político de novo tipo, global, contraditório e descentrado.

3 NOVO PARADIGMA DE REPRESENTAÇÃO SOCIAL

O termo “representação” é amplamente utilizado em diversas áreas do conhecimento. Por conta disso, nesse capítulo trazemos alguns conceitos de representação visando a explicitar o ponto de vista que adotamos nesse trabalho, notadamente os pressupostos de Alain Touraine, como veremos adiante.

Os estudos de Alain Touraine pontuam a construção de um novo paradigma na produção contemporânea, defendendo a ideia que o ponto de partida para esse fenômeno é a globalização ao introduzir uma separação completa entre a economia e outras instituições sociais e políticas que estabilizaram, por muito tempo, o mundo social. Segundo Alain Touraine (2011) essas identidades que serviram de ancoragens sólidas estão em declínio, dando passagem para um novo paradigma de representação. Esta dissolução acarreta a fragmentação daquilo que se chamava sociedade, fazendo surgir novas identidades mais culturais.

Hoje, dois séculos após o triunfo da economia sobre a política, estas categorias “sociais” tornaram-se confusas e deixam na sobra uma grande parte de nossa experiência vivida. Precisamos, portanto, de um *novo paradigma*, pois não podemos voltar ao paradigma político, sobretudo porque os problemas culturais adquiriram tal importância que o pensamento social deve organizar-se ao redor deles (TOURAINÉ, 2011, p. 9).

O autor argumenta que as identidades estão sendo configuradas por outra paisagem como parte integrante de um processo mais amplo de mudanças que, segundo ele, “nos leva imediatamente ao tema da informação. Esta, designa uma revolução tecnológica cujos efeitos sociais e culturais são visíveis por toda parte” (TOURAINÉ, 2011, p. 9). Isso criou uma situação nova com a perda de centralidade das categorias “sociais” como sistemas integrados em contraponto à imagem de uma sociedade que se tornou “não social”, cujas categorias culturais são importantes como novo paradigma de representação da vida social. Touraine (2011) estabelece a tese central de que esta dissolução de fronteiras está acarretando uma profunda fragmentação às categorias sociais e políticas de nossa sociedade.

A consecutiva derrocada das categorias sociais de análise e de ação não é um acontecimento sem precedentes. Nos inícios de nossa modernização pensamos os fatos sociais em termos *políticos* – ordem, desordem, soberania, autoridade, nação, revolução – e somente após a revolução

industrial substituímos as categorias políticas por categoriais econômicas e sociais (classes, lucro, concorrência, investimento, negociações coletivas). As mudanças atuais são tão profundas que nos levam a afirmar que um novo *paradigma* está substituindo o paradigma social, assim como este tomara o lugar do paradigma político (TOURAINÉ, 2011, p.239).

As sociedades organizaram um entendimento quase que sagrado em torno da construção de pertencimento a uma coletividade. Os colégios eram obrigados a ministrar aulas de moral e cívica aos seus alunos⁴⁶ frente à concepção do Estado moderno, que precisava ser magnamente saudado para que todos acreditassem nesse “todo” nacional fraterno. Assim, se instituiu condutas civicamente predetermináveis com a construção de uma ordem social legitimadora de compreensão “cívica” do indivíduo. O Estado-nação possui como estratégia política tornar a expressão cultural homogênea visando a unificar e homogeneizar os diferentes membros para representá-los como se pertencessem a uma grande família nacional. Hoje, este Estado-nação está se liquidificando frente às concepções da vida contemporânea que requerem uma sociedade plural, individual, descentrada e fragmentada.

A vida coletiva, regulada segundo a lógica puramente “cívica”, de pertencimento a um espaço geograficamente delimitado, imprime um mecanismo auto-regulável de concepção, cujas relações sociais organizam-se e se auto identificam como sentido “natural” do indivíduo enquanto tal, impondo a ideia de que a sociedade é um fim em si mesmo e não tem outro fundamento a não ser o sentimento de pertencimento a uma nação. A identidade cultural nacional se estabelece como forte componente de poder, chefiada e administrada por um Estado-nação forte e poderoso, que unifica o indivíduo sob a configuração homogeneizante preso a uma célula.

Na concepção abordada em Touraine esse é um paradigma que se enfraquece deixando no vácuo outras categorias do “eu” e das experiências da vida vivida enquanto tal, esvaziada de papéis sociais expressas em diversas formas de movimentos.

⁴⁶ A disciplina foi criada em setembro de 1969, por meio do decreto-lei nº 869. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/1965-1988/De10869.htm. Acesso em: 20.03.15

3.1 A sociedade multicultural

O modelo de cidadania tradicional que se enfraquece apresenta como consequência um modelo de Estado-nação que já não consegue dar conta das questões do dia-a-dia das pessoas. A concepção de uma existência fundada em bases sólidas seja na política, na economia, no trabalho, na família, vem passando por um processo onde são reforçadas novas identidades – mais híbridas e plurais.

Movimentos culturais e mais voltados para questões dos regionalismos e das localidades são voltados para a diferença, para o outro. Segundo a perspectiva de Touraine a representação do indivíduo esteve sempre projetada para além da sua própria experiência em figuras como Deus, a nação, o progresso, a sociedade, na base de formação dos estados nação modernos. Os movimentos de hoje projetam a auto realização dos indivíduos *diretamente*, sem discursos intermediários surge o que ele chama de *sujeito*, a vontade do indivíduo de ser o ator de sua própria existência e criação.

Por certo que essa perda de centralidade do social converge para o triunfo do individualismo onde os indivíduos são impulsionados sob a lógica do mercado, da flexibilidade, do consumo extremado e do marketing como medida de todas as coisas, na busca individual dos interesses próprios e cada vez mais voltada para si mesmos. Sennett (2014, p. 53) ressalta que a flexibilidade está mais associada às virtudes empresariais do mercado do que para libertar as pessoas. Assim, práticas de flexibilidade se concentram mais nas forças que dobram as pessoas.

Imaginamos o estar aberto à mudança, ser adaptável, como qualidades de caráter necessárias para a livre ação – o ser humano livre porque capaz de mudança. Em nossa época, porém, a nova economia política trai esse desejo pessoal de liberdade. A repulsa à rotina burocrática e a busca da flexibilidade produziram novas estruturas de poder e controle, em vez de criarem as condições que nos libertam (SENNETT 2014, p. 54).

A concepção de Touraine (2011), orientada ao estudo da ideia de sujeito, apoia-se na relação direta do sujeito consigo mesmo, que sem passar por intermediações sociais, estaria criando uma relação de linguagem social sobre a vida coletiva mais cultural. Para o autor a perda de referência a elementos antes entendidos como sistemas integradores gerador de sentido e pertencimento a uma

coletividade coloca-nos diante de um mundo sem significado próprio. Esses fatores são ainda mais acentuados pela dominação dos critérios econômicos que se sobrepõem ao social, desestabilizando o conjunto de referências que antes davam sustentação à proposição de direitos sociais e dinâmicas societárias da vida.

Agora há uma busca por novas identidades. O indivíduo está querendo ser ator, produtor de si e construtor de seu mundo se desvencilhando de antigas amarras os sujeitos encontram-se à deriva em busca de si, razões pelas quais há o surgimento de identidades flutuantes pela conseqüente liberdade e ao mesmo tempo insegurança do mundo “líquido”. Nesse passo, a reivindicação por direitos mais culturais voltado ao “eu” do indivíduo enquanto ator, sem as amarras institucionais que impõe uma lógica racional às proposições de direitos e de políticas, estão tomando o lugar e se afirmando num mundo em constante transformação.

Para Touraine, a crise de representação que estamos vivendo nos dias de hoje formou-se na modernização que concentrou todas as categorias da organização social e do pensamento em termos propriamente sociais para assegurar a integração da própria sociedade enquanto Estado moderno de direitos. O Estado-nação surge baseado nesse regime de representação.

Num campo diferente, a representação de um personagem consiste em indicar a função *social* e o ambiente *social* desse personagem: vestes, atitudes e posturas, tudo deve definir a posição social do personagem e suas características pessoais são percebidas tanto melhor quanto mais claramente for indicado o enquadramento social daquele que é representado. Ora, hoje estes retratos socialmente definidos caducaram. As referências ao ambiente social tornam-se indiretas (TOURAINÉ, 2011, p.63).

3.2 Uma nova representação de pertencimento

O processo de fragmentação em que se vive nos dias de hoje indica que estamos entrando em um outro tipo de representação de pertencimento. Trata-se do surgimento de sujeitos em uma relação direta consigo mesmo numa linguagem auto-narrativa de se auto-produzir, se auto-dizer, se auto-comunicar, se auto-mostrar, se auto-representar, se auto-revelar. A ambivalência do mundo contemporâneo traz a concepção de um individualismo extremo um estado de não pertencimento

constante e repleto de infinitas possibilidades de “eus”. Em que pese um acesso enorme a uma quantidade de informações as pessoas continuam confinadas em seus medos e em suas cercas existenciais.

Assim, as identidades da atualidade querem se auto-narrar num consumo por vidas protagonizadas por “eus” verdadeiros estampados em telas de computador. Nesse sentido um arsenal de novas tecnologias ajuda a protagonizar esse movimento nas redes com câmeras de fotografia embutidas em aparelhos de celular, vídeos atrelados a dispositivos móveis de comunicação, webcams, blogs e fotoblogs introduzem novas narrativas e o surgimento de movimentos comunitários cada vez mais heterogêneo e multicultural. Formado por uma ampla e contínua ambivalência própria daquela realidade consumida instantaneamente nas redes. A teatralidade de um “eu” real parece querer sair de trás dos fatos e se inscrever naquilo que há de mais banal, vulgar, sujo e espetacular das telas rutilantes dos aparelhos da contemporaneidade. Despido de papéis autofundantes em “metaidentidades” um “eu” puramente real parece querer se mostrar e se transpor pelas brechas de tudo aquilo que se abriga como sólido a fim de vivenciar as inconstâncias da fluidez de nossos dias.

Nesse passo, um gênero narrativo próprio ganha formatos cada vez mais expressivos na televisão brasileira como os programas: Big Brother Brasil, No Limite e Casa dos Artistas para os quais as redes midiáticas nos convidam a ver uma profusão de rostos e corpos em parafernálias tecnológicas cada vez mais ágeis, velozes e divertidas que captam diariamente o cotidiano das pessoas, engendrando um consumo midiático de vidas por meio de uma torrente informacional replicada nas redes sociais. Esses *reality shows* misturam convivência e competição na prática do convívio humano e viram moda a partir do momento em que o comportamento dos participantes são replicados nas redes.

Paula Sibilia (2012) entende que um estilo midiático toma conta do mundo ao longo do século XX e isso vem nutrindo uma vontade de acesso a uma experiência intensificada do real.

Numa época como a atual, tão arrasada pelas incertezas como fascinada pelos simulacros e pela espetacularização de tudo quanto é, noções outrora mais sólidas como “realidade” e “verdade” foram seriamente estremecidas. Talvez por esse motivo, já não cabe à ficção recorrer ao real para se contagiar do seu peso e ganhar veracidade. Ao contrário, a realidade parece ter perdido tal potência legitimadora. Esse real que hoje está em

pleno auge, já não é mais auto-evidente: sua consistência é permanentemente contestada e colocada em questão. Junto com essa volatilização do real, a ficção também acaba perdendo sua antiga preeminência. Agora, dando outra inesperada volta nesse parafuso, a realidade começa a impor suas próprias exigências: para ser percebida como plenamente real, deverá ser intensificada e ficcionalizada com recursos midiáticos. Entre as diversas manifestações que solicitam esse tratamento, destaca-se a vida real do autor-artista. Ou então desse *eu* que fala, que se narra e se mostra por toda parte (SIBILIA, 2012, p. 25).

Segundo Touraine (2011) a decomposição do paradigma de representação tem como resultado uma dupla dimensão: de um lado todo o conjunto de referências societárias a grupos e instituições, que antes davam sustentação enquanto sentido de integração e de gerir transformações, é rompido. O modo como isso é gestado se dá de forma violenta, gerando crises e rupturas; de outro, uma relação do sujeito consigo mesmo em uma consciência de liberdade e responsabilidade é alargada como senso comum que vai se firmando, normas de outro tipo vão se colocando em formas de representações sociais e políticas. No sentido trazido por Touraine (2011, p.26) esta dupla dissociação pode desembocar tanto no enfraquecimento (ou mesmo desaparecimento) do espaço propriamente social quanto no surgimento de outras instituições onde os sujeitos passam a usufruir e vivenciar outras interações. Nesse sentido, o sujeito não é um ser divino nem acredita no progresso da nação, ele é ação e consciência e luta contra as forças que, de forma aparente e formal, lhe conformam uma existência concreta, mas ao mesmo tempo cala suas liberdades pessoais em nome de um modelo religioso, político ou social.

De outro lado, Touraine (2011) aponta que uma das implicações culturais e sociais da globalização é a formação de uma sociedade de massa na qual os mesmos produtos materiais e culturais circulam em países com tradições culturais diversificadas misturando assim diversas correntes. O fato de haver uma forte influência cultural a partir da circulação de produtos não afastaria produções locais e diversificações de modos de consumo neocomunitários, contrapondo tradições culturais e sociais. Dessa forma haveria o surgimento de novos formatos de vida social e cultural como músicas, filmes, vídeos, relatos pessoais, livros, provenientes de países estrangeiros habitando de modo conjunto experiências regional e local que querem se afirmar enquanto cultura, gerando novos sentidos e novas percepções.

Vemos, ao contrário, misturarem-se diversas correntes opostas. A primeira corrente é a influência cultural exercida pelas grandes empresas de consumo e de lazer: Hollywood é a fábrica de sonhos do mundo inteiro. Mas constatar-se-á também que ela não faz desaparecer com isso as produções locais. Pois assistimos, por outro lado, à diversificação do consumo nos países mais ricos. Em Nova York, Londres ou Paris há mais restaurantes estrangeiros do que antigamente, e pode-se ver ali mais filmes provenientes de outros países do mundo. Enfim, assiste-se também a um ressurgimento de formas de vida social e cultural tradicionais ou alimentadas pela vontade de salvar uma cultura regional ou nacional ameaçada. Mas por toda parte, como consequência destas tendências opostas, acelera-se o declínio das formas de vida social e política tradicionais e da gestão nacional da industrialização (TOURAINÉ, 2011, p.32).

Nesse sentido, uma das implicações da globalização diz respeito à circulação de bens e serviços, mas também à forte circulação de práticas culturais e novas percepções enquanto produção de novos tipos: cinema, livros, vídeos, textos, sons, imagens circulando e abrindo mentes. O aspecto da globalização é tido não somente pela ideia da circulação de redes econômicas de poder, mas pelas novas produções de sentido que são geradas. Os que contestam a globalização mostram que sua hegemonia é reforçada em grande parte pela dominação americana já que as redes mundiais financeiras estão em poder dos americanos.

3.3 Erosão dos laços e a busca do Ator

A fragmentação do sujeito contemporâneo é reforçada pelo declínio de velhas identidades que no passado tinham fornecido sólidas localizações tais como família, trabalho, cidadania. Estas transformações estão mudando o sentido de pertencimento. No mesmo sentido, como um fim em si mesmo a unidade Estado-nação orientou e conformou o indivíduo como pertencente a um todo fixo, sólido, rígido. No mundo “líquido” dos dias de hoje a sociedade se fragmenta e cada um de nós vai deixando de se observar e de se sentir um ser social e político. Assim, o sujeito se apresenta num estado constante de não-pertencimento, solto e em busca de si mesmo. “Tudo assume então um duplo sentido e o indivíduo deseja afirmar-se por sua oposição à linguagem da sociedade” (TOURAINÉ, 2011, p.77), de modo que face à erosão dos laços o processo de dessocialização desencadeia também um apelo ao consumo com as intervenções do mercado que querem impor sua

lógica econômica aos mecanismos sociais, por onde o consumo de massa progride em rápido crescimento.

A cultura de massa aparece como elemento fundamental para o surgimento do que Guattari e Rolnik chamam de produção de subjetividade capitalística. O que caracterizaria os modos de produção capitalística é que eles não funcionam unicamente no registro dos valores de troca, na ordem do capital, mas operam também no nível da produção de subjetividade.⁴⁷

Não somente uma produção da subjetividade individuada - subjetividade dos indivíduos - mas uma produção de subjetividade social, uma produção da subjetividade que se pode encontrar em todos os níveis da produção e do consumo. E mais ainda: uma produção da subjetividade inconsciente. A meu ver, essa grande fábrica, essa grande máquina capitalística produz inclusive aquilo que acontece conosco quando sonhamos, quando devaneamos, quando fantasiemos, quando nos apaixonamos e assim por diante. Em todo caso, ela pretende garantir uma função hegemônica em todos esses campos (GUATTARI; ROLNIK, 1996, p.16).

Nesse sentido, GUATTARI; ROLNIK (1996, p.16) reconhecem que é possível desenvolver modos de subjetivação singulares em oposição à máquina de produção de subjetividade. Trata-se do que eles chamam de “processos de singularização”: uma maneira de recusar todos esses modos de encodificação preestabelecidos, todos esses modos de manipulação e de telecomando, recusá-los para construir, de certa forma, modos de sensibilidade, modos de relação com o outro, modos de produção, modos de criatividade que produzam uma subjetividade singular. Uma singularização existencial que coincida com um desejo, com um gosto de viver; com uma vontade de construir o mundo no qual nos encontramos, com a instauração de dispositivos para mudar os tipos de sociedade, os tipos de valores que não são os nossos.

Tomando como base os movimentos sociais, com a fragmentação de aspectos da vida social e política Touraine (2011) entende que esses movimentos perderam força e se despolitizaram. Nesse aspecto não estamos negando os movimentos sociais enquanto ação e articulação social, mas a banalização dos seus

⁴⁷ “A *subjetividade* está em circulação nos conjuntos sociais de diferentes tamanhos: ela é *essencialmente social, e assumida e vivida por indivíduos em suas existências particulares*. O modo pelo qual os indivíduos vivem essa subjetividade oscila entre dois extremos: uma relação de alienação e opressão, na qual o indivíduo se submete à subjetividade tal como a recebe, ou uma relação de expressão e de criação, na qual o indivíduo se reapropria dos componentes da subjetividade, produzindo um processo que eu chamaria de singularização” (GUATTARI; ROLNIK, 1996, p.33).

termos, enquanto sentido original e transformador da realidade social. Na visão de Touraine (2011, p. 177) os movimentos sociais se degradaram ao ponto de se transformarem no contrário deles mesmos, obcecados pela afirmação de uma identidade e não como referência a uma linguagem política articulada entre diversos atores.

Quando o movimento de libertação nacional se transforma em nacionalismo, quando a luta de classe se reduz a um corporativismo, quando o feminismo se limita à supressão das desigualdades entre homens e mulheres, deixam de ser movimentos sociais e sucumbem à obsessão da identidade (TOURAINÉ, 2011, p.177).

3.3 O trabalhador contemporâneo

Apresentando a questão sob outro registro, com esses acontecimentos na esteira do nosso “mundo líquido” o trabalho perde também um pouco de seu sentido e de seu chão apresentando desgaste em suas bases de sustentação. Nesse passo, as identidades solidamente construídas em torno do trabalho estão se deslocando, se desterritorializado, aparecendo com base em outras configurações, menos sólidas e mais flexíveis de contratação. Ter uma posição na empresa, construir uma carreira sólida, fazer planos não faz mais parte da rotina do trabalhador contemporâneo. No lugar da solidez aparente das carreiras se constrói um aparato de mão de obra cada vez mais fragmentado e volátil. As categorias profissionais perdem seu espaço antigo de luta e abrem passagem para outro trabalhador, difuso, fragmentado, que agora parece tomar conta das paredes das fábricas e dos corredores das empresas. Hoje nossas paredes são outras e nossas fábricas também. Toda essa engenhosidade do passado parece estar atravessada por grandes fissuras indicando que esse formato sofre de um colapso em suas antigas bases de sustentação. A duração do trabalho, antes racionalizado em horas, agora é concebido pelo formato da globalização relativo ao tempo do trabalho. O “lugar do trabalho” e o “lugar de casa” agora são uma coisa só, se fundiram na concepção globalizante da economia e das empresas. O espaço privado e reconfortante do “lar” é diminuído para dar passagem a outros espaços de tempo e localidade de nossa contemporaneidade.

A clássica distinção entre casa e local de trabalho foi forjada na era industrial. Na sociedade industrial, quando os atuais regulamentos do mercado de trabalho, as leis trabalhistas e o sistema de seguridade social foram construídos, o local de trabalho fixo era a norma. Era para onde ia o proletariado no início da manhã ou em turnos – fábricas, minas, fazendas e estaleiros – e para onde ia a massa assalariada, um pouco mais tarde, no correr do dia. Esse modelo se desintegrou. (STANDING, 2013, p.181).

Nesse passo, as políticas de trabalho de hoje são baseadas em outro tipo de relação. Entretanto, sob essa concepção são instauradas outras formas de controle já que as tarefas podem ser exercidas em qualquer lugar – com laptops, tablets, celular, aplicativos, redes - dando espaço para a criação de dispositivos de controle das tarefas e até das pessoas já que com o trabalho exercido em qualquer lugar e a qualquer tempo as pessoas podem assim serem controladas, manipuladas e vigiadas por um controle de tipo fino. Nesse contexto, também foram elementos de deslocamento atos, gestos, gostos, tudo pode ser controlado e rastreado para gerar consumo, medos e sensação de plenitude. As pessoas são assim lançadas num fluxo de vida e sentem uma insegurança constante já que não exercem controle das relações que são estabelecidas nas empresas, como as formas tradicionais baseadas no espírito de lealdade e confiança. As antigas identidades se tornam modelo de atraso frente às concepções descentradas e ambivalentes inaugurada pela concepção globalizante das redes. Com a informação circulando a todo tempo e instante nas empresas potencializada pelas novas ferramentas informacionais há um complexo processo de mudança pelo sentimento de não pertencimento institucional gerado pela perda de produção de sentido das localidades. Deslocadas no tempo e no espaço as próprias relações se tornam instáveis e frias diante da crise de representação do trabalho como instância de pertencimento social. De modo que, a empresa como sonho de carreira estável se desintegra e relações frouxas e não duradouras são a grande bandeira de quem quer se manter empregável. Nesse passo, novas combinações de espaço-tempo-pessoas estão sendo redefinidas trazendo uma nova ordem das coisas para empresas. Hoje, o tempo de trabalho extrapola o limite do exercício das tarefas tradicionais já que concebidas para além do local de trabalho se tornam presentes em nosso cotidiano doméstico, contribuindo em saltos significativos de lucro para as empresas⁴⁸. Como

⁴⁸ Marcio Pochmann (2009) aponta que novas fontes de geração de riqueza estão sendo concebidas com as jornadas laborais deslocadas para além do local de trabalho: “Juntas, as jornadas de trabalho material e imaterial resultam em carga horária anual próxima daquelas exercidas no século 19 (4000 horas). Em muitos casos, começa a haver quase equivalência entre o tempo de trabalho

as normas trabalhistas ainda são regidas pelas antigas leis há um enorme descompasso institucional na medida em que essas normas não se articulam com os acontecimentos de nossos dias, incorporando a ideia da visão dita “inovadora” apenas no campo do discurso ou no quanto isso irá reverter em somas de lucratividade. O discurso é global, mas ainda estamos presos agarrados em nossos padrões provisórios de identidade.

Assim, não surpreende que com o local de trabalho fixado numa rede global, para além dos espaços fixos de representação, a noção de ação política, lutas e crenças se percam nesse mesmo vazio de universos incorporais. Assim, toda a potência de luta política fica esvaziada de seu poder de nomeação e se apresenta num estado permanente de não pertencimento. A própria noção de movimento social, partido político, sindicato, assembleia geral de trabalhadores perdem um pouco de sua base de sustentação política e banaliza-se no interior da sociedade sendo reconfigurada em outras bases e em novos discursos de poder. De outro lado, as identidades nacionais passam a usufruir e vivenciar novos formatos na medida em que outras identidades locais vão sendo reforçadas. Há assim o surgimento de movimentos neocomunitários na medida em que os sentimentos ligados a nacionalidade aos poucos vão ficando adormecidos. O próprio indivíduo se sente desorientado frente à ambivalência das relações que são produzidas no seio da sociedade contemporânea. Porém, nesse redesenho o indivíduo pode terminar por promover uma sedução nutrida pelo consumo e pelo marketing propagandístico e, de forma altaneira, se perder dele mesmo.

Como observa Richard Sennett (2006), nas organizações flexíveis e com as mudanças no mundo do trabalho a busca do talento a todo preço pode colocar os indivíduos numa perspectiva que ele chama de “paixão autoconsumptiva”. Segundo sua tese, o consumidor inteiramente voltado para o diagrama liberal nas formas de gestão do “eu” individual desempenharia um papel passivo, como simples joguete da publicidade, e prisioneiro do lixo comercializado pela audiência propagandística. “O contexto moderno confere ao talento contornos afins da paixão autoconsumptiva” (SENNETT, 2006, p.131)

Essas qualidades da individualidade ideal são uma fonte de angústia, pois *incapacitam* a massa dos trabalhadores. No trabalho, como já vimos, elas geram déficits sociais de lealdade e confiança informal, erodindo o valor da experiência acumulada. A isto, deveríamos já agora acrescentar o esvaziamento da aptidão, que não é apenas a tendência das organizações a descartar as realizações passadas ao olhar para o futuro (SENNETT, 2006, p.117).

Na visão de Touraine (2011, p. 102) o que conta é saber se o individualismo cederá às sirenes do marketing e dos programas de televisão ou se se mostrará combativo pela manipulação da propaganda e pela publicidade a fim de descobrir o ator social presente no indivíduo, que luta contra a sociedade de massa e a impessoalidade dos mercados. Segundo sua concepção o indivíduo sempre foi produzido pela sociedade, em suas condutas mais concretas, como também em seu pensamento; agora acontece o contrário. Para ele a afirmação criadora do sujeito reside exatamente nessa concepção: a desagregação do “eu” definido unicamente em um conjunto de papéis sociais fez trazer à tona um “individualismo consciente”, refletido como reivindicação para si mesmo de uma liberdade criadora, não subordinada a nenhum objetivo social, político ou religioso.

3.4 Sujeito X Eu

Por outro lado, como diz o autor a capacidade de se perceber como sujeito pode também ser apropriada pela banalização corrente do termo “sujeito” - ora como sinônimo de um “eu” auto-identitário, ora obscurecido sob a lógica homogeneizante do próprio termo cada vez mais corrompido pela obsessão da identidade e, então, segundo sua tese, perder o potencial transformador. Segundo Touraine (2011, p. 114) “O sujeito não é um sinônimo do eu. O “eu” é o conjunto mutante e sempre fragmentado com o qual nos identificamos, embora conscientes de que ele não tem nenhuma unidade duradoura”.

Quase todas as religiões atribuíram maior importância a este desaparecimento do eu, tome ele a forma da meditação ou a da oração, mas nem sempre para libertar o sujeito. Este se forma na vontade de escapar às forças, às regras, aos poderes que nos impedem de sermos nós mesmos, que procuram reduzir-nos ao estado de componentes de seu domínio sobre a atividade, e na interação de cada um com todos. Estas lutas contra o que nos priva do sentido de nossa existência são sempre lutas desiguais contra um poder,

contra uma ordem. Não há sujeito senão rebelde (...) (TOURAINÉ, 2011, p.115).

Apesar de constatar a fragmentação do sujeito contemporâneo, Touraine (2011) aborda que já estaríamos no universo dominado pela procura de si do sujeito e na referência a categorias autocriadoras desse sujeito que quer se reinventar e ser ator de sua criação numa liberdade ativa de si mesmo. A linguagem desse sujeito é mais cultural e voltada para a capacidade de perceber-se como sujeito lutando e intervindo por direitos de novo tipo.

3.5 O protagonismo contextual auto-narrativo

A partir da perspectiva de Touraine (2011) estaríamos caminhando para um novo paradigma surgido dos escombros da sociedade moderna que teria por princípio a auto-referencialidade dos indivíduos às obrigações sociais em termos políticos ou econômicos. Nesse passo, o elemento único de auto-realização do indivíduo sempre esteve voltado para um modelo, seja ele religioso, político, social ou econômico.

Durante um longo período descrevemos e analisamos a realidade social em termos políticos: a desordem e a ordem, a paz e a guerra, o poder e o Estado, o rei e a nação, a República, o povo e a revolução. Em seguida a revolução industrial e o capitalismo libertaram-se do poder político e apareceram como a “base” da organização social. Substituímos então o paradigma político por um paradigma econômico e social: classes sociais e riqueza, burguesia e proletariado, sindicatos e greves, estratificação e mobilidade social, desigualdades e redistribuição passaram a ser nossas categorias mais comuns de análise (TOURAINÉ, 2011, p. 9).

Ao conformarem uma existência concreta de vida representando o indivíduo seja pela religião, pela família, pelo trabalho, pelo Estado-nação, esses modelos hoje estariam enfraquecidos e organizam-se em novas combinações de espaço-tempo, ao nível dos padrões estabelecidos pela realidade contemporânea desconexa e impermanente dos dias atuais. Assim, com o caráter provisório e fragmentado das identidades atuais não surpreende que a busca pela auto-realização do indivíduo apareça de forma mais direta, sem intermediários, na medida em que se coloca no centro da arena dos debates numa perspectiva direta de

enfrentamento frente as novas dinâmicas da contemporaneidade. Nesse passo, uma nova narrativa projeta o indivíduo a caminho da sua auto-realização num protagonismo marcado por um constante impermanente do presente.

Nesse processo, traz à cena o momento de passagem de uma linguagem de representação da sociedade para uma linguagem da ideia de indivíduo onde são processadas relações mais voltadas à influência de um regime de vida cujo indivíduo quer se tornar um ator impulsionado à temática da sua própria identidade, mas contrapondo os mecanismos de manipulação que podem vir a desembocar sobre ele mesmo.

É tão fácil censurar ao indivíduo atual seu egoísmo e sua ausência de sentido da história! Tão fácil como era censurar à sociedade seu gosto pelas normas e a razão instrumental. É preciso, sem dúvida, perceber de que maneira o indivíduo é manipulado pela propaganda e pela publicidade, mas igualmente descobrir o ator social presente neste indivíduo, e mesmo o sujeito que está presente nele e que luta contra a sociedade de massa, a impessoalidade dos mercados e a violência da guerra (TOURAINÉ, 2011, p.84).

Na percepção do autor, o modelo de representação social ocupou toda a ideia do indivíduo como sendo sua única forma de integração e seu fim e, em contrapartida, assentou a rejeição de toda consideração e toda análise dele mesmo enquanto ator e construtor de sua vida. O indivíduo foi conformado apenas considerando as experiências quando entendidas no lugar que poderiam vir a ocupar na sociedade e do seu papel para o desenvolvimento do sistema e do Estado-nação. Para fazer funcionar o aparato racional e industrial e guiar todas as experiências da vida em sociedade esse lugar fez parte da engrenagem do todo, mas agora esse indivíduo quer se libertar dessas engrenagens e ocupar um lugar de relevância da sua própria temática. Com a perda de referência ligada à ideia de povo e de uma cultura homogênea não surpreende que versões individualistas apareçam no sentido de uma ação concreta do indivíduo, e marca passagem do mundo dos papéis sociais para o mundo dos papéis individuais.

3.6 Um novo formato de pertencer

O autor aborda ainda que não se quer com isso negar o caráter social do conceito pertencente à sociedade e o que isso representa enquanto condição natural da vida humana, mas constituir em novas bases esses aspectos já que a dissolução das fronteiras acarretou uma profunda fragmentação daquilo que se entendia sociedade. Hoje esses parâmetros são ainda reforçados pela crise e enfraquecimento do papel do Estado-nação, na medida em que ele se apresenta fragmentado e dividido frente às concepções globais da atualidade que coloca as identidades nacionais em permanente estado de não pertencimento. O pertencer de hoje é diferente do pertencer de antes. Nossas sociedades são multiculturais e híbridas. Um novo formato de pertencer parece querer pedir passagem como linguagem e como mecanismo de representação.

Touraine (2011) define o sujeito contemporâneo como elemento de resistência ao mundo do consumo, da violência e da guerra, porém ainda seduzido de um estímulo a outro já que continuamente desintegrado e fragmentado o sujeito é permanentemente conflituoso e nunca se identifica totalmente consigo mesmo. Um conjunto de regras conflitantes continuam a atuar na ordem dos direitos e dos deveres, na ordem da moralidade, e não na ordem da experiência da vida enquanto tal gestada na experiência humana e dos problemas do dia-a-dia. Essa concepção traz uma ambivalência que fragiliza e parece atravessar o indivíduo que se vê constantemente diante de sua própria falência enquanto componente de integração a uma sociedade, de pertencimento a um grupo, mas ao mesmo tempo impulsionado a viver a primazia de si mesmo num mundo extremamente dinâmico e efêmero. Dessa forma, o sentido da moral, do cidadão que precisa cumprir seu papel à nação, da solidez do trabalho, da noção de coletivo e de espaço público coabitam em níveis desiguais fazendo amplificar um conjunto de princípios que estariam em permanente conflito diante dos parâmetros da contemporaneidade incentivados pela lógica do mundo impermanente e livre de construções sólidas. Nesse cenário, podemos entender que esse conjunto de princípios se tornou muito grande e quase inacessível para esse indivíduo, quer seja pela sensação de fragmentação ou mesmo pelo seu fracasso, que quer ser construtor do seu mundo e ator de suas próprias narrativas. Esse movimento traz à cena um jogo de forças que

impulsiona uma relação mais direta do sujeito enquanto ator de suas narrativas, ator de seu trabalho, de suas relações pessoais, de seu corpo, de sua identidade cultural como forma de expressão e linguagem.

3.7 Auto-narrativa como resistência

Nesse ponto a questão da auto-narrativa ganha relevo na medida em que o poder de escolha traz novos formatos de identidade e novos espaços públicos de representação. A nova forma de protagonismo da contemporaneidade seria sustentada pelo contexto auto-narrativo que com o surgimento das redes midiáticas coloca em perspectiva verdadeiras comunidades de livre escolha. Essas relações inauguram um contexto real e autêntico de narrativa, fundamentadas na escolha do tempo, dos atores de interação, do lugar, do contexto de ação, do tema, isto é, surgem em formas de sociabilidade inéditas pautadas em torno de interesses comuns, específicos e reais. Como algo que se constrói pelo próprio interesse do grupo que é formado, como algo só deles, essa forma de sociabilidade seria sustentada por um individualismo associado a uma busca pela auto-satisfação e auto-realização onde querer se mostrar, querer ser o real produtor das dinâmicas produzidas estaria ligado a uma solidariedade mais real dos acontecimentos, mais cotidiana e emergente. Nesse sentido, será preciso avançar por meio de uma reflexão de proposição de direitos de novo tipo para dar conta dessas novas formas de sociabilidades da contemporaneidade. O direito, na forma como conhecemos, está muito mais ligado à consciência da moral e dos costumes, enquanto o indivíduo estaria mais ligado à consciência da experiência, da percepção do agora, da potência das questões do hoje e do devir. Essa argumentação parece estar mais relacionada as diversas formas de identidade do hoje, multiformes, multiculturais e híbridas, destituídas do manto senhorial do Estado-nação que mais conformam os indivíduos do que os libertam.

Uma linguagem de direitos de novo tipo estaria saindo do mundo das crenças inabaláveis e da consciência moralmente construída do Estado-nação, das sólidas fronteiras, dos grandes muros, para o mundo de rostos reais, multiculturais e transfronteiriças. O modelo baseado em uma classe de direitos cívicos e em normas

burocráticas de pensar e agir estaria imerso em uma profunda crise de significado diante da própria incapacidade do Estado de gerir a vida das pessoas. De modo que essa crise traz à cena um realinhamento voltado pela busca do indivíduo que quer ser o seu próprio narrador, o autor e o sujeito de sua existência, que toma emprestado sua própria imagem, sua própria crença, seu próprio desejo, sua própria sexualidade, sem intermediários ou tribunais da razão em compasso direto com as identidades do hoje que são dinâmicas apresentando também outra perspectiva de ação.

A questão da identidade associada à ideia de identidade nacional, na ideia de pertencimento a um povo unido, delimitado territorialmente por fronteiras nacionais fracassa juntamente com a soberania do Estado-nação na medida em que uma avalanche de fatos históricos despontam como novos parâmetros, sejam eles sociais, culturais, econômicos e políticos, agitando a própria noção de cidadania. Dessas rupturas se desmancha uma série de crenças e concepções de mundo que pareciam sólidas e inabaláveis. Nesse cenário de indefinições transitam nas próprias paredes que delimitam o castelo chamado Estado-nação um leque de porosidades e fissuras perpetradas pela proliferação da lógica do “mundo líquido”, com redes informáticas que escapam a qualquer controle e limite invadindo lares e o interior dos sólidos alicerces de outrora.

3.8 Sujeito-indivíduo

Segundo Paula Sibilia (2012) um elenco de modos de ser no âmbito do sistema escolar estariam se desbotando no contexto da contemporaneidade. De acordo com a autora, para alfabetizar os cidadãos no uso correto da escrita pátria era necessário instruir os alunos para que soubessem fazer cálculos e lidar com as complexidades racionais dos números. Para tanto, a escola assumiu a responsabilidade de educar todos seus cidadãos à altura do projeto de cidadania no contexto do Estado-nação e isso estaria em conflito na escola de hoje.

Tais rótulos se referem a um elenco de *modos de ser* que estão se desbotando, porque neste século XXI que ainda se encontra em seus primórdios – embora não pare de avançar a uma velocidade inusitada —,

são outros os corpos e as subjetividades que se tornaram necessários. Por isso não surpreende que reverberem, agora e por toda parte, outros tipos de sujeitos: novos modos de ser e estar no mundo, que surgem e se desenvolvem respondendo às exigências da contemporaneidade enquanto, ao mesmo tempo, contribuem para sua expansão. (SIBILIA, 2012, p. 202).

Assim, diversas normas e políticas de instituições e empresas estariam em conflito na medida em que a vida contemporânea está quotidianamente atravessada por outras temporalidades e outros mecanismos de regulação no contexto do espaço-tempo dos dias de hoje.

Para Touraine (2011), como resultado do processo de dessocialização há o surgimento de uma linguagem cultural da sociedade enquanto ação e representação do mundo exterior, dando passagem para o mundo do ator, do indivíduo que quer se tornar ator e construtor de seu mundo e de suas próprias experiências.

Quanto mais nossa vida depender de nós mesmos, tanto mais tomamos consciência de todos os aspectos de nossa experiência. E cada vez que devíamos recuar enquanto atores sociais, nós nos fortalecíamos como sujeitos pessoais. Só nos tornamos plenamente sujeitos quando aceitamos como nosso ideal reconhecer-nos – e fazer-nos reconhecer enquanto indivíduos – como seres individuados, que defendem e constroem sua singularidade, e dando, através de nossos atos de resistência, um sentido à nossa existência (TOURAINÉ, 2011, p.123).

Para o autor, o sujeito continua situado na ordem das instituições e das políticas, dos direitos, dos deveres e da moral, na medida em que essas representações institucionalizadas que são trazem a reconfortante sensação de acolhimento contra as ameaças de seu próprio fracasso e da percepção de uma vida fragmentada e incoerente. Esse modelo é tão forte e vigoroso nas formações sociais que mesmo destituindo-se do sujeito, impondo constantemente uma noção que o priva de si mesmo enquanto portador de sua realidade e querer, a busca pela sensação de uma existência concreta ainda é referencial e horizonte para os indivíduos, que passam a vivenciar uma profunda ambivalência interna diante do estado de não pertencimento constante. De modo que, essa dupla dissociação coloca na ordem das coisas o limite dos próprios vínculos desencadeando uma consciência de liberdade como ação do sujeito, conflituoso com as forças dominantes, mas ainda na busca de redenção ou abrigos possíveis e estáveis.

Paradoxalmente os indivíduos vivenciam a crise dos antigos modelos de representação como uma profunda crise de identidade lançados numa situação

indefinida e ambígua na medida em que a efemeridade da contemporaneidade traz à cena a primazia do indivíduo livre em suas escolhas, mas desprotegidos e entregues à própria sorte. Quando Touraine defende a tese do sujeito identifica que a história do sujeito é, ao contrário, a da reivindicação de direitos cada vez mais concretos, que protegem particularidades culturais cada vez menos produzidas por instituições criadoras de pertença e dever. É esta passagem que conduz dos direitos mais abstratos aos mais concretos, e que levaria à realidade do sujeito enquanto ator do seu mundo e da sua autocriação (TOURAINÉ, 2011, p.128).

É nesse sentido que o autor problematiza a questão do sujeito, ou seja, o indivíduo foi sendo desconstruído ao longo do tempo na medida em que foi entendido como explicação, como medida de ordem econômica, política ou social e para fazer prosperar um modelo e um sistema que se justifica e se transpõe a ele mesmo. Essas modelagens normalizadoras reprimiu a linguagem do ator. Fomos por tanto tempo desempenhando funções e sendo julgados por isso como “ter” uma posição, um trabalho, um papel familiar, que uma concepção mais reflexiva de nós mesmos quer se esgotar do “ter” e se tornar um vir a “ser”. Agora esses papéis querem se esvaziar dando passagem a uma narrativa mais contundente e mais próxima do sujeito. Touraine (2011) frisa que a concepção do ator estaria mais voltada para a consciência e a subjetividade. Suas ideias nos remetem a uma nova linguagem de direitos em movimentos culturais e singularidades a fim de emergir a figura do ator presente no indivíduo. Um desejo de construção de “si” enquanto “ator” real de sua vida na busca por experiências despidas de sólidas construções do passado e colocada para fora do cotidiano das normas.

A realidade do sujeito atravessa todos os cenários da história. O sujeito não está mais presente em nossa civilização do que em outras, mas, como na modernidade ele não está mais encaixado na construção de um mundo sagrado, é em nossa sociedade que ele se confronta mais diretamente consigo mesmo (TOURAINÉ, 2011, p.132).

Touraine chama a atenção para o sentido que a noção de movimento social carrega nos dias de hoje enquanto parâmetro de representação social. Para o autor, esses termos estariam encobertos escondendo outros níveis de leitura, como estratégias de poder, grupos de interesse, intrigas e oposições políticas. Nesse sentido, os movimentos sociais não procuram integrar-se na sociedade, mas manter a distância que separa o sujeito da máquina social apropriando-se do sentido

verdadeiro do conflito. Nesse cenário, as verdadeiras disputas estariam encobertas já que o sentido dado ao conflito organiza-se por novas combinações e novos formatos que inflacionados acabam por virar uma questão de retórica, uma disputa de palavras que desnaturaliza o verdadeiro sentido e noção de movimento social. Nesse passo, até esses movimentos estariam sofrendo de uma crise de representação e se apresentam fragmentados diante das infinitas identidades da contemporaneidade. Quando na realidade, o sentido original de ação política desses movimentos corresponde a uma multiplicidade de coisas que foram se dando ao longo do tempo e que se problematizam como tal para serem entendidas em profundidade. O papel da propaganda e do slogan produzem um forte apelo propagandístico de modo que a noção “movimento social” se despolitiza ganhando um sentido inflacionado intensificado pela mídia e pelas redes, muitas vezes deixando de lado seu sentido original não articulando todo um complexo de forças de mudanças.

Assim, com o enfraquecimento de diversas categorias que foram, durante décadas, a base de sustentação e o lugar de nascimento de formas de identidade social – movimento social, trabalho, nação, soberania, cidadania, Estado-nação – além de desestabilizar todo o conjunto de referências opera, fundamentalmente, o deslizamento semântico às noções de cidadania e participação na medida em que perdem o núcleo de sua força integrativa com a anulação dos seus próprios espaços de representação. Além disso, novas práticas de gestão com base na desregulamentação dos mercados vão minando por baixo as práticas de representação abrindo passagem para a configuração de uma sociabilidade privada e amplamente fragmentada.

Por outro lado, apesar de se constatar a fragmentação do sujeito contemporâneo o chamamento mais direto do indivíduo a si mesmo pode operar uma obsessão por identidades, alimentada por um consumo de massa e por uma vontade de acesso a experiências do inesperado e do imediato, hoje muito facilitada pelas novas comunicações midiáticas. Como os sujeitos encontram-se à deriva esse individualismo é construído sob os seus próprios destroços onde os sujeitos passam a usufruir de um misto de liberdade/medo. Essas novas configurações de identidade podem fazer triunfar um individualismo influenciado pelo estímulo do imediato, estabelecendo uma atraente conexão entre comunicação de massa e mercado configurando no que Bauman (2008) denomina de círculo vicioso. Para o autor, a

globalização rápida da rede de poder parece conspirar e colaborar com uma política de vida privatizada; elas se estimulam, se mantêm e se reforçam” (BAUMAN, 2008, p.190). É nesse sentido que são processados contornos de uma profunda mudança de paradigma na sociedade, alimentada sobretudo pelo enfraquecimento e a erosão de antigas categorias de representação e da própria noção de pertencimento.

3.9 Corpos e subjetividades na Escola

Sibilia (2012) problematiza o papel da escola e a era digital dos dias de hoje no sentido de indagar quais tipos de corpos e subjetividades estariam sendo estimulados nos alunos que atravessam os muros das escolas com seus aparelhos móveis de comunicação e informação e acesso à internet. Um dos cerne da questão é se a escola já não estaria se tornando obsoleta, com enormes fendas em seus muros, colocando o aspecto da globalização dentro do processo de transformação do sistema escolar.

Agora, ao despontar o globalizado século XXI, são bem outros os valores reverenciados entre nós, tanto dentro como fora das paredes escolares. E, portanto, não espanta que o edifício inteiro ameace desabar – como bem sugere, aliás, a problemática retratada no filme *Entre os muros da escola*, de 2008, cujo espírito foi sintetizado na epígrafe que encabeça este ensaio. Assim retorna, aqui, a grande questão: uma vez socavadas suas bases pelo reacomodamento dos solos que sustentam o presente, como pretender que a rançosa estrutura escolar se mantenha em pé e continue operando? (SIBILIA, 2012, p.206).

De modo que, com o enfraquecimento do papel do Estado, o pertencer de hoje passa por outros mecanismos de regulação, um estatuto de identidade cultural e político que transcende o campo privilegiado das relações com o estado nacional. Como resultado, os próprios indivíduos não se identificam com base em antigos papéis tendo o Estado-nação como repositório de confiança e estabilidade. De forma que, nada espanta que identidades ou grupos neoculturais extremados reivindiquem o monopólio de espaços de representação entre seus membros em meio à avalanche desses acontecimentos históricos. Assim, com o enfraquecimento do Estado há o surgimento de novos grupos comunitários locais, regionalmente consolidados, que se estabelecem em verdadeiras redes de poder criando seus

próprios códigos de normatização e funcionamento. Novos parâmetros norteadores da contemporaneidade criam regras, direitos próprios e valores com as dinâmicas societárias então processadas por aquela realidade localmente definida. Esses movimentos são movimentos reacionais, reflexo da desestabilização de todo conjunto de referências podendo fazer amplificar um vasto mercado dos medos e de guerra.

Pensamos sobretudo nas situações menos institucionais, na formação ou no desenvolvimento das “comunidades” ou das minorias formadas em consequência de migrações, expulsões e exílios. A novidade é que grupos definidos em termos de nação, etnia ou religião, que só tinham existência na esfera privada, adquirem agora uma existência pública às vezes suficientemente forte para questionar sua pertença à determinada sociedade nacional. O fenômeno é tanto mais visível porque os Estados em questão recusam-se mais tenazmente a reconhecer a existência destas minorias, como a República francesa, que sempre propôs aos imigrados fundir-se na comunidade nacional, considerada portadora de valores universais (...). Ora, estamos vivendo o enfraquecimento das comunidades nacionais e o reforço das comunidades étnicas (TOURAINÉ, 2011, p.169).

Touraine (2011) sustenta que com a mundialização da economia foram dissociados numa ampla escala os mecanismos econômicos dos mecanismos sociais onde aspectos políticos, sociais e culturais, que funcionariam numa escala mais reduzida, não conseguem impor seu mecanismo de atuação diante do padrão global. Por conseguinte, há o declínio do próprio Estado nacional e da noção de cidadania já que essa noção está intimamente ligada à ideia de pertencimento a um povo e cultura na inter-relação na mesma unidade territorial de diversos setores da vida coletivamente considerada. A economia e os fluxos financeiros se colocaram num nível global muito elevado distante das outras esferas da dinâmica coletiva. Nesse cenário, podemos entender que as cidadanias de hoje são trans-fronteiras, trans-mundo, trans-globais, trans-narrativas, trans-tempo. Seus níveis de pertencimento e de dinâmica do coletivo são de outro tipo e funcionam sob outra identidade própria. Livres e sem amarras, as cidadanias de hoje também querem circular dinamicamente como possibilidade à liberdade de escolha e ação. Querem produzir novas alianças e se apresentar também como perspectiva diante das inseguranças e incertezas geradas pela liberdade do tempo contemporâneo.

Mas o Estado ainda permanece como horizonte. Seu aparato ideológico é tão forte e vigoroso que suas entranhas estão absorvidas pela lógica do Estado-nação enquanto padrão identitário, confinando o indivíduo frente à liberdade e

impermanência do mundo contemporâneo. Ele não quer deixar de ser grande quando se trata de regular a vida dos indivíduos mas pode se tornar mínimo quando é para tratar da regulação do poder econômico e do livre trânsito das finanças dos mercados internacionais.

No processo de globalização há uma implicação cultural com o surgimento de dados e produtos culturais que circulam livremente. Essa dinâmica facilita que surjam diversas questões emergentes como a reivindicação de um estatuto de direitos de novo tipo, como também faz surgir narrativas regionais até então inexistentes enquanto produção cultural. Como consequência, há uma forte e intensa circulação não somente de bens e produtos, mas também de atividades, práticas e representações sociais e culturais desconhecidas que aparecem como linguagem cultural nova. Esses direitos culturais de novo tipo podem estar mais relacionados a práticas concretas que emergem de lutas do cotidiano das pessoas.

Com as identidades mais aguçadas pela impermanência e ambivalência do mundo contemporâneo, determinadas questões ficam mais expostas e com isso mais elevadas ao topo dos debates, que giram em torno de casos como, por exemplo:

- De gays e lésbicas que querem se casar e ter o direito de expressar a sua sexualidade e adotar crianças;
- De expressões étnicas que querem expressar sua cultura e sua religiosidade;
- De manifestação cultural como produção de sentido e significado;
- Na questão do transporte nas cidades por meio de aplicativos eletrônicos (ver o caso do Uber, objeto de entrevista neste trabalho).
- Entre outros tantos casos, também podemos ver isso no trabalho regulado por temporalidades diferentes da forma tradicional em lugares físicos – caso dos escritórios virtuais;
- Na questão do ensino em rede, livre dos muros da escola;
- Na questão das ações corporais capturadas por dispositivos computacionais, como o caso das tornozeleiras eletrônicas, botão do pânico e implante de chips para controle de crianças na entrada da escola;

- No midialivrisimo - jornalismo participativo como construção autônoma de narrativas pelas próprias pessoas;
- Na questão da representatividade política por meio de uma articulação mais explícita e rápida para decisões que envolvam as pessoas diretamente;
- Na questão dos espaços públicos de representação.

Essas manifestações dão conta de um conjunto de manifestações interculturais e heterogeneidades dos diversos atores sociais. Hoje a questão da diferença e das identidades, tomando o indivíduo na primazia de suas escolhas, aparece mais diretamente nas relações do dia-a-dia. Fica claro que determinadas temáticas, cujas abordagens enfatizam novas dinâmicas do coletivo protagonizadas na era das redes, tomam relevância.

O conceito de cidadania tradicional refere-se a categorias determinadas e grandes e os direitos culturais e as questões do dia-a-dia das pessoas incorporam particularismos quase sempre regionais e minoritários e caráter menos institucional. O aspecto unificador dado à noção cidadania já não mais comportaria todos os aspectos da vida social da contemporaneidade diante da própria incapacidade de agir com base nessa referência, que se tornou atávica diante das temporalidades do hoje. Essas questões dão conta de uma diversidade de coisas que estão longe de serem esgotadas num quadro de referência formal-legal de direitos perpassado pela lógica das instituições tradicionais. Uma abordagem de cidadania nos dias de hoje apresenta outro referencial de narrativa e outro tipo de protagonismo diante das roupagens num mundo em constante transformação. Trata-se de um quadro de referências ainda aberto, para dar conta das questões emergentes do hoje. Portanto, essa passagem parece que se reflete ao apelo de algo mais concreto, dinâmico e vivo. A cidadania continua central na vida das pessoas, mas as pessoas de hoje são outras, razão pela qual a questão dessa nova dinâmica se coloca como uma questão aberta.

4 NOVAS NARRATIVAS DA CONTEMPORANEIDADE: EXPOSIÇÃO, CONTROLE E PODER

Bauman (2000) faz uma abordagem sobre a fragmentação do sujeito contemporâneo assinalando que na perspectiva da globalização os sujeitos encontram-se à deriva e transitam na experiência de pertencer a algum lugar já que a capacidade de produzir sentido das localidades se desmontaram no “mundo líquido” de nossos dias. O autor alerta que, a necessidade de pertencer carrega o conforto de uma existência segura bem como acessa nas pessoas a experiência da lealdade. É sob essa perspectiva que ele irá argumentar acerca da questão do papel do Estado e a conseqüente fragilidade construída ao redor da soberania do Estado-nação.

A sociedade era imaginada como o pai poderoso, rigoroso e às vezes implacável, mas sempre pai, alguém a quem sempre se podia recorrer em busca de ajuda em caso de problemas. Tendo desde então dispensado, ou tendo sido roubada de muitos dos eficientes instrumentos de ação que manejava nos tempos da soberania incontestada do Estado-nação, a “sociedade” perdeu muito de sua aparência “paternal”. Pode algumas vezes ferir, e dolorosamente; mas no que diz respeito ao suprimento dos bens necessários para uma vida decente e para enfrentar as adversidades do destino, ela parece perturbadoramente de mãos vazias (BAUMAN, 2000, p.101).

Dessa forma, como resultado à falência da reconfortante presença no Estado-nação há o surgimento de outras identidades em compasso às modalidades de tempo e espaço da contemporaneidade. Assim, os sujeitos passam a ser orientados por uma sensação de desapego constante diante dos novos parâmetros que surgem. Nessa ordem de coisas a população transita pelo frenesi do “mundo líquido”, premida pelas circunstâncias da instantaneidade e pela sensação constante de estar em movimento são ativadas a todo tempo para além das fronteiras. Para Bauman (2005) nosso planeta está cheio. Sua afirmação não se refere à geografia ou à coabitação humana, mas à cifra dos tempos atuais da globalização à medida que são oferecidas pelo progresso das tecnologias novos habitats e novos sentidos de pertencer. A capacidade de produções locais é afetada em detrimento da economia globalizante, com isso soluções globais geram códigos em níveis

diferentes de modos de pensar e agir de um grupo desequilibrando padrões identitários produzidos localmente.

De outro lado, com a globalização dos mercados, o Estado nacional se viu diante do seu próprio declínio, incapaz de controlar a política econômica já que a resultante integração no mercado global vai além dos aspectos puramente econômicos. Nesse sentido, pelo processo de globalização, os Estados protegem cada vez mais os interesses das grandes corporações globais fechando os olhos para problemas locais gestados no interior de pequenos estratos da população.

Em outra linha de argumentação, a expansão global liberou e pôs em movimento ingredientes que vieram a se somar ao aparato global tendo como alvo o mercado dos perigos e dos medos perpetrados à massa da população no chamado “terrorismo global”.

Bauman (2005, p.95) destaca que um dos efeitos mais sinistros da globalização é a desregulamentação das guerras onde a maioria das ações belicosas de hoje são conduzidas por entidades que não se sujeitam às leis do Estado nem às convenções internacionais, sendo reflexo da contínua erosão da soberania do Estado e da condição fronteira, que é característica marcante do espaço global “interestatal”.

Os antagonismos intertribais vêm à tona graças à debilitação do poder do Estado, ou, no caso dos “novos Estados”, do fato de não ter havido tempo para que esse poder se desenvolvesse. Quando desencadeados, eles tornam as leis promulgadas pelo Estado, sejam elas incipientes ou consolidadas, inaplicáveis e quase nulas. A população como um todo se vê num espaço sem lei. A parte dela que decide e consegue fugir do campo de batalha encontra-se em outro tipo de lugar em que a lei não existe, a terra de fronteira global (BAUMAN, 2005, p.96).

O medo assim se oficializa e entra de vez na vida da população invadindo o núcleo duro do “mercado dos medos”. O papel crescente do tema relacionado à segurança adquire ingrediente importante que veio se somar às estratégias de consumo globais com a pulverização do mercado da guerra e dos medos. Assim, para o Estado se manter de pé a ideia nascida de variáveis de incertezas, medos e perigos, construída e criada no interior da população, serve de base para sua legitimidade diante da visível fragmentação dos seus alicerces de poder, enquanto mantenedor da paz e do bem-estar dos seus súditos cidadãos e é uma alternativa que se apoia por meio de mecanismos de vigilância e controle dirigidos, não

somente aos corpos, enquanto tais, mas agindo no nível da massa, no nível da população a fim de assegurar a vida das ameaças e dos perigos. De modo que a intensificação dessa insegurança e desse medo constituiria um poder sobre a vida, controlando os perigos que possam ameaçar a paz das pessoas.

Os mecanismos regulamentadores se dão exatamente no aleatório dessa massa viva, micro-medos são lançados para posteriormente serem compensados e aliviados, onde a população se vê assegurada colocando todo o crédito de seu alívio nos órgãos e nas leis. Uma sensação de segurança é assim lançada e a vida parece estar ampliada nessa reconfortante segurança.

Ao contrário da insegurança nascida no mercado, que pelo menos tem o dom reconfortante de ser óbvia e visível, essa insegurança alternativa com que se espera restaurar o monopólio da redenção perdido pelo Estado deve ser ampliada de modo artificial, ou ao menos muito dramatizada para inspirar um volume de “medo oficial” grande o bastante para encobrir e relegar a um plano secundário as preocupações com a insegurança economicamente gerada em relação à qual a administração do Estado não pode – e não deseja – fazer coisa alguma. Ao contrário do caso das ameaças geradas pelo mercado aos meios de subsistência e ao bem-estar, a extensão dos perigos à segurança pessoal deve ser muito divulgada e pintada nas cores mais sombrias, de modo que a não-materialização das ameaças possa ser aplaudida como um evento extraordinário, resultado da vigilância, do cuidado e da boa vontade dos órgãos do Estado (BAUMAN, 2005, p.68).

Como resultado, a mídia ganha terreno especial nessa ordem de coisas. Com a explosão de vídeos perpetrados nas redes sociais são ativadas verdadeiras tecnologias de guerra instantâneas. Nesse sentido, políticas de controle são cada vez mais aceitas pela própria população cuja simples suspeita de um possível “inimigo” faz todos se abalarem, constituindo assim um temor sempre à espreita e uma insegurança constante. Com base nesse aparato de terror, o inimigo é convidado a invadir telas e câmaras de segurança que não deixam nada escapar. Rostos e traços são inventados, uma manipulação do acaso se alimenta, se reforça e se mantém nessa cadeia de consumo dos medos. Tudo é controlado e vigiado sistematicamente e nada escapa. Logo, são gerados dados da população, dados supostamente “vazados”, dados da criminalidade, dados dos menores infratores, dados dos ativistas e baderneiros. Esses dados viram estatísticas e criam verdades em torno de pessoas e rostos para, em seguida, virarem campanhas e programas normalizadores e mantenedores da paz pelo tão sonhado Estado-nação. O

Informante 1, da Entrevista 1, embora de forma amenizada, nos fala dessa percepção.

A vida em rede permite que a gente elimine vários dos problemas que foram causados devido ao ego assim né, porque quando a gente centraliza numa pessoa ou num organismo enfim num sistema a gente centraliza poder, a gente está dando a essa pessoa, a esse organismo a possibilidade de censura, a possibilidade de veto e a possibilidade de ocultar informações. Então a vida em redes ela permite que a gente se conecte mais fácil e elimine essas barreiras criadas por pessoas ou por organizações que tendem a usar esse poder de forma maléfica. (Informante 1, Entrevista 1).

Nesse passo, uma tomada de poder se instala e agora é dirigida ao homem-massa, cuja técnica procura controlar a série de eventos fortuitos para depois serem compensados seus efeitos através de mecanismos regulamentadores com base, por exemplo, em tornozeleiras eletrônicas ou botões do pânico para mulheres indefesas. O controle do controle se perpetua para gerar a ideia de segurança na vida da população. O famoso slogan: “sorria você está sendo filmado” traduz o comando dessa exposição no nível da massa. O espetáculo dos controles parece invadir a cena e todos querem fazer parte dessa maquinaria de poder para se sentirem protegidos e felizes, como peças acopladas desse grande maquinismo de poder.

Nesse processo, o campo de intervenção atua não tanto no alcance do indivíduo, mas naquilo que há de global e intermitente, contínuo e instantâneo por meio do aleatório em que se constitui a sociedade global. O Informante 2 da Instituição 2 denomina esse momento de caórdico, uma mistura de caos e ordenação, esta dando limites às ações. Para dar conta desse empreendimento, são investidas enormes somas de dinheiro em políticas de monitoramento da informação. Do limite ao usual, utilizando técnicas dirigidas à vida das pessoas, tudo é vigiado, gerando mais medo e mais controle. Os inimigos e os perigos se tornam reais e constantes e devem ser banidos para tornar a vida assim agradável e limpa. Dessa forma, esse mecanismo também pode gerar dados para o consumo onde somos cada vez mais moldados. É um momento que já é percebido pelo cidadão comum e por aqueles que prestam serviços utilizando as redes, como vemos na entrevista do Informante da Instituição 2, a seguir.

E eu diria mais eu acho que entre a ordem e o caos vai haver algo que a gente chama de caórdico que é um passo entre a ordem e o caos onde a inovação emerge que é o espaço entre a ordem e o caos onde a criatividade nasce. Eu acho que a gente precisa criar mais espaços

caórdicos como a internet. A internet é ordenada só que ela é caótica ao mesmo tempo. Então a internet é um espaço caótico que nos permite ter ideias incríveis, encontrar com pessoas incríveis e articular projetos incríveis, mas isso só acontece porque existe ordem se não existisse ordem na internet o caos não daria frutos e o que a gente precisa fazer é aprender com a internet, desaprender com os sistemas atuais e reaprender usando a internet como base, a lógica das redes como base pra buscar novas soluções novos formatos de política e de democracia, de economia, de cultura, enfim, para as novas agendas. Acho que tem muito que aprender com essa questão da ordem e do caos da internet porque ela traz sim inovação, traz criatividade, traz o novo de certa forma. (Informante 2, Instituição 2).

4.1 Mecanismos de controle

Michel Foucault (2010) denominou de biopoder a técnica de poder que com elementos e mecanismos de funções muito diferentes das técnicas disciplinares das do final do século XVIII realizou uma segunda acomodação sobre os fenômenos globais da população. O biopoder funcionaria como um mecanismo regulamentador que agrupa os efeitos de uma massa viva da população não na medida do indivíduo, mas atuante nos fenômenos que eles têm de global e aleatório enquanto eventos de massa. “Temos, pois, duas séries: a série corpo – organismo – disciplina – instituições; e a série população – processos biológicos – mecanismos regulamentadores – Estado” (FOUCAULT, 2010, p. 210).

Poderíamos dizer isto: tudo sucedeu como se o poder, que tinha como modalidade, como esquema organizador, a soberania, tivesse ficado inoperante para reger o corpo econômico e político de uma sociedade em via, a um só tempo, de explosão demográfica e de industrialização. De modo que à velha mecânica do poder de soberania escapavam muitas coisas, tanto por baixo quanto por cima, no nível do detalhe e no nível da massa. Foi para recuperar o detalhe que se deu uma primeira acomodação: acomodação dos mecanismos de poder sobre o corpo individual, com vigilância e treinamento – isso foi a disciplina. É claro, essa foi a acomodação mais fácil, mais cômoda de realizar. É por isso que ela se realizou mais cedo – já no século XVII, início do século XVIII – em nível local, em formas intuitivas, empíricas, fracionadas, e no âmbito limitado de instituições como a escola, o hospital, o quartel, a oficina, etc. E, depois, vocês têm em seguida, no final do século XVIII, uma segunda acomodação, sobre os fenômenos globais, sobre os fenômenos de população, com os processos biológicos ou biossociológicos das massas humanas. Acomodação muito mais difícil, pois, é claro, ela implicava órgãos complexos de coordenação e de centralização (FOUCAULT, 2010, 210).

Seguindo essa linha de análise Gilles Deleuze (1992) entende que vivemos um tempo marcado pela crise dos dispositivos de poder disciplinares como a fábrica, a escola, a prisão substituída pelo que chama de sociedade de controle a qual funcionaria não mais pelo confinamento, mas pelo controle contínuo. Um controle não mais delimitado pela disciplina e sim atuando no aleatório da população enquanto massa de indivíduos que busca eliminar os desvios e os acasos na forma de um controle contínuo. Esse mecanismo de poder permite intervenções concretas na vida das pessoas e ao mesmo tempo administra o desvio com dispositivos sutis de controle e vigilância. Desse modo, as sociedades de controle funcionariam não mais por confinamento, mas por uma espécie de controle fino, de comunicação instantânea aleatória, que atuaria de modo ilimitado e em meio aberto.

Face às formas próximas de um controle incessante em meio aberto é possível que os confinamentos mais duros nos pareçam pertencer a um passado delicioso e benevolente. Você pergunta se as sociedades de controle ou de comunicação não suscitarão formas de resistência capazes de dar novas oportunidades a um comunismo concebido como “organização transversal de indivíduos livres”. Não sei, talvez. Mas isso não dependeria de as minorias retomarem a palavra. Talvez a fala, a comunicação, estejam apodrecidas. Estão inteiramente penetradas pelo dinheiro: não por acidente, mas por natureza. É preciso um desvio da fala. Criar foi sempre coisa distinta de comunicar. O importante talvez venha a ser criar vacúolos de não-comunicação, interruptores, para escapar ao controle (DELEUZE, 1992, p.216-217).

As tecnologias midiáticas da contemporaneidade operam no aleatório por processos de concentração e fragmentação. O uso de celulares, laptops, tablets, webcams, fotoblogs, redes, contribuem por fazer amplificar grande fragmentação de informações que, apesar de uma qualidade gerada pelo acesso, as pessoas não sabem lidar com essa condição eternamente provisória e continuam presas em seus nichos existenciais. Antes, a informação circulava privilegiadamente na elite local e ficava restrita a grupos. Hoje, ela é universal e com grande poder de decisão. Em que pese um acesso enorme de informação a pessoa está fragmentada em meio a esse turbilhão de informalidade que circula numa espécie de cacofonia global em rede.

Segundo Touraine (2011) uma das consequências da globalização se dá não somente no nível dos fluxos de capital, não somente de produtos, mas em relação às opções culturais, de produtos, de serviços, de informações, na qual distintas visões de mundo circulam por meio da mobilização de formas de vida social e

cultural. Nesse sentido também há circulação não somente de produtos, mas de indivíduos para além dos limites dos estados nacionais criando com isso ambientes trans-fronteiriços.

Como resultado há o surgimento de novas categorias de representação social, refundidas em novo estatuto e em novos espaços públicos de representação. Ao mesmo tempo coloca em perspectiva o risco de nos tornarmos extremamente individualistas a partir desse novo paradigma de representação. Touraine (2011) entende que esse processo gera na sociedade um movimento de dessocialização com o surgimento de um indivíduo em relação direta consigo mesmo, voltado para um individualismo consciente, podendo gerar a sua própria destruição enquanto ator social já que diante de infinitas possibilidades identitárias o sujeito se apresenta fragmentado. É nesse contexto que o autor entende que o mercado e o consumo podem servir de parâmetro ao indivíduo enquanto mecanismo norteador da contemporaneidade e corrompê-lo.

4.2 Redefinição da intimidade

Por outro lado, Paula Sibilia (2015) entende que a noção de intimidade vem sendo redefinida em função de diversas mudanças históricas, fazendo com que as sólidas fronteiras que costumavam separar a esfera pública da esfera privada e que serviram de base para estruturar os modos de vida nas sociedades ocidentais dos séculos XVIII e XIX, na qual a ideia de intimidade desempenhou um papel crucial, estejam se deslocando e sendo amplamente reformuladas. De modo que hoje espaços que antes se apresentavam como lugares acolhedores no seio doméstico, tais como o quarto de dormir ou o banheiro vêm sofrendo um desmanche em suas sólidas paredes para subir ao palco do grande espetáculo público das mídias sociais com o objetivo de mostrar e exibir uma variedade de rostos e corpos. Assim, os diversos rostos se expõem em ondas de interatividade nas redes sociais e a esfera íntima se converte em uma intimidade exteriorizada, esvaziada de toda dimensão privada.

Impossível não mencionar a rede global de comunicações neste rápido inventário, com seu caleidoscópio de relatos mais ou menos verídicos sobre uma infinidade de “vidas reais” que todos os dias circulam por seus meandros informáticos, desaguando um fluxo constante de palavras e imagens sobre o assunto. Entre estas últimas, predominam as agora famosas selfies, esses auto-retratos cuja principal – e cada vez mais desesperada – função consiste em disputar as atenções de todos os outros, procurando dirigi-las para o próprio rosto ou umbigo. Mas a exibição do universo particular de cada um não se esgota nesses primeiros planos que tanto abundam: há também toneladas de fotos de férias em família e comemorações de aniversários ou casamentos, imagens de ultrassom que mostram o bebê ainda por nascer dentro da barriga da mãe e calorosas manifestações de todas as classes de sentimentos (SIBILIA, 2015, p.134).

Segundo essa lógica, uma linguagem de novo tipo parece convocar os indivíduos a se exibirem numa espetacularização de rostos conectados em “eus” cada vez mais reais. Assim, são convocadas a todo tempo e instante certas expressões, facilitadas pela rápida circulação das redes, de depoimentos, entrevistas, vídeos, relatos, dramas existenciais, amores reais ou não, onde o indivíduo sai de trás do fato e aparece de cara, na frente, criando ativa e criativamente as interações do seu cotidiano e fazendo circular a comunicação num processo vivo e real. Novos mediadores da informação são convidados e assim inscrevem-se modos de se autoconstruir e de se auto-narrar que estimulam a visibilidade e criatividade com a comunicação do *show business* perpassada pela interconexão das redes. A visibilidade de rostos e corpos é seduzida por essa cultura que enaltece o sucesso e a celebridade imediata, insufladas pela valiosa contribuição das novas e performáticas ferramentas audiovisuais de telas interativas em redes. Por certo que essas ferramentas midiáticas operam não somente um capitalismo mais dinâmico, mas configuram um tipo de relação ancorado no consumo e nos interesses mercadológicos da publicidade e do marketing. Ao mesmo tempo o indivíduo sofre ao se deparar com os pedaços do seu “eu”, perdido no sentimento de incerteza e insegurança gerado pela ideia de liberdade constante.

CONSIDERAÇÕES

Chegamos ao final da pesquisa e vamos apresentar agora nossas conclusões, que pensamos ser indicadores para discussões adiante.

Vimos que a ideia de redes sugere a identificação de nós, elos, teias ou linhas que formam um tecido comum, por movimentos que se dão na constituição de uma estrutura que pressupõe a ideia de flexibilidade, conectividade e descentralização. Inferimos que a noção de rede sob o enfoque social e no contexto das tecnologias informacionais ainda se situa em campo de estudo com pouca referência teórico-conceitual. Os modos e usos de seu conceito, designam, muitas vezes o funcionamento de fenômenos “corriqueiros”, “banais”, “abstratos”, “globalizados”, da “flexibilidade” voltados exclusivamente para o tema da “economia neoliberal” e a expansão do capitalismo financeiro global, na medida em que esses movimentos fazem parte dessa nova cartografia do mundo contemporâneo, perpassada pelas redes digitais de comunicação e informação. Não é de se estranhar, por conseguinte, que devido ao aspecto da conectividade das redes, formado por ampla heterogeneidade interna, o conceito traga dúvidas sobre o seu regime de normatização e funcionamento e sobre sua consistência quando refletido no processo de formação reflexiva dos sujeitos em setores da vida social como um todo.

Por se tratar de um ambiente não-linear, caótico e transversal, seu conceito, modos e usos são cercados por figuras metafóricas, cujo sentido acaba se traduzindo no esvaziamento da sua própria noção pela ambivalência e distensão que provoca enquanto linguagem. Isso, de certo modo, interfere e, por vezes, torna confusas as situações que estão postas, criando verdadeiros curtos-circuitos que desestabilizam o padrão, o estado de coisas, situações e fatos. É nessa perspectiva que se apresenta no início do trabalho elementos de ambientação conceitual da noção de redes, buscando algumas pistas dos seus fundamentos histórico-conceituais bem como suas alianças com o conceito de cidadania, a fim de se demonstrar a configuração de um mandamento novo de cidadania e ainda em formação na era das redes.

A presença cada vez mais constante da tecnologia informacional no cotidiano das pessoas cria um ambiente novo para a cidadania, formando opinião,

criando novas formas de ser e estar no mundo, criando novas possibilidades de agir e de dizer e indicando comportamentos. Também inferimos que existe uma nova cidadania em construção sob o formato de novas participações políticas, sociais e econômicas. Isso interfere nas relações já que propiciam o surgimento de novas competências cognitivas bem como o desenvolvimento de posturas autônomas de aprendizado. O conjunto dessas expressões torna a investigação dessa temática mecanismo importante na formação desses processos pois indica uma série de novos modelos organizacionais como parte integrante do novo paradigma informacional, refletido em vários campos da atividade humana e enquanto ação coletiva na medida em que traz para dentro do campo político de participação a possibilidade dos indivíduos intervirem e participarem de espaços privilegiados de tomada de decisão, ampliando assim a potência e a consciência desses espaços.

As comunidades virtuais mediadas por redes de comunicação fizeram inflar movimentos onde cada indivíduo adquire a sua identidade na rede e assim a rede se remodela e gera valores, conhecimentos, afetos, modos de ser, visões de mundo, desejos, que são conservados e negociados segundo os padrões que vão sendo estabelecidos pela própria rede. Nesse ponto, fica claro que esses valores se replicam em novos valores e em níveis de cognição já que o tipo dos nós gerados varia e se reverbera em relações de poder. De modo que essas dinâmicas são dependentes das interações que são estabelecidas internamente e podem influenciar diretamente na própria estrutura do grupo ou da comunidade.

A cidadania foi fundamentada em bases sólidas. O surgimento do Estado-nação propiciou um aparato a partir do qual foi possível institucionalizar a ideia de cidadania materializada no sentido e na forma como conhecemos. Hoje, porém, as sociedades são cada vez mais pluralistas, multiculturais, descentradas, fragmentadas, des-hierarquizadas, estruturalmente mestiças e ecléticas. As culturas se misturam e se afastam muito da concepção de um Estado-nação fundado no pressuposto de uma população homogênea e numa cultura e língua comuns. Vimos nesse trabalho, que as sociedades estão cada vez mais complexas e diversificadas em formatos culturais de novos tipos, modos outros de ser e de estar no mundo com a imensa diversidade de grupos étnicos e novas percepções e concepções de visão de mundo.

A produção de uma categoria de cidadania na era das redes rompe com a ideia de que a cidadania somente se efetiva no campo do Estado-nação tradicional.

Mas este, também reconfigurado em novas bases, coloca em operação um mandamento novo, múltiplo, aberto e heterogêneo para dar conta de uma série de eventos e modos de produção de novo tipo, políticas culturais, sociais e econômicas que surgem em meio às marés de enormes ondas globais de nossa contemporaneidade.

Vimos em Bauman (2005) que o significado de cidadania tem sido esvaziado de grande parte de seus antigos conteúdos enquanto as instituições que sustentavam a credibilidade desse significado têm sido progressivamente desmanteladas. Ou seja, o Estado-nação não é mais o depósito natural da confiança pública, que foi exilada do lar em que viveu durante a maior parte da história moderna e agora está flutuando à deriva em busca de abrigos possíveis e alternativos. Porém, ainda em Bauman, nenhuma das alternativas oferecidas conseguiu comparar-se à suposta solidez aparente e reconfortante do Estado-nação.

Vimos também em Boaventura de Sousa Santos (2005) que a transformação mais profunda advinda da globalização ocorreu nas concepções de espaço e tempo. Para o autor, todas as instituições da modernidade foram constituídas na base de um espaço-tempo privilegiado, nacional, constituído por temporalidades próprias: da deliberação política, da ação burocrática do Estado e da temporalidade judicial. Essas temporalidades estão hoje desestruturadas pelo o que chama de espaço-tempo emergente, um espaço-tempo eletrônico e global. Este espaço desnaturaliza todo o arcabouço em que se constituiu o estado moderno criando ritmos e temporalidades incompatíveis com a temporalidade estatal nacional. Sob a perspectiva de Santos (2005, p.89) a teoria política do estado moderno reduziu a participação democrática dos cidadãos às eleições de políticos e o papel da cidadania ficou circunscrito à escolha de representantes de modo que a democracia representativa se impôs em detrimento da democracia participativa. Para Boaventura de Sousa Santos o potencial transformador das tecnologias da informação e da comunicação pode contribuir para desenvolver o que ele chama de novas competências cidadãs, uma competência para deliberar e tomar decisões políticas e não apenas voltada para a escolha de políticos pois as novas tecnologias de comunicação e informação desestabilizam este *status quo* teórico e político e estão conformando cada vez mais o nosso cotidiano, criando o surgimento de

novas competências e percepções enquanto participação política e social, e enquanto intervenção dos cidadãos na vida pública e nos espaços.

Porém, Santos (2005, p. 106) alerta que esse novo papel é desempenhado num campo conflitual onde se cruzam interesses informacionais e comunicacionais, de par com novos interesses do poder econômico e do consumo de massa na busca por abrigos seguros. Assim, com a fragilidade do Estado-nação a própria noção de cidadania se enfraquece e se torna provisória nos dias de hoje. De modo que para a cidadania poder ser algo maior dependerá do sentido político e do encaminhamento das transformações que estão ocorrendo.

A influência da concepção globalizante no senso das identidades coletivas e sobre o modo de vida das pessoas também subverteu e pôs em cheque antigos papéis sociais rigidamente construídos na modernidade. Nesse contexto, a própria força integrativa da cidadania vem sendo minada com o constante estado de não-pertencimento em que se vive na nossa contemporaneidade, e isso não se construiu unicamente com traços da atualidade, como algo inédito e formado em nossos dias.

Um olhar em perspectiva

A tarefa empreendida nessa dissertação é olhar os momentos de ruptura em torno da noção de cidadania gestados ao longo do tempo, que marcaram e ainda marcam transformações profundas nas relações, para problematizar e entender o que está sendo posto no agora. A forma de integração do passado se deu de uma maneira diferente da que estamos vivendo atualmente. Vivemos hoje a desfiliação das relações quase em todos os campos: social, trabalhista, político, nas relações familiares, na escola, no trabalho, na carreira profissional. Até no campo do relacionamento amoroso vivem-se hoje novas configurações de parceria, ou seja, esse processo foi sendo gestado ao longo do tempo. Tratam-se, pois, de movimentos desencadeados há tempos que demoliram aspectos da cidadania resultante de mutações profundas, operadas nas últimas décadas, cujo sentido e alcance se origina com a introdução de novos métodos na era industrial em favor da automação e de novas relações no campo do trabalho, na política, na família e no seio das relações sociais. Estes fatos foram se dando historicamente de modo que

esse fenômeno não é novo e vem colocando desafios à construção da noção de cidadania enquanto elemento integrador. De modo que novas bases de pertencer foram aos poucos se formando, demolidos determinados aspectos de pertencimentos e acolhimentos que tradicionalmente uniam os indivíduos.

Dessa forma, para se entender o que está em dissolução hoje é preciso compreender que formas passadas e formas presentes não se dão numa relação de mera continuidade, não se dão sem mediações. Certas mutações foram se dando historicamente, recriando a realidade à semelhança de traços do passado, pujantes e ainda presentes no agora. Com a revolução industrial foi necessário atrair muitos braços e força de trabalho para a indústria e para as cidades e houve, assim, o desmanche de certos acolhimentos que tradicionalmente uniam os indivíduos, dissolvendo, em contrapartida, os amálgamas existentes. A desfiliação advinda da quebra desses laços trouxe fortes rupturas ao sistema comum de pertencimento comunitário. O trabalho sob a forma de emprego estável permitiu a filiação ao exercício da cidadania e ao regime de proteção advindo dessa relação, ou seja, a forma de integração via trabalho e ao status de cidadania. As proteções foram sendo vinculadas às posições ocupacionais de trabalho e por onde o eixo estruturante de cidadania se consolidou como forte componente de integração.

Hoje a solução é completamente inversa. A desfiliação de nossos dias é uma realidade que se produz em diversas esferas das relações sociais, profundamente sentida nos laços construídos no mundo do trabalho. Esse mecanismo é ainda tão forte e potente nos dias de hoje que as pessoas que não têm trabalho se sentem duplamente desencaixadas, sem proteção buscam a redenção num sonho de pertencimento cada vez mais transitório e distante. Essa forma de integração se fundiu como mecanismo tão potente como matriz existencial que as descontinuidades que se deram são ainda muito fortes nos dias de hoje na medida em que seus traços se fazem presentes quando hoje as pessoas sem trabalho sentem-se sem chão e sem horizonte.

É sob essa perspectiva que se alerta sobre a necessidade de invenção de novas relações na era das redes. A partir disso suscita-se que o modelo de cidadania tradicional parece estar se esgotando e isso não é um fenômeno que advém da atualidade de nossos dias. Esse novo a que se faz referência não é um novo harmonioso e cíclico no sentido de se restaurar um “rosto” de cidadania, mas enquanto ruptura-acontecimento entender a cidadania com os cortes históricos que

foram sendo gestados ao longo do caminho e entendê-la enquanto um fenômeno em movimento, problematizando o que a cidadania está deixando de configurar e o que ela está trazendo enquanto mandamento novo e por que essas mudanças estão ocorrendo nesse momento.

As transformações se dão por movimentos caóticos. Hoje temos uma nova dinâmica do coletivo, outro tipo de protagonismo está se formando e pode vir a se constituir enquanto cidadania no mundo das redes, em resposta às exigências da contemporaneidade. A produção de cidadania na era das redes tem uma nova dinâmica do coletivo e trabalha sob o signo da lógica colaborativa, do compartilhamento e da auto-narrativa de representação. Precisamos caminhar no sentido de entender que a produção de cidadania que está emergindo é outra e quer se comportar de modos novos. Parece-nos que essa cidadania investe em direitos de novo tipo, linguagens de novo tipo, formas de ser, estar e pertencer de novo tipo. Amparada em redes de cooperação e redes de colaboração há o surgimento de movimentos mais voltados para questões do dia-a-dia e institucionalmente menos burocráticos. Avista-se o surgimento de uma nova linguagem, menos convencional, uma fala que interroga, que diz e mostra, teatraliza e mente e que, de certa forma, também faz referência às exigências da contemporaneidade onde o sujeito se apresenta fragmentado e ambivalente, repleto de infinitas identidades.

Embora a cidadania continue ainda referência como modo de pertencer enquanto matriz institucional, agora ela quer ser outra e pertencer de modos novos. Parece-nos que essa cidadania quer falar e não gaguejar, deixar de ser tímida. Quer se mostrar não somente como um Estado-nação, mas como um Estado-nação emergente, com formas de deliberação para dar conta das questões do dia-a-dia e da diversidade e não somente circunscrita a uma tímida e aparente democracia representativa, mas presente nos espaços des-hierarquizados, realizada em redes de gestão, numa linguagem formada pelos próprios atores, com suas críticas, sugestões e escolhas, como elemento da própria dinâmica da sociedade advindo de um senso comum de problematização. Há movimentos nas redes que parecem corresponder às novas exigências da contemporaneidade em novos espaços de representação. Nesse início de século XXI, percebe-se que os sujeitos coletivos são os protagonistas reais dos acontecimentos, são criadores, produtores e atores de sua história auto-narrativa e, paralelamente, transitam nesse mundo dotado de profunda ambivalência e solidão em busca de abrigos possíveis e estáveis.

Pode-se estar sendo configurado um novo mandamento de relações onde não surpreende que novas instituições deem passagem a um novo paradigma e um novo coletivo de representações, com enorme potencial de invenção e criando um ambiente novo para a cidadania.

Nossos tempos e nossos espaços são outros, nossos vizinhos são outros, como mostram as reportagens sobre milhares de imigrantes saindo de seus países na tentativa desesperada de buscar asilo por conta de guerras, pobreza, repressão política e religiosa em seus países de origem. A Europa vive uma crise migratória de enormes proporções afetando a soberania dos países e as relações nacionais com grandes comunidades de estrangeiros. É preciso pensar esses novos territórios existenciais por meio de uma reflexão do que é cidadania hoje. Muitos desses imigrantes viraram náufragos em verdadeiras tragédias existenciais quando tentavam cruzar as fronteiras, cenas que chocaram o mundo recentemente, como as imagens de um menino sírio de três anos de idade que morreu afogado no Mediterrâneo e provocou reações e comoção nas mídias sociais levantando o debate político em torno da política de refugiados.

A grande maioria desses imigrantes não possui passaporte nem documento de identidade sendo enquadrados como refugiados. Provar a nacionalidade coloca na ordem do dia a discussão em torno da postura xenofóbica de governos europeus e coloca a união europeia e estados membros no centro de uma discussão sobre a concepção de um Estado-nação, fundado numa população homogênea reunida por vínculos e tradições comuns. Diversos componentes do estado moderno que serviram de base para erguer o Estado-nação, estabelecido no ideário de “nação”, “povo”, “comunidade”, “história comum”, “pertencimento”, “língua comum” ganham sentido e contextos distintos na atualidade, desencadeando uma mobilização política e uma mudança mental nas pessoas, precisamente no que toca à capacidade e sentido “nação”, associada ao conceito de origem e legitimação enquanto status de uma cidadania hoje totalmente fragmentada.

A definição de fronteiras e direitos nacionais, que regula quem está ou não dentro do espaço nacional, coloca desafios para se pensar o que significa o termo nação enquanto produção de cidadania nos dias de hoje, alterados o próprio contexto de sociedade civil no que diz respeito aos aspectos de diferenciação multicultural, diversidades étnicas, religiões e visões de mundo, desejos, crenças, símbolos e afetos. Pensamos que é preciso avançar no sentido de uma reflexão

mais ampla a fim de identificar os limites desse tipo histórico de cidadania. Cabe a pergunta: cidadão é só local ou ele é global?

Podemos pensar que hoje nossas escolas são outras. A escola idealizada na sociedade industrial, pautada pelos ideais e compromissos da sociedade moderna, era configurada para fazer frente a métodos e atividades educativas com o propósito de responder ao projeto histórico da sociedade moderna e do Estado-nação. Com a alfabetização dos cidadãos no uso da linguagem pátria, canto do hino nacional, hastear a bandeira pela manhã e ao final do dia, escrita e costumes da nação, a escola foi sendo gestada para expressar um Estado-nação grande e vigilante dos ideais nacionais. Como resultado, a escola era tida como verdadeira máquina de ensinar, com divisão por lugares fixos e individuais, a disciplina rígida com horários pré-determinados e a vigilância constante de um professor em sala-de-aula que impunha sua hierarquia e poder de obediência aos alunos. As atividades escolares eram vinculadas às posturas religiosas com oração no decorrer do dia, sob intenso rigor, por meio da saudação a Cristo, antes e depois das atividades: “Terminada a oração, o professor dará um sinal para os alunos se levantarem, um segundo para saudarem a Cristo, e o terceiro para se sentarem” (Foucault, 2013, p. 145). A escola foi uma das instituições de confinamento, assim como a fábrica, os hospitais e o seio do lar doméstico por onde se engendraram diversos moldes, *corpos dóceis e úteis* formatados para funcionar e pôr em funcionamento as engrenagens do capitalismo industrial: “À última pancada do relógio, um aluno baterá o sino, e, ao primeiro toque, todos os alunos se porão de joelhos, com os braços cruzados e os olhos baixos” (FOUCAULT, 2013, p. 145). Esses métodos eram sustentados com o rigor das disciplinas, organizando os alunos em “celas” e em “fileiras” na sala, nos corredores e nos pátios com métodos do controle do tempo. O canto do hino nacional diariamente e repetidamente era obrigatório e semeava as reverências pátrias como bons alunos patriotas do Estado-nação.

Hoje a escola está em crise e traz à cena a falência desse modelo. De um lado muros, salas de aula e carteiras enfileiradas; de outro as redes em espaços des-hierarquizados. De um lado telas em tempo real com recursos audiovisual, livros e cadernos digitais; de outro quadros-negros e giz. De um lado paredes amareladas; de outro o espaço global, livre e desinteressado das redes. A escola conectada com aparelhos ligados à internet e telefones celulares cada vez mais modernos e coloridos se contrapõe à rigidez e opacidade do já amarelado instituto chamado

escola. Os alunos de hoje são outros, incentivados pela lógica do mundo das redes, mas vigiados com câmeras dispostas em cada canto do pátio da escola. Os cantos das escolas ainda são zelosamente preservados enquanto as redes convidam alunos e professores para novas dinâmicas da contemporaneidade. Isso cria uma enorme crise institucional e existencial na medida em que o indivíduo se apresenta livre em suas escolhas mas preso ao nível dos padrões estabelecidos de outrora. Precisamos refletir sobre o que a escola representa hoje, disseminada numa ideologia colaborativa de conhecimentos, mas ainda moldada e presa entre paredes. Deixamos, então, a pergunta: a escola só existe entre paredes ou pode conter uma dimensão de ensino trans-muros?

A cultura colaborativa da internet faz com que pessoas compartilhem, ensinem e aprendam e se sintam bem fazendo isso porque está relacionada com a livre possibilidade de construção autônoma de si enquanto sujeito. Modelos colaborativos, com estudantes ensinando e aprendendo uns com os outros, sem a autoridade de um professor em sala de aula, retratam a relevância da temática das escolas tradicionais. Nesse modelo os alunos são livres e responsáveis por suas tarefas, sem horários rígidos e lugares fixos. As aulas são acessadas em qualquer lugar e horário trazendo à tona uma linguagem de outra natureza, multicultural e globalizada, que permite, por exemplo, que alunas mulheres, muçulmanas, que não podem frequentar a universidade, ou alunos refugiados, órfãos de suas origens pátrias, tenham a rede como alternativa não somente para o estudo, mas como elemento de produção social e difusão de sua cultura. Assim, outras maneiras de se relacionar e falar vão se colocando e se organizando enquanto linguagem e outros níveis de cognição são acessados. A percepção da escrita no caderno de letras impressas e a escrita digital cria um choque enquanto sentido de linguagem. Qual devo utilizar? Como me perceber enquanto aluno num ambiente de rigores escolares, mas aguçado pelos dispositivos computacionais da contemporaneidade?

Apesar da qualidade da informação e do conhecimento gerado com a introdução das novas mídias sociais, o forte apelo comercial que há nessas tecnologias digitais enseja nos alunos outras modulações corporais, contagiando-as em excesso nas trilhas do mercado e do marketing performático e individual. Dessa forma, o mercado e a propaganda surgem como modelos norteadores da contemporaneidade e traz à cena também a falência da escola na medida em que a atenção dos alunos é colocada no topo do debate impulsionados ora a transgredir as

paredes e os muros das escolas com aparelhos sofisticados em redes de comunicação; ora a se comportar docilmente sob a vigilância de câmeras eletrônicas que captam imagens cotidianamente pela lógica do controle e da moldagem corporal.

A sociedade dos séculos anteriores funcionava em blocos de tempo onde o local do trabalho e o local de moradia não se misturavam. As pessoas organizavam suas rotinas baseadas nesse sistema e se sentiam confortadas por poder administrar o dia em momento de trabalhar, de ir para casa, de dormir, de fazer refeições e de estudar. A vida era regulada em conjunto de horas e em jornadas fixas. Com a industrialização e o ajuste do tempo, as pessoas foram condicionadas a funcionarem como máquinas, impulsionadas sob essa dinâmica de vida, funcionando como verdadeiros relógios com horários pré-determinados. Trabalhavam em jornadas acima de 12 horas e em condições precárias. Além disso, o rigor do tempo industrial do séc. XVII constituiu um forte mecanismo da postura religiosa, como descreve Foucault (2013, p.144): “Todas as pessoas..., chegando a seu ofício de manhã, antes de trabalhar começarão lavando as mãos, oferecerão seu trabalho a Deus, farão o sinal da cruz e começarão a trabalhar”. O tempo assim moderado deveria ser um tempo limpo e empregado com utilidade e cuidado, sem qualquer tipo de interferência externa que atrapalhe sua longa duração, pois: “É expressamente proibido durante o trabalho divertir os companheiros com gestos ou de outra maneira, fazer qualquer brincadeira, comer, dormir, contar histórias e comédias [...] que distraiam os operários de seu trabalho” (FOUCAULT, 2013, p. 145).

Na era atual, globalizada, vivenciamos várias normas e regulamentos em conflito com as normas industriais relativas ao tempo e ao tema da gestão de pessoas. Somos cada vez mais acomodados e treinados para ingressar no mundo das tecnologias digitais, embora a antiga lógica disciplinar insista em revelar-se em normas burocráticas ou por meio do controle de ponto dentro das empresas. Coabitam-se assim diversos dispositivos que se infiltram pelas paredes das empresas institucionalizando o controle e tornando os funcionários mais inseguros, intuídos de que todo esse instrumental de “liberdade” na realidade pode se reverter em verdadeiras prisões, monitorando-os não somente pelo correio eletrônico, mas também pelo rastreamento institucional da empresa.

Apesar da ideia de “liberdade”, o contraste dessas práticas oscila à própria sorte se fazendo presente nas relações com o trabalho, com a legislação, nas negociações e na elaboração de políticas, apontando um conflito com as normas relativas ao tempo, ao espaço e as próprias pessoas. Novos controles aparecem.

Em que pese as novas tecnologias da informação desempenhar um papel fundamental na promoção das conexões em rede como componente da atividade humana, no desenvolvimento cognitivo, nos negócios, no trabalho, na política, nos meios de comunicação e nas organizações as pessoas sentem-se tensionadas por esse estilo de vida que não para e enfatiza a primazia do tempo às próprias relações. A sensação de desapego e falta de sentido nas relações de trabalho é constante na medida em que as pessoas são incentivadas pela lógica da “liberdade”, mas sentem-se em estado de alerta constante diante da incapacidade de estabelecer relações estáveis e confiáveis. Nesse ponto, a empresa não é mais aquele lugar estável para construção de uma carreira baseada em relações fiéis e duradouras. A enorme carga de trabalho é uma das consequências direta do conflito entre o tempo biológico e o tempo dos computadores. Isso cria um choque de percepção de espaço e de tempo. Como se perceber enquanto trabalhador nesse espaço desmaterializado que se afigura na contemporaneidade?

Relações instáveis e frias retratam a atual crise de representação do trabalho como instância de pertencimento e geração de identidade social; até os sindicatos estão falidos de representação enquanto identidade de pertença a um todo. Num ambiente de vida fortemente ambivalente isso gera poder já que as próprias identidades, elas mesmas, também se aguçam. Isso gera tensão institucional e pânico, já que ninguém detém as relações e os fluxos de poder da informação. Nesse lugar, tudo se auto-gera. O trabalho se torna móvel como as redes. O local de trabalho está em todo lugar, difuso e cria uma zona de insegurança constante. No contexto das localidades flutuantes e líquidas como perceber o tempo que agrego ao tempo do trabalho que faço? Apesar do aspecto revolucionário da informação as pessoas sentem-se perdidas porque precisam de elos verdadeiros de confiança e lealdade para seguirem em suas carreiras pois o trabalho é ainda parte central de nossas vidas enquanto mecanismo de existência. Eu preciso do outro enquanto colega de trabalho, eu preciso me achar dentro da empresa enquanto constituinte daquela realidade.

Pelo percurso que relatamos até agora, percebe-se que os movimentos sociais de hoje são de outro tipo, isso pudemos acompanhar nos casos dos “20 centavos” e das “Redes e Ruas – nós somos a rede social”⁴⁹. Esses fatos fizeram-nos levantar algumas questões que compartilhamos aqui: são, estes, eventos de movimentos sociais em termos de cidadania ou apenas uma participação social sem grandes comprometimentos já que perpassados no contexto das redes? O fato de terem sido alavancados pelas redes diminui a força em termos de participação social e política? Estaria se formando um novo espaço de luta social? Essa linguagem parece trazer outros componentes emancipatórios de ação entre os indivíduos.

Inferimos que uma cultura comunitária e colaborativa parece estar a constituir um mandamento novo em espaços de atuação de novo tipo, fazendo da internet e das redes mais que um meio de interação social, um espaço que desnuda antigos espaços e antigas representações. É da ação desses novos atores que dependerá traduzir para o campo político um novo estatuto de cidadania, e isso não quer dizer que esse mandamento novo não vá se colocar, em algum momento, e se estabelecer como tal na ordem do dia. De modo que uma nova dinâmica do coletivo parece estar refletida em novos espaços de atuação, conectando as pessoas para esferas públicas de novo tipo. O conjunto dessas expressões define os contornos do que para nós significa uma reconfiguração em diversas esferas da sociedade. De modo que há uma nova dinâmica e essa linguagem merece ser ouvida.

Finalmente, apresentamos como proposta de reflexão que há uma nova cidadania em formação, configurando um mandamento novo, dando passagem a algo que ainda se forma. O componente central dessas coletividades traz um indivíduo que quer se mostrar no seu eu auto-narrativo enquanto ator social ativo em suas escolhas, crenças e desejos e como protagonista de si mesmo. Essas expressões trazem uma coisa nova para a cidadania e é preciso avançar no sentido de refletir sobre essa nova dinâmica do coletivo. Nesse aspecto, o conceito de redes convida a pensar cidadania sob novo olhar.

Esperamos que as reflexões aqui apresentadas contribuam para o avanço de discussões sobre o assunto, tão importante para nossas vidas, e para que outros pesquisadores encontrem nesse trabalho subsídios teóricos para conduzir suas pesquisas.

⁴⁹ Disponível em: <https://redeserua.wordpress.com/>

REFERÊNCIAS

BAUMAN, Zygmunt. **Comunidade**: a busca por segurança no mundo atual. Rio de Janeiro: J. Zahar, 2003.

_____. **Globalização**: as consequências humanas. Rio de Janeiro: J. Zahar, 1999.

_____. **Identidade**: entrevista a Benedetto Vecchi. Rio de Janeiro: J. Zahar, 2005.

_____. **Modernidade líquida**. Rio de Janeiro: J. Zahar, 2001.

_____. **A sociedade individualizada**: vidas contadas e histórias vividas. Rio de Janeiro: J. Zahar, 2008.

_____. **Vidas desperdiçadas**. Rio de Janeiro: J. Zahar, 2005.

BRUNO, Fernanda. **Máquinas de ver, modos de ser**: vigilância, tecnologia e subjetividade. Porto Alegre: Sulina, 2013. (Coleção Cibercultura).

BUCCI, Maria Paula Dallari. **Direito administrativo e políticas públicas**. São Paulo: Saraiva, 2002.

CAPRA, Fritjof. **As conexões ocultas**: ciência para uma vida sustentável. São Paulo: Cultrix, 2002.

_____. **O ponto de mutação**: a ciência, a sociedade e a cultura emergente. São Paulo: Cultrix, 1982.

CARVALHO FILHO, José dos Santos. **Manual de direito administrativo**. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2010.

CASTEL, Robert. **As metamorfoses da questão social**: uma crônica do salário. 10. ed. Petrópolis: Vozes, 2012.

CASTELLS, Manuel. **A galáxia da internet**: reflexões sobre a internet, os negócios e a sociedade. Trad. Maria Luiza X. de A. Borges. Rio de Janeiro: J. Zahar, 2003. Tradução de: The internet galaxy: reflections on the internet, business and society.

_____. Para o Estado-rede: globalização econômica e instituições políticas na era da informação. In: PEREIRA, Luiz Carlos Bresser; WILHEIM, Jorge; SOLA, Lourdes (Org.). **Sociedade e Estado em transformação**. São Paulo: Editora da UNESP; Brasília: ENAP, 1999. cap. 5, p. 147-171.

_____. **O poder da identidade**. 5. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2006. (A era da informação: economia, sociedade e cultura, v. 2).

CASTELLS, Manuel. **Redes de indignação e esperança**: movimentos sociais na era da internet. Rio de Janeiro: J. Zahar, 2013.

_____. **A sociedade em rede**. 6. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2013. (A era da informação: economia, sociedade e cultura, v. 1).

CASTELLS, Manuel; CARDOSO, Gustavo (Org.). **A sociedade em rede: do conhecimento à ação política**. Lisboa: Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 2005.

CUNILL GRAU, Nuria. A rearticulação das relações Estado-sociedade: em busca de novos significados. **Revista do Serviço Público**, Brasília, ano 47, v. 120, n. 1, p. 113-140, jan. /abr. 1996.

_____. **Repensando o público através da sociedade: novas formas de gestão pública e representação social**. Brasília: ENAP; Rio de Janeiro: Revan, 1997.

DAGNINO, Evelina. O avesso da cidadania. **Folha de S. Paulo**, São Paulo, 11 maio 2002. Jornal de resenhas, p. 1.

_____. Construção democrática, neoliberalismo e participação: os dilemas da confluência perversa. **Política & Sociedade: Revista de Sociologia Política**, Florianópolis, v. 3, n. 5, p. 139-164, out. 2004.

_____. Os movimentos sociais e a emergência de uma nova noção de cidadania. In: DAGNINO, Evelina (Org.). **Anos 90: política e sociedade no Brasil**. São Paulo: Brasiliense, 1994. p. 103-115.

_____. Políticas culturais, democracia e o projeto neoliberal. **Revista Rio de Janeiro**, Rio de Janeiro, n. 15, p. 45-65, jan. /abr. 2005.

_____. Sociedad civil, espacios públicos y construcción democrática en Brasil: límites y posibilidades. In: DAGNINO, Evelina (Coord.). **Sociedad civil, esfera pública y democratización en América Latina**: Brasil. Cidade do México: Fondo de Cultura Económica, 2002. cap. 8, p. 369-396.

_____. ¿Sociedad civil, participación e cidadania: de que estamos falando? In: MATO, Daniel (Coord.). **Políticas de ciudadanía y sociedad civil en tiempos de globalización**. Caracas: FaCES-UCV, 2004. p. 95-110.

DELEUZE, Gilles. Post-scriptum sobre as sociedades de controle. In: _____. **Conversações: 1972-1990**. Tradução de Peter Pál Pelbart. São Paulo: 34, 1992. p. 219-226. (Coleção TRANS).

DELEUZE, Gilles; GUATTARI, Félix. **Mil platôs: capitalismo e esquizofrenia 2**. São Paulo: 34, 1995. v. 2. (Coleção TRANS).

DELEUZE, Gilles; GUATTARI, Félix. **O que é a filosofia?** Tradução Bento Prado Jr. e Alberto Alonso Muñoz. São Paulo: 34, 1993. (Coleção TRANS).

FONSECA, João José Saraiva da. **Metodologia da pesquisa científica**. Fortaleza: Universidade Estadual do Ceará, 2002. Apostila.

FOUCAULT, Michel. **Em defesa da sociedade**: curso no Collège de France (1975-1976). 2. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2010.

_____. **Vigiar e punir**: história da violência nas prisões. 41. ed. Petrópolis: Vozes, 2013.

GIL, Antônio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2007.

GUATTARI, Félix; ROLNIK, Suely. **Micropolítica**: cartografias do desejo. 4. ed. Petrópolis: Vozes, 1996.

HABERMAS, Jürgen. O Estado-nação europeu frente aos desafios da globalização: o passado e o futuro da soberania e da cidadania. **Novos Estudos**, n. 43, p. 87-101, nov. 1995.

_____. **A inclusão do outro**: estudos de teoria política. São Paulo: Loyola, 1996.

HECKERT, Ana Lucia C. A globalização e os novos mecanismos de controle. **Contexto & Educação**, Ijuí, RS, ano 16, n. 62, p. 31-50, abr./jun. 2001.

JUSTEN FILHO, Marçal. **Pregão**: comentários à legislação do pregão comum e eletrônico. São Paulo: Dialética, 2001.

LÉVY, Pierre. **Cibercultura**. São Paulo: 34, 1999.

MARTELETO, Regina Maria. Análise de redes sociais: aplicação nos estudos de transferência da informação. **Ciência da Informação**, Brasília, v. 30, n. 1, p. 71-81, jan. /abr. 2001.

MEDAUAR, Odete. **Direito administrativo moderno**. 8. ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2004.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. **O desafio do conhecimento**: pesquisa qualitativa em saúde. 10. ed. São Paulo: HUCITEC; Rio de Janeiro: ABRASCO, 2007.

MINAYO, Maria Cecília de Souza (Org.). **Pesquisa social**: teoria, método e criatividade. 18. ed. Petrópolis: Vozes, 2001.

OSBORNE, David; GAEBLER, Ted. **Reinventando o governo**: como o espírito empreendedor está transformando o setor público. Brasília: MH Comunicação, 1994.

PAOLI, Maria Célia. Empresas e responsabilidade social: os enredamentos da cidadania no Brasil. In: SANTOS, Boaventura de Sousa (Org.). **Democratizar a democracia**: os caminhos da democracia participativa. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002. cap. 8, p. 373-418.

PARENTE, André (Org.). **Tramas da rede**: novas dimensões filosóficas, estéticas e políticas da comunicação. Porto Alegre: Sulina, 2013.

PINHO, José Antônio Gomes de. Investigando portais de governo eletrônico de estados no Brasil: muita tecnologia, pouca democracia. **Revista de Administração Pública**, Rio de Janeiro, v. 42, n. 3, p. 471-493, maio/jun. 2008.

POCHMANN, Marcio. Redistribuir o tempo de trabalho. **Folha de S. Paulo**, São Paulo, 20 ago. 2009. Opinião, [Coluna] Tendências/Debates.

SANTOS, Boaventura de Sousa. Os tribunais e as novas tecnologias de comunicação e informação. **Sociologias**, Porto Alegre, ano 7, n. 13, p. 82-109, jan./jun. 2005.

SANTOS, Boaventura de Sousa (Org.). **Democratizar a democracia**: os caminhos da democracia participativa. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002.

SENNETT, Richard. **A corrosão do caráter**: consequências pessoais do trabalho no novo capitalismo. 18. ed. Rio de Janeiro: Record, 2014.

_____. **A cultura do novo capitalismo**. Rio de Janeiro: Record, 2006.

SIBILIA, Paula. A construção de si como um personagem real: autenticidade intimista e declínio da ficção na cultura contemporânea. **Revista ECO Pós**, Rio de Janeiro, v. 15, n. 3, p. 22-46, 2012.

_____. A escola no mundo hiperconectado: redes em vez de muros? **MATRIZES**: Revista do Programa de Pós-Graduação em Ciências da Comunicação da Universidade de São Paulo, São Paulo, ano 5, n. 2, p. 195-211, jan./jun. 2012.

_____. **Redes ou paredes**: a escola em tempos de dispersão. Rio de Janeiro: Contraponto, 2012.

_____. O universo doméstico na era da extimidade: nas artes, nas mídias e na internet. **Revista ECO Pós**, Rio de Janeiro, v. 18, n. 1, p. 133-147, 2015.

STANDING, Guy. **O precariado**: a nova classe perigosa. Belo Horizonte: Autêntica, 2013. (Invenções democráticas, v. 4).

TELLES, Vera da Silva. A modernização vista de baixo: precarização e violência na cidade de São Paulo. In: COLLOQUE MONDIALISATION ÉCONOMIQUE ET GOUVERNEMENT DES SOCIÉTÉS: L'AMÉRIQUE LATINE, UM LABORATOIRE? 2000, Paris. **Marché du travail, protection sociale et gouvernabilité**. Paris: GREITD; IRD; Universités de Paris 1 (IEDES), 2000.

TÓTORA, Silvana. Democracia e sociedade de controle. **Verve**, n. 10, p. 237-261, out. 2006.

TOURAINÉ, Alain. **Crítica da modernidade**. 10. ed. Petrópolis: Vozes, 2012.

_____. **Um novo paradigma**: para compreender o mundo de hoje. 4. ed. Petrópolis: Vozes, 2011.

TOURAINÉ, Alain; KHOSROKHAVAR, Farhad. **A busca de si**: diálogo sobre o sujeito. Rio de Janeiro: Difel, 2004.

APÊNDICE A - À guisa de conclusão

Nessa seção, o leitor encontrará uma escrita um pouco diferenciada do que apresentamos nos capítulos anteriores. Como já havíamos concluído a dissertação, mas ainda fervilhavam algumas ideias sobre as discussões empreendidas durante a realização do trabalho, entre mim e o orientador, entendemos que poderíamos deixar registradas algumas reflexões surgidas *a posteriori*, que poderão ser desenvolvidas adiante. Alguns tópicos foram incorporados ao texto, outros oscilam enquanto novas percepções, trazendo a cena à relevância temática das redes em decorrência da própria dinâmica de nossos dias com mudanças em vários aspectos da vida cotidiana.

Assim o fizemos e aqui estão. A estrutura do texto segue o fluxo do pensamento, com alguns movimentos em tópicos, outros em estilo telegráfico (quando utiliza apenas as palavras encadeadas), mas buscando trazer para o leitor o que registramos ao longo do trabalho, tal qual a linguagem das redes: pontuais, rápidas, instantâneas. Dividimos os assuntos em blocos, de acordo com os assuntos para uma melhor compreensão.

Mundo mudando

Tudo em movimento, mudando, buscando novas definições, tudo instável. O que provoca tudo isso?

- Alunos em crise, por um lado com as táticas do mercado de marketing e o forte apelo comercial que há entre as novas tecnologias digitais e aparelhos sofisticados e o choque de ter que lidar ainda com o quadro negro e o velho giz em sala de aula.
- Avalanche de informações, imagens e opiniões que criam a dispersão e instabilidade emocional.
- Choque entre os rigores escolares da era moderna e os dispositivos computacionais da contemporaneidade, o que retrata uma crise da escola atual.
- Novos controles: redes que operam dispositivos de monitoramento constante.

- Flexibilização, alta volatilidade do mercado. Flexibiliza tudo e todos ao seu redor: empresas, sociedade, trabalho, Estado-nação, relações, pessoas.
- O mercado global é uma máquina que funciona no esquema que nunca para; nada escapa.
- Desrespeito ao relógio biológico. Pressão por estar atarefado o tempo inteiro.
- Horários predeterminados são um retrocesso e um rigor, uma barreira à produtividade do homem global que não para nunca e acha que é feliz por ser assim: dinâmico e produtivo.
- A falta de mobilidade das grandes cidades é apontada como um dos motivos para o crescimento do setor dos escritórios virtuais e dos cursos à distância. Ficar parado no trânsito é uma situação altamente angustiante.
- Conjunto de normas informais em grande conflito com as normas industriais relativas ao tempo, as quais ainda permeiam a análise social, o trabalho, a legislação e a elaboração de políticas. Isso está criando um choque entre as relações de trabalho e as pessoas. Como me perceber enquanto trabalhador?
- Competitividade acirrada entre as pessoas já que ninguém detém a informação e ela circula livremente. Medo pela perda de poder da informação e das tomadas de decisão já que as tomadas de decisão são descentralizadas. Temor constante pela perda de centralidade das decisões.
- Sensação de desapego constante. Falta de sentido e de percepção. Todos se comparam e ao mesmo tempo se distinguem num fluxo intermitente. Sensação de perda de sentido dos afetos inter-profissional.
- Não há sentimento de pertença na empresa pela perda de produção de sentido das localidades, deslocadas que estão no tempo e no espaço. Relações instáveis e frias. Crise de representação do trabalho como instância de pertencimento social.
- A empresa como sonho de carreira estável acaba. Relações frouxas e não duradouras.
- Novos modelos de trabalho surgem: “trabalhador” e “operário” em substituição a “colaborador”, “empreendedor individual”, “temporário”. Isso tem uma força porque apaga discursivamente noções de identidade no trabalho, ficando excluída a ideia de “luta” e “conflito”. Novas nomenclaturas relativas ao

trabalho surgem trazendo um conjunto de normas que não estariam ainda regulamentadas. Com isso o trabalho fica “solto”, mas com aumento de produtividade pois as pessoas são cobradas muito mais já que podem ser acessadas em todo lugar e tempo. Trabalho desmaterializa-se.

- Relações trabalhistas mais flexíveis aumentando o contingente de pessoas em regimes de trabalho inseguros. As pessoas têm dificuldade de lidar com isso porque precisam do outro enquanto sentido de pertencer.

- Aumento extraordinário de flexibilidade e adaptabilidade possibilitadas pelas novas tecnologias, contrapondo a rigidez do trabalho à mobilidade do capital.

- Como me perceber enquanto trabalhador no universo em que posso ser criador, executor, modificador, detentor, replicador, aniquilador de informações e produtos?

- A relação salarial além de ruir cada vez mais se configura num cenário sem proteções, sem vínculos, sem trocas, sem acolhimentos, sem emoção. Os trabalhadores de antes e os de agora sofrem dos mesmos males e dos mesmos desatrelamento e rupturas sociais. Como me perceber enquanto pessoa nesse cenário ambivalente?

- Auto exposição. A representação do eu. Espetacularização de rostos e corpos.

- Dores, alegrias, imbecilidades, torturas, denúncias, corrupção, maldades, exclusão, terrorismo, racismo, tudo circula livremente na rede. Personalidades egocentradas. Cultura do individualismo e do imperativo da visibilidade pela mídia virtual.

- Controle de tudo, até do imprevisto. Controle dos eventos da massa. Sociedade do Controle – Deleuze. A vida ativada sob o medo constante e inquietações permanentes.

- Ações corporais cada vez mais capturadas por dispositivos computacionais. Ex. tornozeleiras eletrônicas, botão do pânico, implante de chips para controle de crianças na entrada da escola, câmeras para registro de entrada e saída, controle digital de entrada no trabalho, ponto eletrônico.

- Constrangimentos e perigos da exposição generalizada. Comunicação dos muitos. A cultura do veja-me, quero ser visto e quero ser aceito. Me ame.

- Self existencial. As pessoas estão globalizadas, interconectadas em redes, mas seguem em suas cercas existenciais. O outro não me interessa.
- Indivíduo vive intensamente o mito de sua liberdade, livre em suas escolhas e narrativas se sente poderoso ao apertar botões de seus incríveis aparelhos móveis de telefonia.
- Indivíduo não dá conta de si, ora porque se coletivizou demais nas redes ora porque fechado em suas individualidades se vê solitário e aflito a procura de abrigos possíveis.
- Como me perceber enquanto gestor público, preso em normas e hierarquias legais, mas convocado a trabalhar em redes globais?
- Embora a estrutura de compras públicas eletrônicas se mostre mais ágil com o incremento de novas tecnologias esse aspecto é aparente. As decisões para o incremento de políticas públicas parte do órgão central do governo e as tomadas de decisão são ainda burocratizantes e políticas.
- O administrador público nos dias de hoje fica protegido pela tela do computador. As relações são frias e automáticas.
- Sistemas no âmbito do governo eletrônico (e-gov) que pouco interage com os indivíduos e ainda representa uma tímida governabilidade eletrônica.
- O poder global flui, mas a gestão administrativa dos governos continua confinada à estrutura do Estado-nação e das burocracias. Sob o discurso de induzir melhorias e gestão eficiente com a criação de novas ferramentas informacionais de comunicação sua lógica e funcionamento organizacional ainda permanece agarrada ao solo e sob o manto da autoridade burocrática.
- O espaço dos mercados financeiros, altamente veloz e instantâneo torna muito difícil a capacidade de deliberação e regulação por parte do Estado.

Novas pessoas, novas relações

Nesse cenário em mudança, surgem novas relações e modelos de relações com a sociedade que estariam em conflito com as questões da contemporaneidade. Deixamos registrado aqui, situações em que aparecem essas impressões.

Impressões à relevância do antes:

- Palavras escritas. A palavra como ferramenta da escrita e da leitura e como forma de conhecer pessoas como na antiga escrita de cartas ou diários íntimos.

- A palavra como forma de se auto interpretar e ser compreendido.
- Mídias tradicionais como jornal e televisão.
- Personalidades introdirigidas e fechadas em seu eu interior.
- Grandes mídias e corporações detêm a informação e são os únicos protagonistas das informações que são geradas.

- Informação-registro: geradora de memória e registro X informação rápida e circular.

- A informação circulava privilegiadamente na elite local e restrita a grupos. Não havia universalização. Produzida localmente em círculos privilegiados.

- Relações face-a-face. Relações construídas aos poucos, baseada na fidelidade e no compromisso. Encontros físicos. Envio de cartas pelo correio.

Impressões à relevância do agora:

- Símbolos, sinais, dados, geolocalizações.
- As pessoas compreendidas em uma nova dimensão: de informação, comunicação, dados, comportamentos. Novas linguagens e novos vocabulários surgem.

- Pessoas são compreendidas pelos dados que são gerados nas redes através de geolocalizações, compras online, informações produzidas em redes sociais, fotografias digitais, vídeos.

- Os sujeitos são os próprios protagonistas centrais e reais. No contexto das redes a informação circula livremente e todos podem se apropriar dela e gerar dados e critérios até ao nível de investigação policial. Comportamentos, atitudes, relatos, vídeos ficam registrados nas redes e podem ajudar na investigação.

- Fim da privacidade. Os quartos e demais aposentos da casa são invadidos por telas rutilantes que conectam rostos e corpos e modos de ser e estar no mundo interativamente.

- O registro das ações, interações e conexões digitalmente compartilhadas dizem o que é uma pessoa, como ela se comporta e como irá se comportar. As pessoas viram uma estatística de fácil acesso.
- O espaço não é somente composto de informação, mas ocupado por pessoas que estão por trás da informação que geram dados, elas mesmas se auto informam, sobre suas vidas, gostos e escolhas. Isso não precisa ser coletado, as próprias pessoas fornecem dados sobre sua vida pessoal.
- Pessoas querem falar, atuar, se mostrar, compartilhar e ser protagonista daquele acontecimento e daquele registro. Como pessoas que se tornam reconhecíveis como sujeitos em suas ações. Alguém que faz alguma coisa relevante e que aparece. (Relaciona a ideia de sujeito em Touraine).
- Bigdata como linguagem dos dados que são gerados, raciocinar sobre os mesmo a fim de deduzir novos dados e novas regras. Pessoa=dados.
- Rastreabilidade – todas as ações geradas deixam rastros e são rastreáveis. Você não é mais você no seu mundo interior. Você é global.
- Midialivrismo – mídias sociais virtuais. Cultura colaborativa em rede. Jornalismo participativo – construção autônoma de narrativas pelas próprias pessoas. As pessoas são as reais informantes de determinado acontecimento e se sente bem fazendo isso porque sente que participou ativamente na produção daquele fato ou acontecimento.
- O indivíduo cria ativamente e criativamente as interações do cotidiano e faz circular a comunicação num processo vivo. Novos mediadores da informação.
- Informação criativa onde todos são partícipes das atividades do cotidiano e são ao mesmo tempo criadores, produtores, expectadores, ouvintes de textos, produtores de imagens e sons; produzir algo faz bem; faz as pessoas se sentirem livres, participativas e vivas.
- Informação-fluxo: baseada nos movimentos das redes. Universalização da informação.
- Expressões culturais de novo tipo. Novas sociabilidades. Novos rostos.
- Diários públicos na internet na forma de blogs, fotoblogs. Os relatos das pessoas são reais e ao vivo em webcams ou vídeos no youtube. Relações face-media-face. Relações construídas sob o selo da instantaneidade, sem emoção,

sem durabilidade. Relações duradouras são um estorvo. Envio de mensagens eletrônicas.

- Encontros media. Encontros de casais nas redes. Você diz como é, o que quer na outra pessoa como escolaridade, profissão, idade, sexo, personalidade e o programa traz para você possíveis perfis a serem escolhidos. Basta apertar um botão e se a pessoa estiver num rastro geográfico comum marca-se o encontro.

Nova dinâmica do coletivo

O que seria o novo coletivo nessa contemporaneidade e que estaria em conflito com os formatos tradicionais? Em busca dessa resposta, apresentamos algumas considerações em tópicos.

Nova cidadania na escola

Formatos tradicionais:

- Muros. Edifícios. Grades. Oração. Bandeira. Hino Nacional.
- Projeto de alfabetização voltado para os compromissos da sociedade moderna. Moral oitocentistas dos métodos e atividades educativas.
 - Escola idealizada pelas sociedades industriais frente aos compromissos da sociedade moderna e do Estado-nação.
 - Cultura letrada concernente ao Estado-nação. Alfabetização no uso do idioma pátrio; comunicação por meio da escrita e dos usos e costumes; autoridade de um professor.
 - Oportunidade de acesso ao ensino como privilégio de uma pequena classe dominante. Formação de uma casta intelectualizada restrita para poucas pessoas.
 - Método pedagógico como proposta disciplinar relacionada a disciplinarização da mente, do corpo e no desenvolvimento de crenças morais, e não na independência intelectual. Moral.

- Instituição escolar como máquina de ensinar: divisão por lugares fixos e individuais, disciplina rígida, silêncio rigoroso.
- Distribuição dos alunos nos espaços – a minúcia cuidadosamente trabalhada das disciplinas – organizando os alunos em “celas” e em “fileiras” em filas de alunos na sala, nos corredores e nos pátios; rigores escolares com métodos do controle do tempo. Estudos de Foucault.
- Colocação em série das atividades – os alunos são identificados de acordo com os níveis que tem nas séries possibilitando intervenções concretas a cada momento do tempo – intervenções de diferenciação, de castigo, eliminação e controle.
- Giz e quadro-negro, regulamentos, horários fixos das aulas, carteiras em filas, provas escritas, sinal da entrada, sinal da merenda, lição, autoridade de professores, hierarquia. Enquadramento dos espaços das aulas e demais atividades escolares. Frequência. Uniformes. Provas. Limpeza e asseio dos alunos.
- Versão impressa de livros e cadernos. Muita coisa para carregar e levar para a escola.

Novos Formatos:

- Redes, sem muros e filas nos corredores. Telas em tempo real ao invés de quadros-negros. Recursos audiovisuais, livros e cadernos digitais. Não há muito que carregar com mochilas pesadas.
- Ensino à distância. Conexão global de transmissão de conhecimento. Universidades virtuais sem sala de aula físicas.
- Modelo colaborativo de ensino: paga quem pode, quem não pode tem bolsa custeada pelos demais que podem pagar – modelo da “Universidade do Povo”, a primeira universidade virtual sem fins lucrativos e sem mensalidades nos EUA, visa a nova economia do compartilhamento.
- Tecnologia de código aberto com recursos educacionais livres: conteúdo produzido por professores disponibilizado gratuitamente na rede. Métodos com possibilidade de acesso amplo.
- Cultura da internet na qual as pessoas compartilham, ensinam e aprendem juntos. Professores voluntários trocam com os alunos e aprendem junto com eles.

- Alunos como mulheres de países muçulmanos, que não podem frequentar a universidade, onde a rede é uma alternativa para estudo. Sala de aula virtual com alunos de países diferentes; intercâmbio entre culturas com alunos do mundo todo. Troca de culturas e visões de mundo.

- Tarefas com horários livres para serem acessadas onde e quando o aluno quiser. As tarefas da semana são acessadas quando o aluno puder; professor como moderador das discussões e não como figura de autoridade moral.

- Modelo colaborativo onde os estudantes ensinam e aprendem uns com os outros e também avaliam as tarefas uns dos outros. Linguagem de outra natureza, multicultural e globalizada.

- Sala de aula onde alunos podem escrever nas paredes, com recurso digital. O meio de expressão visual não fica somente nas mãos do professor e é compartilhado. Uma sala que pode ser customizada de acordo com a vontade e capacidade de expressão dos alunos. Ampliam-se a consciência desses espaços.

- Cultura de vocabulário aberto com imagens, sons, dados e símbolos. Alunos tiram fotografia, por meio de seu aparelho celular, do que está escrito no quadro.

- Instalação de microchips ou etiquetas inteligentes presas ao uniforme dos alunos para rastrear seus movimentos avisando aos pais, via mensagem de texto ao celular, quando as crianças entram no colégio.

Nova cidadania na empresa

Formatos tradicionais:

- Maquinaria industrial – Automação. Com a industrialização veio o controle do tempo. Rigidez. Mercado de trabalho rígido.

- Controle das atividades. Frequência mecânica nas linhas de montagem.

- Sociedade industrial. Criação de vilas operárias e campos recreativos para ter a força de trabalho fixada, disciplinado, perto do local de trabalho, a fim de ter o que se precisava em termos de força de trabalho acessível e vigiada.

- Produção em massa - modelo de ganhos de produtividade em um processo mecanizado de produção padronizada com base em linhas de montagem, sob as condições de rígido controle.

- Empresa estruturada nos princípios de integração vertical. Equipamentos de produção e sistema de produção rígidos.
- Organização da vida disposta em blocos de hora, como hora de trabalhar, hora de estudar, hora de ir para casa, bem como em locais de trabalho fixos e regulamentados em tempos também fixos e pré-determinados.
- Respeito ao tempo. Tempo da terra, da colheita. O tempo para a produção na sociedade agrícola, por exemplo, se uma chuva torrencial resolver cair. Isso era respeitado e entendido pelo homem. A integração da natureza tinha uma razão de ser.
- Tarefas rotineiras, repetitivas, rígidas e controladas numa relação hierarquizada disposta verticalmente;
- Processo que introduz o operário no mesmo ritmo das expansões industriais e no consumo de massa.
- Sistemas de compras do governo com sessão pública presencial. Formatos licitatórios tradicionais, segmentados por valores, tipos e objetos. Cláusulas licitatórias extensas e rígidas.
- Tudo meticulosamente carimbado, assinado em duas vias com o selo “confere com o original”, com matrícula do servidor, registro de hora e saída dos documentos. Possibilidade de sigilo e privilégios nas informações solicitadas.
- Um sentido de público sacralizado no símbolo do privado.

Novos Formatos:

- Sociedade da informação - ascensão das ligações em rede (networking) como nova forma de organização da atividade humana nos negócios, na política, nos meios de comunicação e nas organizações. Sociedade em rede.
- Mercado de trabalho flexível. Mobilidade do capital. Não há regulamentação do tempo. O tempo não para.
- Redefinição da organização da produção tendo como base a informação e a propagação de tecnologias da informação. Práticas organizacionais com a automação cada vez maior e acelerada de tarefas e trabalhos.
- Economia globalizada. As formas organizacionais industriais clássicas foram redefinidas.

- Mercados mundialmente diversificados em uma nova economia. Nova economia em redes com interconectividade entre clientes, fornecedores e concorrentes. Mudança dos processos organizacionais integrando ao modelo organizacional a descentralização de processos e produtos e redução de custos com base na automatização das tarefas.
- Surgimento da comunicação sem fio e conectividade trouxe outro tempo de trabalho. Nova relação com o tempo e com o espaço, diferente das formas de organização da vida em unidades de tempo, como o tempo da fábrica, o tempo do lar.
- Horário de trabalho que não respeita dia ou noite, não dorme a fim de corresponder as exigências da flexibilidade das empresas. As pessoas são acessadas em qualquer lugar, tempo ou espaço e precisam responder prontamente aos anseios dessa máquina que não desliga. Seja por WhatsApp, e-mail ou Facebook, as pessoas precisam produzir algo.
- Variações às estruturas de emprego pela transformação do processo de trabalho sob a égide do novo paradigma informacional.
- Introdução da mente humana no centro da organização da produção e ao padrão de trabalho. Usuários, consumidores e criadores podem tornar-se a mesma coisa.
- Aprender fazendo e fazer aprendendo, na medida em que os usuários se apropriam dos conhecimentos gerados e os redefinem em novo ciclo de com geração de novos conhecimentos.
- Tarefas que requerem criatividade, percepção e capacidade de acesso a outros níveis do conhecimento. Surgem novos sentidos e novas percepções das atividades executadas. A criatividade é acessada.
- Relações triangulares e em linhas não previamente definidas; movimento da informação e dos processos não hierárquicos e num nível caótico.
- Tomadas de decisão compartilhadas. Economia do compartilhamento.
- Surgimento da empresa em rede. Unidades de escritório automatizadas em redes “virtual offices” com a estrutura de um escritório cujo pagamento se dá em blocos de horas, sem exigências contratuais, fiança ou garantias dos contratos de locação convencional e sem estrutura física.
- Formas de contratação em contratos de trabalho flexíveis e trabalhadores com contratos temporários. Sem proteções.

- Novos formatos licitatórios, mais dinâmico e menos segmentado. Diminuição de cláusulas licitatórias com contratos mais enxutos. Processos de trabalho descentralizados onde várias etapas acontecem simultaneamente. Diminuição de instâncias recursais. Celeridade processual. Sessões menores e ágeis. Entrega de documentos eletronicamente. Banco de dados de fornecedores em portal eletrônico do governo.

- Assinatura digital para servidores públicos. Não se fala mais em “confere com o original”. Os registros são eletrônicos e ficam disponibilizados na rede. O sentido de “público” vai ganhando formato cada vez mais aberto e deixando de ser um “público” sacralizado de “privado”.

- Dados abertos. Banco de dados de fornecedores, das compras realizadas, dos preços praticados, dos valores dos lances ofertados, dos recursos, das adjudicações e homologações e dos contratos firmados. As decisões são publicadas nos sites de compras eletrônicas e todos podem ter acesso e fiscalizar o que está sendo gasto com o dinheiro público.

- Maior competição e dinamismo com ingresso de novos formatos de empresas, ex. microempreendedor, cooperativas, pequenas e médias empresas com privilégios na contratação pública.

- Implantação de novos processos de trabalho e novas metodologias de análise. Nova lógica organizacional no serviço público.

APÊNDICE B - Pauta de entrevistas

Nessa seção apresentamos as entrevistas que fizemos para o trabalho e que, acreditamos, contribuíram para que pudéssemos desenvolver nossa reflexão, ancorada em situações do século XXI retratadas no quadro teórico dessa pesquisa.

Desenvolvemos uma pauta de entrevistas a partir Tópicos de assuntos, divididos em blocos, tal como se segue.

Tópico 1: História, nascimento e concepção dos projetos

1. Como e por que surgiu esta plataforma de financiamento coletivo?
2. É possível detalhar quais tipos de projetos - social, meio-ambiente, local, cultural, artístico, literário etc. - possuem maior representatividade em termos de frentes de financiamento.
3. Na sua percepção quais tipos de projetos foram bem-sucedidos?

Tópico 2: Aspectos, contribuições e possibilidades

4. Sob quais aspectos você entende que as plataformas de financiamento coletivo estão influenciando a realidade social?
5. Que tipo de comportamento vai ser inaugurado com a vida em redes?
6. Temos hoje uma grande polêmica envolvendo o aplicativo Uber para serviço de transporte alternativo de passageiros e os taxistas, serviço de utilidade pública explorado pelo regime de permissão. Como esse aplicativo vem se apresentando diante das permissões de serviços públicos? Estaríamos diante de um novo modelo de economia aplicada à gestão das cidades e ao transporte público? Como isso afeta as políticas de emprego?
7. Que tipo de possibilidades a vida em rede cria para as pessoas em termos de relacionamento pessoal; inserção profissional; exercício da cidadania; inserção política?

Tópico 3: A percepção do sujeito

8. Como caracteriza os sujeitos que tiveram projetos desenvolvidos?
9. Você entende ter havido algum significado para esses sujeitos participar desses projetos coletivos?

Tópico 4: Participação política, controle, cidadania e mercado

10. É possível imaginar configurações possíveis de uma nova cidadania com a vida em redes? Você entende que há uma nova dinâmica do coletivo?
11. Que tipo de contribuição as plataformas de financiamento coletivo trouxeram para a noção de participação política?

12 O que você acha da democracia representativa que vivemos nos dias de hoje?

13. Sob quais aspectos você acha que as mídias sociais estão influenciando a cidadania? Isso está contribuindo para uma nova realidade?

14. Existe alguma relação entre essas plataformas e programas de cunho assistencialista? Diria que temos hoje uma relação dessas plataformas em perspectiva com o chamado Terceiro Setor?

15. Você entende que ao lado dessas evoluções tecnológicas a vida em redes está se organizando segundo interesses do mercado e segundo a lógica do controle e do monitoramento dentro de uma agenda neoliberal?

A partir disso, fizemos as entrevistas por telefone, por e-mail e envio de áudio através do aplicativo WhatsApp. Nem todos foram respondidos, mas o resultado está aqui apresentado.

A entrevista 1, foi realizada em agosto de 2015 por meio de áudio via WhatsApp e troca de e-mails.

A entrevista 2 foi realizada em agosto de 2015 por meio de áudio via WhatsApp e troca de e-mails.

A entrevista 3 foi realizada em dezembro de 2015 por meio de troca de e-mails.

Instituição 1. Entrevista 1.

1. Como e por que surgiu esta plataforma de financiamento coletivo?

A plataforma do Catarse surgiu da união de 5 pessoas ao redor de alguns valores comuns. Luís Otávio Ribeiro, Daniel Weinmann, Diego Reeberg, meu irmão Thiago Maia e Eu, sentíamos a necessidade de trabalhar de forma diferenciada, atuar com propósito e trazer algo novo e disruptivo para o Brasil. Cada um tinha seus motivos particulares, mas era essa a liga que nos uniu através da internet. Você pode encontrar mais infos [aqui](#). Eu, particularmente, estudava crowdfunding desde 2009. Sempre me interessei por estudar maneiras de viabilizar empreendimentos, ideias, projetos. Trabalhei como produtor cultural fazendo isso através de um Festival chamado MoLA, Mostra Livre de Artes, que acontecia no Circo Voador todo ano. Foi no segundo semestre de 2010, após entregar minha monografia de conclusão de curso (Jornalismo PUC-RJ) sobre o tema de crowdfunding, decidi que iria empreender algo no setor aqui no Brasil.

2. É possível detalhar quais tipos de projetos - social, meio-ambiente, local, cultural, artístico, literário etc. - possuem maior representatividade em termos de frentes de financiamento.

Nossas principais categorias são Música, seguida por Cinema/Vídeo. Teatro, Comunidade, Quadrinhos, Literatura e educação também são categorias em que geralmente bastante projetos acontecem.

3. Na sua percepção quais tipos de projetos foram bem-sucedidos?

Não entendi a pergunta. Temos vários tipos de projetos que trabalham uma infinidade de coisas. Já foram bem-sucedidos projetos que, por exemplo, envolviam decodificar o genoma do mexilhão dourado. Mas temos coisas mais normais como criar curtas metragens. :)

4. Sob quais aspectos você entende que as plataformas de financiamento coletivo estão influenciando a realidade social?

Acho que a principal contribuição é mostrar às pessoas que é possível se unir para fazer coisas de maneira muito facilitada hoje em dia, onde você utiliza a força das pessoas envolvidas para catapultar iniciativas. É deslocar um pouco da ideia de

dependência do estado, de entidades privadas como banco e pensar no que interações entre as pessoas ao redor de uma proposta é capaz de fazer. Ao pensar em realidade social, possibilita que pessoas ajudem umas às outras sem restrições geográficas. Um apoiador do Rio pode ajudar um projeto no Acre. Ou uma associação que busca distribuir alimentos orgânicos pode adquirir uma Kombi para fazer isso sem pedir ajuda a bancos ou a editais. O que o Financiamento Coletivo propicia, no fim das contas, é aproximação entre relações. Possibilita que pessoas se conectem e circulem em recursos ideias e conhecimento de maneira diferente do que faziam antes.

5. Que tipo de comportamento vai ser inaugurado com a vida em redes?

É uma pergunta bem ampla né? Recentemente tenho pesquisado sobre formação de hábito e li alguns artigos sobre o tema. Nós somos seres movidos por hábitos e rotinas que cumrimos. O que a rede faz é se aproveitar disso, pois hábitos são motivados pelos nossos sistemas de busca constante por recompensas. Todo hábito tem em seu fundo uma recompensa que você recebe por cumprir com aquela rotina. Seja o cigarro após o almoço ou a refeição saudável de manhã. Acredito que estamos sempre em busca de "recompensas" nas redes. Seja o like do facebook ou o retuíte no seu microblog. No fim, o que as pessoas querem é algum tipo de símbolo que diga para elas e para o grupo no qual elas estão inseridas que elas fizeram algo de relevante e que essa relevância foi atestada por outros. Ou seja, já existe na rede uma série de mecanismos para te fazer agir segundo esse comportamento pela busca por se sentir relevante, que é natural ao ser humano. Acho que isso vai se intensificar ainda, e pensando nesse exercício de futuro, consigo ver as pessoas avaliando o seu nível de envolvimento social ao saberem quantos projetos você já apoiou coletivamente, ou outros índices saídos da rede que digam um pouco mais sobre você.

6. Temos hoje uma grande polêmica envolvendo o aplicativo Uber - serviço de transporte alternativo de passageiros - de um lado, e os taxistas - serviço de utilidade pública explorado pelo regime de permissão – do outro. Como esse aplicativo vem se apresentando diante das permissões de serviços públicos? Estaríamos diante de um novo modelo de economia aplicada à gestão das cidades e ao transporte público? Como isso afeta as políticas de emprego?

Acho que é muito cedo para conclusões. Mas o ponto comum a todas essas discussões é: a inovação, bem-intencionada ou não, é mais rápida que a legislação. Uma certeza é: Casos como o do Uber vão ocorrer cada vez mais. E se não ocorrerem é porque conseguiram matar o ambiente de livre empreendedorismo que a internet é. Um ponto importante é que sim, tem muito de marketing nessa coisa de nova economia, economia criativa etc. Acho que ainda estamos no momento de entender o que é tudo isso, toda essa conectividade e novos horizontes que se apresentam. O difícil é achar o equilíbrio entre sistemas que ficaram no passado e todos esses novos mecanismos. É difícil saber onde está esse ponto de equilíbrio de até onde pressionamos para avançar e até onde esse avanço, ao menos nessa velocidade, desrespeita uma série de funcionamentos e interações que já ocorrem. Sistemas legislativos e regulatórios que hoje estão em operação levaram anos de debates sociais e até mesmo conflitos para chegarem ao ponto em que se encontram hoje. Ao mesmo tempo, eles precisam ser revistos e acho difícil que alguém negue isso. O Uber expõe essa questão. A do anacronismo entre a lei, e o que a lei resguarda hoje, e todos esses novos mecanismos que operam a partir da internet. Em algum ponto vamos ter de nos questionar onde está o problema/debate/questão... será que ele está no caso pontual do Uber, ou no fato de que os sistemas legislativos/econômicos hoje não conseguem dar conta da velocidade com que determinadas coisas podem mudar. Será que não é hora de rever partes desse sistema? A discussão do Uber gira em torno em boa parte de os taxistas terem uma carga tributária maior que a do Uber. Justo. A solução seria tributar o Uber, segundo uma linha de raciocínio intuitiva. O ponto que proponho de reflexão é: O Uber está apenas errado? Ou ele é um sintoma de que os sistemas regulatórios e tributários em X setores (no caso de transporte) precisam ser repaginados? Quero dizer apenas que em algum momento será preciso questionar o sistema em si, e não as partes que o formam (nesse caso pontual, o taxista, o sistema de leis que impõe carga tributária a eles e o app Uber). Porque, se for assim sempre, ficamos condicionados à solução óbvia que não altera nada, apenas ancora: tributa o Uber e tudo fica certo. Mas.... tudo isso não quer dizer que possamos atropelar tudo em nome da inovação. O caso Uber talvez seja um bom exemplo do início desse debate, que já pode ser visto em momento embrionário em relação ao WhatsApp e Netflix, aplicativos que interferem diretamente com as Teles no Brasil. Não dá para ficarmos no debate

estagnado, cujos tons são sempre ou "o app malvado se aproveita de mim" ou "o sistema retrógrado não entende o app legal que mudou o mundo". Nada é tão maniqueísta assim e existem muitas gradações nessa discussão do Uber. Quero dizer apenas que teremos de ampliar a discussão e pensar de forma mais sistêmica e menos pontual.

7. Que tipo de possibilidades a vida em rede cria para as pessoas em termos de relacionamento pessoal; inserção profissional; exercício da cidadania; inserção política?

Acho que são muitas né? Tem vida em rede em formato de aplicativo para tudo. Acho que cria uma série de possibilidades, todas elas a serem consolidadas apenas se a vida fora da rede existir satisfatoriamente.

8. Como caracteriza os sujeitos que tiveram projetos desenvolvidos?

Todos são pessoas que tiveram a coragem de se colocarem e colocarem suas ideias a prova. Quem hoje faz projeto de crowdfunding no Brasil, certamente é uma pessoa aventureira e com vontade de realizar suas ideias.

9. Você entende ter havido algum significado para esses sujeitos participar desses projetos coletivos?

Os significados são pessoais e de cada realizador, mas todos têm em comum a vontade enorme, esse impulso de dar vida a uma criação, empreendimento etc.

10. É possível imaginar configurações possíveis de uma nova cidadania com a vida em redes? Você entende que há uma nova dinâmica do coletivo?

Creio que sim, creio que se retirarmos intermediários desnecessários em um monte de relações que temos estabelecidas na vida hoje, poderemos rumar para descobrir outros comportamentos e/ou reviver uma ideia mais tribal e comunitária de nos sentirmos mais donos e menos inquilinos de nossos espaços públicos e cidades.

11. Que tipo de contribuição as plataformas de financiamento coletivo trouxeram para a noção de participação política?

Acho que o financiamento coletivo e o Catarse ajudaram iniciativas que trabalham com participação política a ganharem força, seja para a questão dos recursos e

projetos, seja por que facilitaram e ajudaram (sempre através de projetos) a intensificar comunicações diretas entre nós da rede e expandir ainda mais as redes de iniciativas que já trabalhavam participação política e tiveram um projeto de crowdfunding. O crowdfunding é uma dinâmica com alto potencial de formação de rede. Com essas redes formadas/estimuladas e mais dinheiro circulando entre iniciativas que já trabalhavam participação política, vimos o tema crescer e mais gente embarcar em comportamentos de participação política via internet, de ajudar iniciativas que trabalham temas políticos etc. Se você apoia um projeto que está em algum desses universos de participação política, está participando politicamente de algo.

12. O que você acha da democracia representativa que vivemos nos dias de hoje?

Nossa. Essa resposta seria muito longa. Acho que é uma democracia representativa que tem falhas estruturais de funcionamento e acaba por não representar de fato. Não há contato saudável entre esfera popular e política e tudo anda muito ruidoso. Eu gosto da noção de que temos de parar de falar em reformar a política, ou os políticos, e atacar a burocracia e processos burocráticos. São eles os vilões e a verdadeira cortina de fumaça que possibilita a existência de políticos falhos, corruptos ou que agem de forma individualista.

13. Sob quais aspectos você acha que as mídias sociais estão influenciando a cidadania? Isso está contribuindo para uma nova realidade?

Acho que influenciam na medida em que é mais fácil se conectar com pessoas que tenham os mesmos interesses que você e dessa forma se articular. Cidadania é algo mais divertido e potente se você estiver e exercer junto com outras pessoas, não apenas sozinho. Acho que as mídias sociais facilitaram essa conexão entre as pessoas. Eu sou uma pessoa pouco ativa nas mídias sociais tradicionais. Eu sou um usuário pesado de diversas ferramentas, mas todas mais especializadas e para contato direto com pessoas da equipe do trabalho. Mal-uso o Facebook, e apesar de ter Twitter e Instagram, não sou um usuário que fica fazendo muitas interações nessas plataformas. A internet para mim é um espaço de contatos efêmeros, busca por conhecimento e conexões. Qualquer coisa a ser desenvolvida além disso, vou para o mundo físico.

14. Existe alguma relação entre essas plataformas e programas de cunho assistencialista? Diria que temos hoje uma relação dessas plataformas em perspectiva com o chamado Terceiro Setor?

Não. Fomos muito reconhecidos no início como uma empresa do chamado setor 2,5, algo entre o terceiro setor e iniciativa privada. Ou seja, um negócio social. Somos um negócio privado, mas com propósito a ser cumprido.

15. Você entende que ao lado dessas evoluções tecnológicas a vida em redes está se organizando segundo interesses do mercado e segundo a lógica do controle e do monitoramento dentro de uma agenda neoliberal?

Acho que respondi na questão do Uber. Acredito que exista sim uma superlativação da chamada "nova economia", que nada mais é do que uma reconfiguração de como o capital circula e não toda essa panaceia que 'virá para resolver tudo`. Mas isso não torna essas mudanças menos importantes, e acho que o desafio não está nessas mudanças em si, mas em entender a que essas mudanças servem e que tipo de melhorias reais ela trará para todos e não para parcelas específicas de pessoas. Se é ou não uma agenda neoliberal, não sei, mas concordo que é uma disputa de poder. Até no sentido de qual lógica vai imperar, essa lógica não geográfica da internet ou o controle mais condensado dos Estados. Não me sinto parte de uma agenda neoliberal e creio que existe um campo aberto muito grande para essa agenda da nova economia ser de alguém. Acho que está em aberto.

Instituição 2. Entrevista 2.

1. Como e por que surgiu esta plataforma de financiamento coletivo?

O Múrmura ele nasceu como uma tentativa de reunir pessoas que acreditam que a transformação das cidades não se deve apenas a ação dos governos, prefeituras, governo do estado e governo nacional. Essas pessoas acreditam que elas podem fazer alguma coisa e querem fazer alguma coisa. Então o Múrmura nasceu como uma tentativa de botar essas pessoas juntas para discutir, criar, prototipar e executar projetos simples, baratos e replicáveis acima de tudo. Então no início do Múrmura a ideia era lançar desafios relacionados a problemas urbanos e ouvir como as pessoas resolveriam aqueles problemas, que tipo de ideia aquelas pessoas tinham, e juntos procriar soluções para tentar endereçar a solução daquele problema. E logo no início a gente viu que era um desafio bem grande porque esses desafios requerem de certa forma um conhecimento sobre a causa, sobre o assunto, sobre o que fazer de fato né, então a gente adaptou um pouco a plataforma para que os desafios não pedissem mais por ideias e sim por ação. Então, quando a gente lançava um desafio a gente pedia que as pessoas enviassem não apenas ideias mais enviassem seus projetos. Então, ao invés da gente receber mil ideias a gente recebia quinze projetos feitos já, que já tinham acontecido e que de certa forma já tinha impactado algumas pessoas. Isso para nós foi excelente, a gente adorou esse novo formato. Então essa transformação do Múrmura trouxe para a gente uma perspectiva de atuação do cidadão muito legal assim. E eu faço essa analogia com plataformas de financiamento coletivo porque no fundo plataforma de financiamento coletivo funcionam para conectar pessoas e funcionam para dar voz e democracia às pessoas, então financiamento coletivo não mais é que a democratização do acesso ao recurso para viabilizar projetos, para viabilizar ideias, pra fazer as coisas acontecerem. Então o Múrmura hoje ele não tem mais a lógica do desafio, mas ele funciona como uma rede de pessoas que querem estar engajadas em projetos de intervenção urbana, projetos de transformação das cidades e querem de certa forma adicionar valor nessa perspectiva micro, local, a gente não quer transformar mundo, coisas gigantes, a gente quer transformar pequenos comportamentos.

2. É possível detalhar quais tipos de projetos - social, meio-ambiente, local, cultural, artístico, literário etc. - possuem maior representatividade em termos de frentes de financiamento

Eu vejo que o tipo de projeto que mais funciona no Brasil que mais engaja pessoas no Brasil são projetos relacionados à cultura, arte e apropriação de espaços públicos. E faz sentido porque comparado aos Estados Unidos que tem a maior parte dos projetos lançados coletivamente são projetos de tecnologia, projetos de lançamento de produtos, enfim é mais produto mesmo, no Brasil a gente ainda tem uma necessidade muito grande de vir a se conectar com o espaço público que se perdeu né.

3. Na sua percepção quais tipos de projetos foram bem-sucedidos?

Então faz todo sentido esses projetos relacionados a arte, cultura e apropriação do espaço urbano faz todo sentido eles serem os projetos que mais aparecem porque é uma necessidade que a gente tem hoje né. E a necessidade do Brasil é diferente da necessidade dos Estados Unidos, que é diferente da necessidade da Inglaterra, que é diferente da necessidade da França, enfim, então eu acho legal entender essa vocação que a sociedade brasileira tem hoje de pensar projetos para melhorar as cidades.

4. Sob quais aspectos você entende que as plataformas de financiamento coletivo estão influenciando a realidade social?

Eu vejo que elas influenciam na realidade social quando a gente percebe que tem muito poder, muita força, e muita articulação para realizar atividades de forma colaborativa. Então plataforma de financiamento coletivo talvez seja o símbolo que mostra a nova realidade da sociedade onde a gente não precisa depender de um órgão centralizador, não precisa depender de um grande investimento, não precisa depender de uma pessoa para fazer as coisas acontecerem. Ela, através da articulação da sociedade consegue mobilizar e isso influencia uma mudança de modelo mental, quando a gente percebe que operar coletivamente e colaborativamente é tão bom e as vezes mais eficaz e mais eficiente do que ter um ponto centralizador que toma decisões e que articula mudanças. Então a maior influência que eu vejo que talvez o financiamento coletivo seja uma das chaves que virou decorrente da web 2.0 onde as pessoas têm a capacidade de gerar conteúdo,

de gerar insights, de compartilhar pensamentos o financiamento coletivo entra como mais uma forma de validar essa mudança de comportamento, essa mudança de modelo mental, que já vem acontecendo na sociedade atual, mas que precisa dessas validações tecnológicas e não tecnológicas pra mostrar que as coisas funcionam. O financiamento coletivo no Brasil já arrecadou mais de 60 milhões de reais então esse é um valor relevante, é um valor que ainda não chega perto do valor levantado pelos Estados Unidos que é mais de um bilhão mas mostra que existe uma margem de crescimento, existe uma margem de engajamento muito grande onde a gente ainda pode fazer coisas incríveis.

5. Que tipo de comportamento vai ser inaugurado com a vida em redes?

Isso vai acontecer porque essa mudança de comportamento já está na veia das pessoas isso já é uma coisa mais presente. Então, falar sobre colaboração, falar sobre compartilhamento, falar sobre co-criação é um assunto que hoje está presente, diferente da geração passada né onde o pensamento andava muito voltado para o eu, para o sucesso pessoal, para o resultado individual. E esse comportamento pra mim é saudável sabe, esse comportamento que a economia colaborativa está trazendo é saudável porque a gente entende que para atingir grandes resultados a gente não precisa fazer com que alguém perca então eu chamo isso de relações ganha-ganha onde existe um ganha do projeto, onde ele ganha vida, existe um ganha da comunidade que apoia aquilo lá e que vê aquele projeto acontecer e existe um outro ganha ainda que o ganha da sociedade, ganha da cidade que é um projeto legal acontecendo, um projeto que traz boas vibrações para aquele ambiente e que de certa forma transforma, inspira e mobiliza outras pessoas né.

6. Temos hoje uma grande polêmica envolvendo o aplicativo Uber - serviço de transporte alternativo de passageiros - de um lado, e os taxistas - serviço de utilidade pública explorado pelo regime de permissão – do outro. Como o aplicativo esse aplicativo vem se apresentando diante das permissões de serviços públicos? Estaríamos diante de um novo modelo de economia aplicada a gestão das cidades e ao transporte público? Como isso afeta as políticas de emprego?

Sobre o aplicativo Uber ah, bom o Uber é um assunto polêmico, eu acho que em termos de tecnologia ele é fundamental, precisa haver empresas que estão usando a tecnologia para solucionar problemas de mobilidade, problemas de saneamento básico, problemas relacionados a política, porém o Uber é caso bem questionável. Eu acho que o que o Uber faz é muito legal mas tem vários movimentos que o Uber faz que não são tão legais assim. Uber não está dentro da economia colaborativa, Uber é apenas uma empresa que usa tecnologia para aproximar pessoas de motoristas particulares. Então eu prefiro nem entrar muito nesse tópico porque eu acho que o Uber é um caso que precisa ser bastante estudado, as pessoas estudam ele de maneira bem superficial, eu acho que tem várias formas que o Uber atua que são bem agressivas e bem prejudiciais para a comunidade. Bem, vamos seguir.

7. Que tipo de possibilidades a vida em rede cria para as pessoas em termos de relacionamento pessoal; inserção profissional; exercício da cidadania; inserção política?

A vida em rede permite que a gente elimine vários dos problemas que foram causados devido ao ego assim né, porque quando a gente centraliza numa pessoa ou num organismo enfim num sistema a gente centraliza poder, a gente está dando a essa pessoa, a esse organismo a possibilidade de censura, a possibilidade de veto e a possibilidade de ocultar informações. Então a vida em redes ela permite que a gente se conecte mais fácil e elimine essas barreiras criadas por pessoas ou por organizações que tendem a usar esse poder de forma maléfica. E hoje a política é um pouco como esse caso assim, o governo praticamente em todos os países funcionam dessa forma, busca essa centralização porque para ele como um organismo vivo ele tenta se manter vivo, então de certa forma não é bom dar muito poder para as pessoas porque as pessoas com poder podem destruir esse organismo esse sistema que existe hoje. Só que a rede é a rede, a rede depois de conectada ela toma proporções é ... geométricas assim, então ela só tende a crescer e quanto o maior o nível de conectividade entre as pessoas maior a probabilidade de nascerem coisas novas. É, por um lado a rede não deixa de ser uma tecnologia social e, como toda tecnologia, a gente pode usar para o bem ou para o mal. E hoje para o exercício da cidadania ela é uma consequência de uma consciência de um modelo mental que busca o equilíbrio entre as pessoas. E eu vejo que a política precisa aprender a desaprender porque está na hora dela reaprender como a

operação dela deve funcionar em termos de engajamento, em termos de democracia, em termos de dar voz e dar poder as pessoas. E a política funcionar como um facilitador, como um catalisador dessa transformação que todo mundo quer.

8. Como caracteriza os sujeitos que tiveram projetos desenvolvidos?

Vou pular essa parte da percepção do sujeito porque o sujeito é basicamente o sujeito empreendedor, inovador, é quem está na frente, na vanguarda, pensando e executando coisas que acredita e que faz sentido e existe no mundo.

9. Você entende ter havido algum significado para esses sujeitos participar desses projetos coletivos?

Respondeu no item 8.

10. É possível imaginar configurações possíveis de uma nova cidadania com a vida em redes? Você entende que há uma nova dinâmica do coletivo?

É possível sim imaginar configurações de uma nova cidadania acho que isso já está acontecendo. Eu vejo uma preocupação grande na maioria das pessoas jovens principalmente com relação ao cuidado, com relação ao compartilhamento, ao consumo consciente, a inovação social. E eu entendo essa nova dinâmica do coletivo como uma dinâmica natural do ser humano de viver em sociedade. A gente sente que continuar operando da forma como a gente opera hoje compromete a existência da nossa espécie, então a gente olha para os noticiários hoje e 90 % são notícias ruins, a gente olha para as empresas hoje e 90 % das empresas são psicopatas né, elas comprometem a existência da espécie humana. E, existe essa nova dinâmica do coletivo que é de pensar o todo né, pensar holisticamente, qual é a nossa função, qual é o nosso dever perante o planeta, sociedade, e a nós. Então eu vejo esse comportamento como um comportamento natural que é consequência de 200 anos de busca desenfreada por sucesso, poder, fama e dinheiro. Então o mundo vive em ciclos assim, eu acho que a gente está entrando num ciclo agora que é de reconexão com a alma, reconexão com a consciência, reconexão com o porquê das coisas, com o propósito das coisas e eu acho que essa formação agora é muito positiva porque ela traz um senso de comunidade muito grande. Acho que o senso de comunidade é formado por quatro coisas né: formado por um símbolo que

une aquelas pessoas; é formado por uma coisa chamada influência mútua que quando a gente sabe que nós do grupo conseguimos influenciar a opinião dos outros, não influenciar num mal sentido, mas influenciar no que eu falo é ouvido, e o grupo consegue influenciar a minha opinião, então o que o grupo fala eu escuto e eu compreendo; é também formado por um compartilhamento de sentimentos então eu me importo com o que as pessoas estão sentindo, eu me importo com o que as pessoas estão passando assim como elas se importam com o que eu estou passando, com o que eu estou sentindo; e é formado por uma história incomum, então eu imagino que o senso de comunidade ele precisa aumentar na busca pela redução da desigualdade social. E eu acho que esse senso de comunidade simplesmente é esse sentimento que a gente faz parte de uma coisa maior sabe.

11. Que tipo de contribuição as plataformas de financiamento coletivo trouxeram para a noção de participação política?

Eu acho que essa contribuição que as plataformas de financiamento coletivo fazem é justamente isso é colocar um monte de gente junto pra dizer a gente está fazendo parte de uma coisa maior, a gente está fazendo parte de um projeto maior e eu acho que para a participação política isso é ótimo porque em breve a gente vai começar a ver mais projeto com nascimento na política, mais plataforma que conectam pessoas, a democracia, como “meu rio”, como o “múrmura”, e de certa forma essas plataformas servem na verdade como pontes onde as pessoas podem se conectar e podem trocar ideias sobre algo que elas queiram. E espero que troquem ideias sobre algo bom.

12. O que você acha da democracia representativa que vivemos nos dias de hoje?

O que eu acho da democracia representativa? Bem, eu prefiro não entrar nesse tópico, eu demoraria muito tempo respondendo.

13. Sob quais aspectos você acha que as mídias sociais estão influenciando a cidadania? Isso está contribuindo para uma nova realidade?

E sobre as mídias sociais eu acho que elas têm uma função de canal mesmo. As mídias sociais que a gente conhece como Facebook, twitter, instagam, tudo mais, elas funcionam como uma ferramenta e da mesma forma como eu falei antes sobre

tecnologias pode usar isso pro bem ou pro mal. A gente pode usar o Facebook para ficar compartilhando fotos de gatinhos bonitinhos ou a gente pode usar o Facebook para engajar centenas de pessoas na sinalização de pontos de ônibus como foi um projeto que a gente fez chamado projeto “Que ônibus passa aqui? ” Então a gente sinalizou centenas de ponto de ônibus do Brasil simplesmente articulando pessoas no Facebook e dando para elas o poder de transformar o bairro delas. Então eu acho que isso é um exemplo de usar ferramentas digitais para ter ação off-line e no final a tecnologia serve para isso para conectar pessoas para que na vida real a gente consiga fazer uma coisa diferente.

14. Existe alguma relação entre essas plataformas e programas de cunho assistencialista? Diria que temos hoje uma relação dessas plataformas em perspectiva com o chamado Terceiro Setor?

Eu acho que não eu acho que não tem, eu acho que é outra coisa, totalmente diferente, assim. Eu acho que o cunho assistencialista não tem tanto essa ação de “faço parte” e essas plataformas de financiamento coletivo de crowdfunding elas dão pra pessoa um sentimento de “faço parte”.

15. Você entende que ao lado dessas evoluções tecnológicas a vida em redes está se organizando segundo interesses do mercado e segundo a lógica do controle e do monitoramento dentro de uma agenda neoliberal?

Sim, eu acho que o mercado vai ter interesse nesse formato até porque a gente está falando de uma tendência e como toda tendência ela ajuda na decisão na tomada de decisão de grandes corporações e eu acho que o mercado vai tentar de certa forma se apropriar dessa linguagem, desse formato. O grande lance é que depois que se apropria eu imagino que o resultado seja melhor e isso vai fazer com que o sistema operacional desse mercado mude então eu vejo como uma tendência positiva que é uma tendência que não tem volta ela vai se implementar e ela vai ficar. E a lógica do controle e do monitoramento dentro de uma agenda neoliberal eu vejo que o controle ele sempre existe porque isso é uma questão básica do ser humano, da lógica humana. A gente não consegue se sentir seguro em ambientes que a gente não tem muito controle, mas entre controle e ordem existe uma diferença, eu acho que ordenar esses movimentos, ordenar essas tendências é uma coisa e controlar essas tendências é outra. Eu acho que não vai haver controle eu acho que vai haver

ordem, eu acho que vai haver clareza, eu acho que vai haver é segurança. E eu diria mais eu acho que entre a ordem e o caos vai haver algo que a gente chama de caórdico que é um passo entre a ordem e o caos onde a inovação emerge que é o espaço entre a ordem e o caos onde a criatividade nasce. Eu acho que a gente precisa criar mais espaços caórdicos como a internet. A internet é ordenada só que ela é caótica ao mesmo tempo. Então a internet é um espaço caótico que nos permite ter ideias incríveis, encontrar com pessoas incríveis e articular projetos incríveis, mas isso só acontece porque existe ordem se não existisse ordem na internet o caos não daria frutos e o que a gente precisa fazer é aprender com a internet, desaprender com os sistemas atuais e reaprender usando a internet como base, a lógica das redes como base pra buscar novas soluções novos formatos de política e de democracia, de economia, de cultura, enfim, para as novas agendas. Acho que tem muito que aprender com essa questão da ordem e do caos da internet porque ela traz sim inovação, traz criatividade, traz o novo de certa forma.

Instituição 3. Entrevista 3.

1. Como e por que surgiu esta plataforma de financiamento coletivo?

A ideia do Vakinha surgiu em 2006, no casamento do sócio fundador, Luiz Felipe Gheller, quando o Fabrício Milesi, atual CEO da empresa, ficou encarregado de arrecadar os presentes na forma de dinheiro, algo cada vez mais comum nos dias de hoje. Na ocasião, o Fabrício procurou sites que pudessem ajudá-lo a organizar o recebimento do dinheiro, mas não encontrou. Frustrado com a inexistência de uma solução desse tipo, ele enxergou aí uma oportunidade de negócio, mas ainda não tinha muito claro como poderia ser. Só tinha uma certeza: existia uma oportunidade. Com isso em mente, convidou Luiz Felipe e outro amigo, Diego Izquierdo, para amadurecerem a ideia e iniciar um negócio. Foram longas as discussões entre os três sócios. "A ideia ficou guardada por dois anos até que a empresa onde eu e o Diego trabalhávamos fechou e decidimos tocar a ideia em frente. Chegamos ao conceito da vaquinha e conseguimos investidores que financiaram o desenvolvimento do piloto", conta Fabrício. Em janeiro de 2009, o Vakinha foi lançado com uma proposta muito simples: levar a prática de fazer uma vaquinha para a internet. Esse conceito, com o lançamento e sucesso do Kickstarter, nos Estados Unidos, ficou posteriormente conhecido como crowdfunding (apesar das diferenças que preservamos no nosso modelo). Para agregar credibilidade, fizeram uma parceria com o UOL, que se tornou responsável pela guarda do dinheiro. Com o crescimento do site, e a necessidade cada vez maior de ferramentas específicas, o Vakinha passou a operar de forma independente no mercado a partir de setembro de 2009, quando o Diego (por motivos pessoais) também saiu do negócio. Os primeiros anos foram muito complicados. Mesmo com indicativos de que o site crescia, o volume transacionado não compensava os desgastes. Negociações frustradas com grandes empresas também minavam a cabeça dos empreendedores, que sabiam que não desistir seria fundamental. Após o período de dificuldade, o site começou a crescer de forma mais rápida. Mudanças culturais, o crescimento do crowdfunding como um todo no Brasil, o crescimento do uso da internet, redes sociais, Facebook, Twitter e tantas outras plataformas aceleraram o uso e a confiança no Vakinha. Finalmente, em 2013, o Vakinha atingiu o ponto de equilíbrio, sem mais necessidade de nenhum aporte dos investidores que sempre estiveram presentes quando necessário (e não foram poucas vezes!). Em 2015 o Vakinha

enfim lançou sua nova plataforma, desenhada desde 2013, com uma série de ferramentas planejadas especificamente para esse novo mercado, incluindo grandes diferenciais: ferramentas de antifraude própria e negociação com meios de pagamentos que permitiram ao site ter as taxas mais baixas do mercado. A empresa teve também a entrada de mais um sócio, Cristiano Meditsch, proprietário da Super Comunicação, desde sempre responsável pela criação da marca, layout do site e peças publicitárias. Atualmente o Vakinha é o maior site do gênero no país, com mais de 400 mil vaquinhas abertas e mais de 20 milhões de reais arrecadados. Hoje, a empresa atua com uma equipe que envolve 12 pessoas.

2. É possível detalhar quais tipos de projetos - social, meio-ambiente, local, cultural, artístico, literário etc. - possuem maior representatividade em termos de frentes de financiamento.

ONGS, causas sociais, ajudas em casos de saúde.

3. Na sua percepção quais tipos de projetos foram bem-sucedidos?

ONGS, causas sociais, ajudas em casos de saúde.

4. Sob quais aspectos você entende que as plataformas de financiamento coletivo estão influenciando a realidade social?

Dar poder para as pessoas se mobilizarem sem depender de grandes órgãos, ou grandes empresas. A captação de recursos pela internet, se tiver uma causa nobre ou aceita pela sociedade, a vaquinha terá sucesso.

5. Que tipo de comportamento vai ser inaugurado com a vida em redes?

Não entendi essa pergunta.

6. Temos hoje uma grande polêmica envolvendo o aplicativo Uber - serviço de transporte alternativo de passageiros - de um lado, e os taxistas - serviço de utilidade pública explorado pelo regime de permissão – do outro. Como o aplicativo Uber vêm se apresentando diante das permissões de serviços públicos? Estaríamos diante de um novo modelo de economia aplicada a gestão das cidades e ao transporte público? Como isso afeta as políticas de emprego?

Não respondeu.

7. Que tipo de possibilidades a vida em rede cria para as pessoas em termos de relacionamento pessoal; inserção profissional; exercício da cidadania; inserção política?

Não respondeu.

8. Como caracteriza os sujeitos que tiveram projetos desenvolvidos?

Pessoas com credibilidade, ou com pessoas próximas com essa credibilidade necessária para ter o sucesso na arrecadação.

9. Você entende ter havido algum significado para esses sujeitos participar desses projetos coletivos?

As pessoas se sensibilizam com a causa, e a vaquinha é uma ferramenta que aproxima quem quer ajudar com quem precisa ser ajudado, sem intermediários.

10. É possível imaginar configurações possíveis de uma nova cidadania com a vida em redes? Você entende que há uma nova dinâmica do coletivo?

Não respondeu.

11. Que tipo de contribuição as plataformas de financiamento coletivo trouxeram para a noção de participação política?

A vaquinha foi utilizada para diversos protestos contra o atual governo.

12 O que você acha da democracia representativa que vivemos nos dias de hoje?

Não respondeu.

13. Sob quais aspectos você acha que as mídias sociais estão influenciando a cidadania? Isso está contribuindo para uma nova realidade?

Não respondeu

14. Existe alguma relação entre essas plataformas e programas de cunho assistencialista? Diria que temos hoje uma relação dessas plataformas em perspectiva com o chamado Terceiro Setor?

Não respondeu.

15. Você entende que ao lado dessas evoluções tecnológicas a vida em redes está se organizando segundo interesses do mercado e segundo a lógica do controle e do monitoramento dentro de uma agenda neoliberal?

Não respondeu.